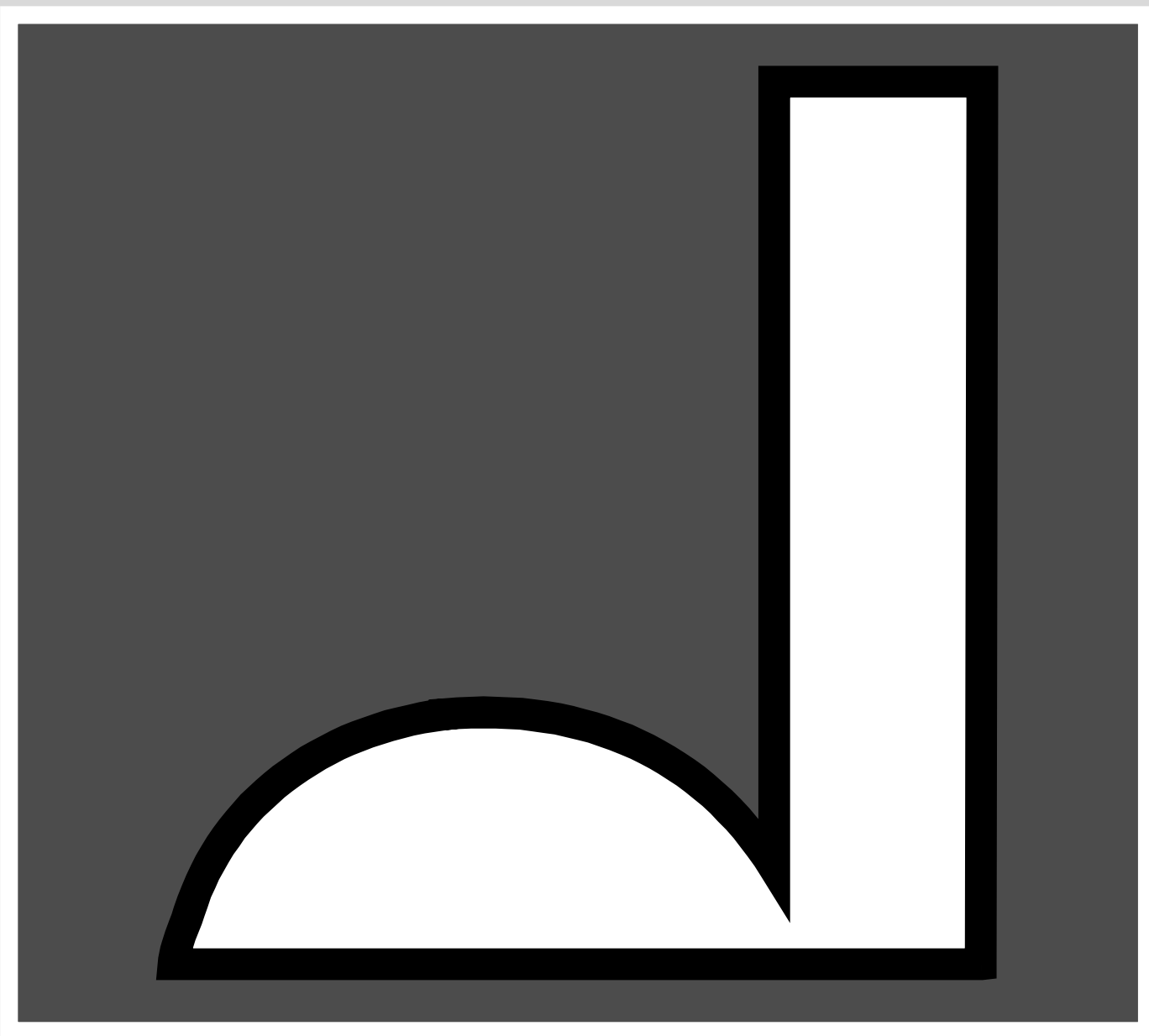




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVII – Nº 095 – QUARTA-FEIRA, 7 DE AGOSTO DE 2002 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente ⁽³⁾<i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> 1º Vice-Presidente <i>Edison Lobão – PFL – MA</i> 2º Vice-Presidente <i>Antonio Carlos Valadares – PSB – SE</i> 1º Secretário <i>Carlos Wilson – PTB – PE</i> 2º Secretário <i>Antero Paes de Barros – PSDB – MT</i></p>	<p>3º Secretário ⁽⁶⁾<i>Ronaldo Cunha Lima – PSDB – PB</i> 4º Secretário <i>Mozarildo Cavalcanti – PFL – RR</i> Suplentes de Secretário <i>1º Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>2º Marluce Pinto – PMDB – RR</i> <i>3º Maria do Carmo Alves – PFL – SE</i> <i>4º Nilo Teixeira Campos ⁽⁵⁾ – PSDB – RJ</i></p>	
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Vago ⁽⁴⁾</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i></p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Juvêncio da Fonseca – PMDB – MS</i> <i>Gerson Camata – PMDB – ES</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> <i>Eduardo Siqueira Campos – PSBD – TO</i> <i>Jefferson Pêres – Bloco Oposição – AM</i></p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>Artur da Távola</i></p> <p>Vice-Líder <i>Romero Jucá</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Luiz Otávio</i></p> <p>LIDERANÇA DO PMDB – 23</p> <p>Líder <i>Renan Calheiros</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Juvêncio da Fonseca</i> <i>Gilvam Borges</i> <i>Marluce Pinto</i> <i>Amir Lando</i> <i>Alberto Silva</i> <i>Vago</i></p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR PSDB/PPB – 16</p> <p>Líder <i>Geraldo Melo</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Vago</i> <i>Freitas Neto</i> <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL – 18</p> <p>Líder <i>José Agripino</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Moreira Mendes</i> <i>Maria do Carmo Alves</i></p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PPS) – 10</p> <p>Líder <i>Eduardo Suplicy</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Emília Fernandes</i> <i>Tião Viana</i> <i>Roberto Freire</i></p> <p>LIDERANÇA DO PDT – 5</p> <p>Líder <i>Sebastião Rocha</i></p> <p>Vice-Líder <i>Álvaro Dias</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 5</p> <p>Líder <i>Carlos Patrocínio</i></p> <p>Vice-Líder <i>Arlindo Porto</i></p> <p>LIDERANÇA DO PSB – 3</p> <p>Líder <i>Ademir Andrade</i></p> <p>Vice-Líder <i>Paulo Hartung</i></p> <p>LIDERANÇA DO PL – 1</p> <p>Líder <i>José Alencar</i></p>

- (1) Reeleitos em 2/04/1997
(2) Designação: 27/06/2001
(3) Eleito em 20/09/2001
(4) Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal
(5) Deixa o exercício do mandato em 25/09/2001, em virtude da reassunção do titular
(6) Filiou-se ao PSDB, em 28/09/2001

EXPEDIENTE	
<p><i>Agaciél da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>José Farias Maranhão</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Márcia Maria Corrêa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)
Atualizado em 16.5.2002

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – LEIS PROMULGADAS PELO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº 10.525, de 6 de agosto de 2002, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2002, e dá outras providências.....	15128
Nº 10.526, de 6 de agosto de 2002, que abre crédito extraordinário, em favor da Justiça do Trabalho e do Ministério da Integração Nacional, no valor global de R\$124.210.542,00, para os fins que especifica.....	15128

SENADO FEDERAL

2 – ATA DA 102ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 6 DE AGOSTO DE 2002

2.1 – ABERTURA 2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Leitura de projetos de lei do Congresso Nacional

Projeto de Lei nº 38, de 2002-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Defesa, crédito especial no valor global de R\$9.664.614,00 (nove milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e quatorze reais), para os fins que especifica. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 15129

Projeto de Lei nº 39, de 2002-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor de R\$ 4.210.000,00 (quatro milhões, duzentos e dez mil reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 15133

Projeto de Lei nº 40, de 2002-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor global de R\$110.187.191,00 (cento e dez milhões, cento e oitenta e sete mil,

cento e noventa e um reais), para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 15136

Projeto de Lei nº 41, de 2002-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de R\$77.217.464,00 (setenta e sete milhões, duzentos e dezessete mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais), para os fins que especifica. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 15147

Projeto de Lei nº 42, de 2002-CN, que abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$79.276.270,00 (setenta e nove milhões, duzentos e setenta e seis mil, duzentos e setenta reais), para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 15150

Projeto de Lei nº 43, de 2002-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), para os fins que especifica. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 15153

2.2.2 – Comunicações da Presidência

Estabelecimento de calendário para tramitação e remessa a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização dos Projetos de Lei nºs 38 a 43, de 2002-CN, lidos anteriormente..... 15157

Recebimento da Mensagem nº 260, de 2002 (nº 693/2002, na origem), de 6 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até EUR182.800.000,00 (cento e oitenta e dois milhões e oitocentos mil euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para financiamento parcial do Projeto de Fortalecimento da Escola – Fundoescola IIIA. À Comissão de Assuntos Econômicos. 15157

2.2.3 – Ofícios

Nº 95/2002, de 6 do corrente, do Líder do PFL no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 46, de 2002. 15157

Nº 110/2002, de 6 do corrente, do Vice-Líder do PMDB no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 35, de 2002..... 15157

2.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Reflexões sobre a vulnerabilidade da soberania brasileira sobre a Amazônia. 15157

SENADOR *JEFFERSON PÉRES* – Preocupação com a precariedade das Forças Armadas e a dispensa antecipada de recrutas..... 15160

SENADOR *SEBASTIÃO ROCHA* – Congratulações ao time Payssandu Sport Club, de Belém do Pará, pela conquista da Copa dos Campeões. Necessidade de compensação financeira, por parte da União, ao Estado do Amapá, em virtude da criação do Parque do Tumucumaque, que ocupará 27% da área de seu território. .. 15163

SENADOR *NEY SUASSUNA* – Considerações sobre o abandono de instituições públicas brasileiras, como as universidades, as polícias e as Forças Armadas..... 15196

2.2.5 – Comunicação da Presidência

Início da operação, nesta data, do novo sistema de votação eletrônica do Plenário, após as alterações promovidas para efetuar as correções recomendadas no Relatório da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, que garantem segurança e sigilo das votações secretas. No entanto, as votações secretas somente serão realizadas após a certificação do sistema, que ocorrerá até o final do corrente mês..... 15199

2.2.6 – Discurso do Expediente (Continuação)

SENADOR *MOREIRA MENDES* – Registro dos avanços obtidos pela publicação de decreto presidencial, que vincula a ocupação de terras ao zoneamento sócio-econômico e ecológico..... 15199

2.2.7 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2002, de autoria do Senador Benício Sampaio, que institui o Dia Nacional de Controle do Colesterol, e dá outras providências. À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. 15201

Projeto de Lei do Senado nº 198, de 2002, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que transfere ao domínio do Estado do Amapá terras pertencentes à União e dá outras providências. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa..... 15202

2.2.8 – Leitura de indicação

Indicação nº 6, de 2002, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que sugere à Comissão de Educação a elaboração de estudos visando a criação da Universidade Federal do Oeste Catarinense – UFOESTE. À Comissão de Educação.... 15203

2.2.9 – Leitura de requerimentos

Nº 462, de 2002, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores, solicitando que seja convocado o Ministro de Estado da Fazenda para prestar esclarecimentos a esta Casa do Congresso Nacional sobre os termos da negociação em curso entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional – FMI. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. 15204

Nº 463, de 2002, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça as informações que menciona. À Mesa para decisão. 15205

Nº 464, de 2002, de autoria do Senador Mauro Miranda, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça as informações que menciona. À Mesa para decisão. 15205

Nº 465, de 2002, de autoria do Senador Mauro Miranda, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona. À Mesa para decisão. 15206

Nº 466, de 2002, de urgência para a Mensagem nº 203, de 2002, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de US\$8,623,452.10, entre a República Federativa do Brasil e o Banco BNP Paribas, destinada ao financiamento de bens fornecidos pela General Eletric do Brasil Ltda dentro do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino

Superior e Hospitais Universitários. Será votado após a Ordem do Dia. 15207

Nº 467, de 2002, de urgência para a Mensagem nº 207, de 2002, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de US\$4,302,473.60, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o ABN Amro Bank NV, destinado ao financiamento da importação de equipamentos de radioterapia no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários (Volume II). Será votado após a Ordem do Dia. 15207

Nº 468, de 2002, de urgência para a Mensagem nº 208, de 2002, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a assinatura de aditivo ao contrato de crédito externo celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt Für Wiederaufbau – KFW, com vistas à elevação para EUR6.852.640,60 (seis milhões, oitocentos e cinquenta e dos mil, seiscentos e quarenta euros e sessenta centavos), correspondentes a um acréscimo de EUR1.356.866,62 (um milhão, trezentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e sessenta e seis euros e sessenta e dois centavos), destinados a complementar o valor contratado e o relativo pagamento de sinal (down payment) da importação de bens, no âmbito do Programa Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários. Será votado após a Ordem do Dia. 15207

Nº 469, de 2002, de urgência para a Mensagem nº 210, de 2002, que encaminha ao Senado Federal pedido de inclusão da Comissão de garantia devida ao Banco Mundial na autorização da Resolução nº 12, de 2001, referente à operação de crédito externo a ser efetuada pela Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia – Brasil (TGB), no valor de até US\$180,000,000,00 (cento e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América). Será votado após a Ordem do Dia. 15207

Nº 470, de 2002, de urgência para a Mensagem nº 212, de 2002, que encaminha ao Senado Federal, em aditamento à Mensagem nº 200, de 2002 (nº 527/2002, na origem), a inclusão do financiamento de cem por cento do seguro de crédito a ser pago a Compagnie Française d'Assurance pour le Commerce Extérieur – COFACE, no valor de total das operações de crédito externo, que passaria a ser de cinco milhões, trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e um euros e quarenta e sete centavos, a serem celebrados entre a República Federativa do Brasil e o

Banco *BNP* Paribas, cujos recursos destinam-se ao financiamento de bens fornecidos pelo Hôpital Action Services – HAS, dentro do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários. Será votado após a Ordem do Dia. 15207

2.2.10 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2002, de autoria do Senador Mauro Miranda, que altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, e dá outras providências, para autorizar o Poder Executivo a complementar a remuneração dos policiais que atuam na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, de forma a igualá-la à dos policiais do Distrito Federal. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 15208

2.2.11 – Leitura de requerimento

Nº 471, de 2002, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do poeta Patativa do Assaré, ocorrido no dia 8 de julho último, aos 93 anos. **Aprovado**, após usar da palavra o Sr. Eduardo Suplicy. 15209

2.2.12 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2002, de autoria do Senador Wellington Roberto, que dispõe sobre a anistia de parte das dívidas de pequenos produtores rurais, pescadores e de suas cooperativas e colônias junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) e junto ao Banco do Brasil S/A, e dá outras providências. Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa. 15222

Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2002, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para obrigar os fabricantes de ciclomotores e motonetas de baixa cilindrada a registrar o número do chassi dos veículos na Base de Índice Nacional (BIN). À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 15223

2.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Medida Provisória nº 35, de 2002, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2002, e dá outras providências. **Aprovada** com votos contrários da Sra. Heloísa Helena e do Sr. Geraldo Cândido e abstenção dos Srs. José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy, sendo rejeitadas as emendas, após usarem da palavra os Srs.

Lauro Campos e José Eduardo Dutra, a Sra. Emilia Fernandes, os Srs. Roberto Saturnino, José Fogaça, Eduardo Suplicy, Osmar Dias e Roberto Requião, a Sra. Heloísa Helena e os Srs. Casildo Maldaner, Antonio Carlos Valadares, Álvaro Dias e José Alencar. À promulgação. 15224

Item 2

Medida Provisória nº 36, de 2002, que abre crédito extraordinário, em favor da Justiça do Trabalho e do Ministério da Integração Nacional, no valor global de cento e vinte e quatro milhões, duzentos e dez mil, quinhentos e quarenta e dois reais, para os fins que especifica. **Aprovada**, sendo rejeitadas as emendas, após usar da palavra a Sra. Heloísa Helena. À promulgação. 15242

Item 3

Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 819, de 2002), do Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2001, de autoria do Senador Roberto Requião, que anula a concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul ao Sr. Alberto Fujimori pelo Governo Brasileiro. **Aprovada**, nos termos do art. 324, do Regimento Interno. À Câmara dos Deputados. 15243

Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera os artigos 52, 225 e 231 da Constituição Federal (aprovação pelo Senado Federal do processo de demarcação de terras indígenas). **Não houve oradores** na primeira sessão de discussão, em primeiro turno. 15243

Item 5

Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2001 (nº 715/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura do Gama a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Gama, Distrito Federal. **Aprovado**. À promulgação. 15244

Item 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2002 (nº 923/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Cabeceiras do Piauí, Estado do Piauí. **Aprovado**. À promulgação. 15244

Item 7

Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2002 (nº 979/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Be-

neficiente e Cultural Comunitária Diógenes Almeida Celestino a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel dos Campos, Estado de Alagoas. **Aprovado**. À promulgação. 15245

Item 8

Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2002 (nº 994/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Cultural Curumin a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Potirendaba, Estado de São Paulo. **Aprovado**. À promulgação. 15245

Item 9

Requerimento nº 114, de 2002, do Senador Osmar Dias, solicitando, nos termos regimentais, seja enviado voto de aplauso à Rádio Clube Paranaense B2, pelo transcurso de seu septuagésimo oitavo aniversário. **Aprovado**. 15246

Item 10

Requerimento nº 252, de 2002, do Senador Ademir Andrade, solicitando a inserção em ata de voto de congratulações pelo início das atividades da Emissora de Televisão Nazaré. **Aprovado**. 15246

Item 11

Requerimento nº 397, de 2002, do Senador Álvaro Dias, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2002, de sua autoria. **Aprovado**. Ao Arquivo. 15246

Item 12

Requerimento nº 423, de 2002, do Senador Antônio Carlos Valadares, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 22 e 128, de 2002-Complementares, por regularem a mesma matéria. **Aprovado**. Os projetos vão à Comissão de Assuntos Econômicos. 15246

Item 13

Requerimento nº 445, de 2002, do Senador Romeu Tuma, solicitando a retirada, em caráter definitivo, da Emenda nº 1, de Plenário, de sua autoria, oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2001. **Aprovado**. O projeto será incluído em Ordem do Dia oportunamente. 15246

Item 14

Requerimento nº 458, de 2002, do Senador José Fogaça, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Ofícios nºs S/11, S/15 e S/17, de 2002, por regularem a mesma matéria. **Aprovado**. As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 15247

2.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Requerimentos nºs 466 a 470, de 2002, de urgência, lidos no Expediente da presente ses-

são. **Aprovados.** As Mensagens nºs 203, 207, 208, 210 e 212, de 2002, constarão da Ordem do Dia da sessão de amanhã. 15247

2.3.2 – Leitura de requerimentos

Nº 472, de 2002, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando manifestação de louvor relativa à posse do Doutor Luiz Valter Ribeiro Rosário, no cargo de Procurador de Justiça, ocorrida em 5 de agosto do corrente, em Aracaju-SE. **Aprovado.** 15247

Nº 473, de 2002, de autoria do Senador Fernando Bezerra, solicitando licença para tratamento de saúde, nos dias 6 e 7 de agosto de 2002. **Aprovado.** 15252

Nº 474, de 2002, de autoria do Senador Fernando Bezerra, solicitando licença para tratar de interesses particulares, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir do dia 8 de agosto de 2002. **Aprovado.** 15252

2.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR – Justificativas ao Requerimento nº 463, de 2002, de autoria de S. Ex^a, de informações ao Ministério da Justiça sobre o repasse de recursos do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, para a campanha de Educação no Trânsito. 15252

SENADOR CARLOS WILSON – Críticas ao Presidente Fernando Henrique Cardoso na condução dos problemas nacionais. 15252

2.3.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR EDISON LOBÃO – Regozijo pela implantação dos correspondentes bancários

do Programa “Caixa Aqui” no comércio de municípios sem agências. 15254

SENADOR MAURO MIRANDA – Reflexão sobre o problema habitacional brasileiro. 15255

SENADOR ROMERO JUCÁ – Elogios ao Departamento de Defesa Comercial – DECOM, que presta informações sobre a ocorrência de práticas desleais de comércio de empresas estrangeiras contra a indústria nacional. 15257

2.3.5 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 15258

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – ATO DO PRESIDENTE

Nº 55, de 2002. 15261

4 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 86 e 87, de 2002. 15261

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 845 a 851, de 2002. 15262

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 51ª LEGISLATURA

7 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

ORGAO : 90900 - RESERVA DE CONTINGENCIA										UNIDADE : 90900 - RESERVA DE CONTINGENCIA									
ANEXO II										CREDITO EXTRAORDINARIO									
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										RECURSOS DE TODAS AS FONTES - RS 1, 00									
FUNC.		PROGRAMATICA		PROGRAMA/ACAQ/SUBTITULO/PRODUTO				R	S	Q	R	P	M	I	F	T	VALOR		
								E	D	N	D	D	D	U	E				
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA																		40.710.54	
OPERACOES ESPECIAIS																			
99	999	0999	0998	RESERVA DE CONTINGENCIA													40.710.54		
99	999	0999	0998	0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL				F	9	F	99	0	100			40.710.54		
TOTAL - FISCAL																		40.710.54	
TOTAL - SEGURANCA																			
TOTAL - GERAL																		40.710.54	

SENADO FEDERAL**Ata da 102ª Sessão Deliberativa Ordinária
em 6 de agosto de 2002****4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura**

*Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares
Mozarildo Cavalcanti, Álvaro Dias e Adir Gentil*

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Adir Gentil – Álvaro Dias – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Júnior – Antonio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Benício Sampaio – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Fernando Ribeiro – Francelino Pereira – Francisco Escórcio – Freitas Neto – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Heloísa Helena – Iris Rezende – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Lúdio Coelho – Luiz Otavio – Maria do Carmo Alves – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Caval-

canti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Paulo Souto – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Waldeck Ornelas – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A lista de presença acusa o comparecimento de 56 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI Nº 38, DE 2002-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Defesa, crédito especial no valor global de R\$ 9.664.614,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Defesa, crédito especial no valor global de R\$ 9.664.614,00 (nove milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e quatorze reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação parcial das dotações orçamentárias constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
8032 OPERACOES MILITARES									9.600.000
		ATIVIDADES							
05 212	8032 6002	MISSAO DAS NACOES UNIDAS PARA O TIMOR LESTE							9.600.000
05 212	8032 6002 0001	MISSAO DAS NACOES UNIDAS PARA O TIMOR LESTE - NACIONAL	F	1	P	90	0	100	9.600.000
TOTAL - FISCAL									9.600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.600.000

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0905 OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZACOES)									9.600.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 843	0905 0261	DIVIDA INTERNA DECORRENTE DA CONTA PETROLEO, DERIVADOS E ALCOOL (MP N° 2.103, DE 2001)							9.600.000
28 843	0905 0261 0001	DIVIDA INTERNA DECORRENTE DA CONTA PETROLEO, DERIVADOS E ALCOOL (MP N° 2.103, DE 2001) - NACIONAL							9.600.000
			F	6	F	90	0	100	9.600.000
TOTAL - FISCAL									9.600.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.600.000

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....
Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

II - os provenientes de excesso de arrecadação; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.103-37, DE 26 DE JANEIRO DE 2001

Dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona, e dá outras providências.

(À Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

PROJETO DE LEI Nº 39, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor de R\$ 4.210.000,00, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor de R\$ 4.210.000,00 (quatro milhões, duzentos e dez mil reais), para atender às programações constantes do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da incorporação parcial de superávit financeiro da União, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2001, no que concerne a receitas vinculadas ao Fundo Nacional de Cultura.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0167 BRASIL PATRIMONIO CULTURAL									2.000.000
		PROJETOS							
13 391	0167 1648	REVITALIZACAO DE SITIOS HISTORICOS							2.000.000
13 391	0167 1648 0001	REVITALIZACAO DE SITIOS HISTORICOS - NACIONAL							2.000.000
		SITIO REVITALIZADO (UNIDADE)4	F	3	P	90	0	320	2.000.000
0170 PRODUCAO E DIFUSAO CULTURAL									2.210.000
		PROJETOS							
13 392	0170 1611	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE ESPACOS CULTURAIS							2.210.000
13 392	0170 1611 0001	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE ESPACOS CULTURAIS - NACIONAL							2.210.000
			F	4	P	40	0	320	2.210.000
TOTAL - FISCAL									4.210.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.210.000

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....
Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

II - os provenientes de excesso de arrecadação; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

PROJETO DE LEI Nº 40, DE 2002-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor global de R\$ 110.187.191,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002) crédito suplementar no valor global de R\$ 110.187.191,00 (cento e dez milhões, cento e oitenta e sete mil, cento e noventa e um reais), em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Planejamento, Orçamento e Gestão, para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I – superávit financeiro, apurado em Balanço Patrimonial do exercício de 2001, no montante de R\$ 67.537.111,00 (sessenta e sete milhões, quinhentos e trinta e sete mil, cento e onze reais), sendo:

a) R\$ 63.100.000,00 (sessenta e três milhões e cem mil reais) do Fundo de Garantia à Exportação;

b) R\$ 4.091.078,00 (quatro milhões, noventa e um mil, setenta e oito reais) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; e

c) R\$ 346.033,00 (trezentos e quarenta e seis mil, trinta e três reais) da Fundação Escola Nacional de Administração Pública;

II – excesso de arrecadação de Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados, no valor de R\$ 35.740.188,00 (trinta e cinco milhões, setecentos e quarenta mil, cento e oitenta e oito reais); e

III – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 6.909.892,00 (seis milhões, novecentos e nove mil, oitocentos e noventa e dois reais), conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA ACAO SUBTITULO PRODUTO	ESF	END	R P	MOD	U	FTE	VALOR
0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS									3.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
04 212	0681 0103	CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO INTERNACIONAL DAS COMISSOES DE VALORES - OICV							3.000
04 212	0681 0103 0001	CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO INTERNACIONAL DAS COMISSOES DE VALORES - OICV - NACIONAL	F	3	P	80	0	120	3.000
TOTAL - FISCAL									3.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.000

LINE	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I C O	F T E	VALOR
0421 FINANCIAMENTO AS EXPORTACOES									63.100.000
04 691	0421 0027	OPERACOES ESPECIAIS							63.100.000
		COBERTURA DAS GARANTIAS PRESTADAS PELA UNIAO NAS OPERACOES DE SEGURO DE CREDITO A EXPORTACAO (LEI N° 9.818, DE 1999)							63.100.000
04 691	0421 0027 0001	COBERTURA DAS GARANTIAS PRESTADAS PELA UNIAO NAS OPERACOES DE SEGURO DE CREDITO A EXPORTACAO (LEI N° 9.818, DE 1999) - NACIONAL	F	3	P	00	0	350	63.100.000
TOTAL - FISCAL									63.100.000
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									63.100.000

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0392 POLO INDUSTRIAL DE MANAUS									1.000.000
		PROJETOS							
22 661	0392 1032	EDICAO E DISTRIBUICAO DE INFORMACOES E PUBLICACOES SOBRE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO NO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS							1.000.000
22 661	0392 1032 0001	EDICAO E DISTRIBUICAO DE INFORMACOES E PUBLICACOES SOBRE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO NO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS - NACIONAL	F	3	P	90	0	250	1.000.000
0509 PROBLEMA DA AMAZONIA									3.500.000
		PROJETOS							
18 571	0509 3030	IMPLANTACAO DO CENTRO DE BIOTECNOLOGIA DA AMAZONIA							3.500.000
18 571	0509 3030 0010	IMPLANTACAO DO CENTRO DE BIOTECNOLOGIA DA AMAZONIA - NA REGIAO NORTE	F	4	P	90	0	250	3.500.000
0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO									39.000
		ATIVIDADES							
22 331	0791 2011	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							39.000
22 331	0791 2011 0001	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL	F	3	P	90	0	250	39.000
TOTAL - FISCAL									4.539.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.539.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS									124.468
		OPERACOES ESPECIAIS							
04 212	0681 0349	CONTRIBUICAO AO INSTITUTO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE PLANIFICACAO ECONOMICA E SOCIAL - ILPES							124.468
04 212	0681 0349 0001	CONTRIBUICAO AO INSTITUTO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE PLANIFICACAO ECONOMICA E SOCIAL - ILPES - NACIONAL	F	3	P	80	0	100	124.468
0803 RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO									837.947
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 212	0803 0539	INTEGRALIZACAO DE COTAS DO FUNDO MULTILATERAL DE INVESTIMENTOS - FUMIN							817.086
28 212	0803 0539 0001	INTEGRALIZACAO DE COTAS DO FUNDO MULTILATERAL DE INVESTIMENTOS - FUMIN - NACIONAL	F	5	F	90	0	100	817.086
28 212	0803 0542	INTEGRALIZACAO DE COTAS DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO - BAD							20.861
28 212	0803 0542 0001	INTEGRALIZACAO DE COTAS DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO - BAD - NACIONAL	F	5	F	90	0	100	20.861
TOTAL - FISCAL									962.415
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									962.415

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	R F	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									3.000.000
		ATIVIDADES							
04 122	0750 2000	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS							2.931.200
04 122	0750 2000 0001	MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - NACIONAL	F	3	P	90	0	650	2.931.200
			F	4	P	90	0	650	330.000
04 122	0750 2002	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS							68.800
04 122	0750 2002 0001	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL	F	5	P	90	0	650	68.800
			F	5	P	90	0	650	68.800
0796 INFORMACOES ESTATISTICAS E GEOGRAFICAS									1.091.078
		ATIVIDADES							
04 126	0796 2236	SISTEMA INFORMATIZADO DE DADOS ESTATISTICOS							1.091.078
04 126	0796 2236 0001	SISTEMA INFORMATIZADO DE DADOS ESTATISTICOS - NACIONAL	F	3	P	90	0	650	1.091.078
TOTAL - FISCAL									4.091.078
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.091.078

TOTAL - GERAL	4.539.000
---------------	-----------

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0803 RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO									962.415
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 212	0803 0001	INTEGRALIZACAO DE COTAS DA CORPORACAO ANDINA DE FOMENTO - CAF							962.415
28 212	0803 0001 0001	INTEGRALIZACAO DE COTAS DA CORPORACAO ANDINA DE FOMENTO - CAF - NACIONAL							962.415
			F	5	F	90	0	100	962.415
TOTAL - FISCAL									962.415
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									962.415

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS									155.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
04 212	0681 0107	CONTRIBUICAO A COMISSAO ECONOMICA PARA A AMERICA LATINA E CARIBE - CEPAL							155.000
04 212	0681 0107 0001	CONTRIBUICAO A COMISSAO ECONOMICA PARA A AMERICA LATINA E CARIBE - CEPAL - NACIONAL	F	3	P	80	0	100	155.000
0777 CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS EM FINANÇAS PUBLICAS E AREAS AFINS									192.000
		ATIVIDADES							
04 128	0777 2219	FORMACAO E CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS EM PESQUISA ECONOMICA APLICADA E AVALIACAO DE POLITICAS PUBLICAS							192.000
04 128	0777 2219 0001	FORMACAO E CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS EM PESQUISA ECONOMICA APLICADA E AVALIACAO DE POLITICAS PUBLICAS - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	192.000
0797 INFORMACAO E CONHECIMENTO EM POLITICAS PUBLICAS									673.000
		ATIVIDADES							
04 121	0797 2217	COORDENACAO NACIONAL DA PESQUISA ECONOMICA							170.000
04 121	0797 2217 0001	COORDENACAO NACIONAL DA PESQUISA ECONOMICA - NACIONAL	F	3	P	50	0	100	170.000
04 121	0797 2220	ESTUDOS E PESQUISAS VOLTADOS AO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO							207.000
04 121	0797 2220 0001	ESTUDOS E PESQUISAS VOLTADOS AO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO - NACIONAL	F	3	P	90	0	100	207.000
04 121	0797 2221	ACOMPANHAMENTO E ANALISE DE CONJUNTURA							96.000
04 121	0797 2221 0001	ACOMPANHAMENTO E ANALISE DE CONJUNTURA - NACIONAL	F	3	P	50	0	100	96.000
			F	3	P	90	0	100	96.000
04 121	0797 2222	MONITORAMENTO E AVALIACAO DE POLITICAS PUBLICAS							200.000
04 121	0797 2222 0001	MONITORAMENTO E AVALIACAO DE POLITICAS PUBLICAS - NACIONAL	F	3	P	50	0	100	110.000
			F	3	P	90	0	100	90.000
TOTAL - FISCAL									1.020.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.020.000

ORGAO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO

UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0905 OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA INTERNA (JUNTOS E AMORTIZACOES)									385.477
		OPERACOES ESPECIAIS							
28 843	0905 0455	DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA							385.477
28 843	0905 0455 0001	DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA - NACIONAL							385.477
			F	o	F	90	0	100	385.477
TOTAL - FISCAL									385.477
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									385.477

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

PROJETO DE LEI Nº 41, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de R\$ 77.217.464,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002) crédito especial no valor de R\$ 77.217.464,00 (setenta e sete milhões, duzentos e dezessete mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais), em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da incorporação de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2001, do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0463 INOVACAO PARA COMPETITIVIDADE									77.217.464
		OPERACOES ESPECIAIS							
04 123	0463 0410	FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE PESQUISA POR MEIO DA FINEP							77.217.464
04 123	0463 0410 0001	FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE PESQUISA POR MEIO DA FINEP - NACIONAL							77.217.464
			F	5	F	90	0	680	77.217.464
TOTAL - FISCAL									77.217.464
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									77.217.464

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N^o 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI N^o 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôles dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

- I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
 - II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
 - III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
-

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 1^o Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

II - os provenientes de excesso de arrecadação; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 2^o Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 3^o Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 4^o Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

.....

PROJETO DE LEI Nº 42, DE 2002-CN

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$ 79.276.270,00, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$ 79.276.270,00 (setenta e nove milhões, duzentos e setenta e seis mil, duzentos e setenta reais), para atender às programações constantes do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de:

I – superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício de 2001, no valor de R\$ 14.215.870,00 (quatorze milhões, duzentos e quinze mil, oitocentos e setenta reais), sendo:

a) R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais) da União; e

b) R\$ 215.870,00 (duzentos e quinze mil, oitocentos e setenta reais) da Fundação Universidade Federal de Uberlândia; e

II – excesso de arrecadação de recursos não-financeiros diretamente arrecadados, no valor de R\$ 65.060.400,00 (sessenta e cinco milhões, sessenta mil e quatrocentos reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇAO SUBTITULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I L	F I E	VALOR
0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUACAO									215.870
12 364	0041 5081	PROJETOS							215.870
12 364	0041 5081 0031	MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO							215.870
		MODERNIZACAO E RECUPERACAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							
		AREA MODERNIZADA/RECUPERADA (MF473)	F	3	P	90	0	650	130.000
			F	4	P	90	0	650	24.440
			F	4	P	90	0	680	91.430
TOTAL - FISCAL									215.870
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									215.870

ORGAO : 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

UNIDADE : 26291 - FUNDACAO COORDENACAO DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUPERIOR

ANEXO

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA.ACAO SUBTITULO.PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I L	F I E	VALOR
0043 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE POS-GRADUACAO									14.000.000
		ATIVIDADES							
12 364	0043 2317	AMPLIACAO DO ACERVO BIBLIOGRAFICO PARA A POS-GRADUACAO							14.000.000
12 364	0043 2317 0001	AMPLIACAO DO ACERVO BIBLIOGRAFICO PARA A POS-GRADUACAO - NACIONAL	F	3	P	90	0	312	14.000.000
TOTAL - FISCAL									14.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									14.000.000

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

PROJETO DE LEI Nº 43, DE 2002-CN

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 500.000.000,00 para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002) crédito especial no valor de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), em favor de Encargos Financeiros da União, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotação orçamentária, indicada no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.407, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2002.

LEI Nº 10.336, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001.

Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituída a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), a que se refere os arts. 149 e 177 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 33, de 11 de dezembro de 2001.

§ 1º O produto da arrecadação da Cide será destinada, na forma da lei orçamentária, ao:

I - pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, de gás natural e seus derivados e de derivados de petróleo;

II - financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás; e

III - financiamento de programas de infra-estrutura de transportes.

§ 2º Durante o ano de 2002, será avaliada a efetiva utilização dos recursos obtidos da Cide, e, a partir de 2003, os critérios e diretrizes serão previstos em lei específica.

LEI Nº 10.453, DE 13 DE MAIO DE 2002

Dispõe sobre subvenções ao preço e ao transporte do álcool combustível e subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo - GLP, e dá outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.103- 42, DE 22 DE JUNHO DE 2001

Dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona, e dá outras providências.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

- I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
- II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
- III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

II - os provenientes de excesso de arrecadação; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. **(Veto rejeitado no D.O. 03/06/1964)**

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os projetos que acabam de ser lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação dos Projetos:

Até 11/8 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 19/8 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 24/8 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 3/9 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 260, de 2002** (nº 693/2002, na origem), de 6 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até EUR 182.800.000,00 (cento e oitenta e dois milhões e oitocentos mil euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para financiamento parcial do Projeto de Fortalecimento da Escola – Fundoescola IIIA.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 95/02-GLPFL

Brasília, 6 de agosto de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito seja feita alteração na indicação dos membros da Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 46, de 25 de junho de 2002, que “Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, que passa a denominar-se Carreira Auditoria da Receita Federal – ARF, e sobre a organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência social e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho, e dá outras providências; ficando assim constituída:

Titular	Suplentes
José Agripino	Leomar Quintanilha
Romeu Tuma	Francelino Pereira

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. GLPMDB Nº 110/2002

Brasília, 6 de agosto de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 35, de 27 de março de 2002, que “Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2002, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares	Suplentes
Pedro Simon	Marluce Pinto
Amir Lando	Marluce Pinto

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Gilberto Mestrinho**, Vice-Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti por vinte minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a continuidade da afirmação da soberania nacional sobre as terras amazônicas situadas em nossas fronteiras, a exploração racional das suas imensas riquezas, o controle institucional e científico sobre a sua formidável biodiversidade e a integração econômica e geopolítica com os países do Norte continuam, neste início de século, mobilizando as atenções do povo brasileiro e causando grandes preocupações nos meios governamentais, intelectuais, acadêmicos e militares.

É importante lembrar que, nos dias de hoje, os temores da internacionalização da Amazônia estão mais vivos do que nunca. A Amazônia continua sendo vista pelas grandes potências mundiais como um dos pontos geográficos mais inquietantes em matéria de estratégia, de segurança e de geopolítica.

Nos Estados Unidos e nos chamados países centrais, vez por outra, importantes veículos de comunicação desenvolvem uma campanha nitidamente subliminar para convencer a opinião pública de que a floresta amazônica está sendo irresponsavelmente destruída, sem que os governos regionais tomem qualquer providência para conter o processo. Procuram mostrar uma Amazônia com enormes áreas de

vastadas por gigantescos incêndios e queimadas, grandes extensões arruinadas pela atividade garimpeira, enormes espaços desmatados, milhares de troncos de madeiras nobres apodrecendo nos rios, fronteiras completamente abandonadas e totalmente controladas por aventureiros, criminosos, traficantes de escravas brancas, contrabandistas, narcotraficantes e guerrilheiros, principalmente os que lutam nas fileiras das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

Em verdade, o cidadão comum do Hemisfério Norte tem sido constantemente bombardeado por esse tipo de informação sensacionalista. Em quase todo noticiário, a idéia central é a de que a floresta deveria ser transformada em patrimônio da humanidade e não continuar sob a responsabilidade de um grupo de países que tem demonstrado, segundo eles, total incapacidade para administrá-la e desenvolvê-la.

Ao longo dos séculos, a Amazônia tem ocupado lugar de primeira grandeza na berlinda internacional. No caso da Amazônia brasileira, que representa a maior parte do total do território, as discussões foram ainda mais acirradas. As incontáveis batalhas diplomáticas travadas entre brasileiros e estrangeiros merecem destaque, porque representam muito para a nossa soberania, para os nossos brios nacionais e para a nossa formação histórica.

Em 1750, por exemplo, enfrentando todo tipo de obstáculo imposto pelas nações colonialistas, os diplomatas brasileiros, com muita habilidade e competência, conseguiram conquistar a assinatura do Tratado de Madri, que consagrou os limites efetivos do território da Amazônia brasileira e definiu a soberania nacional sobre ele. Todavia, para que isso acontecesse, foi preciso expulsar, pela força das armas, invasores holandeses, ingleses, franceses e irlandeses.

Daí para frente, de maneira freqüente, muitas outras tentativas visando a quebra da nossa hegemonia sobre o território se repetiram ao longo dos anos. Na segunda metade do século XIX, por volta do ano 1860, os Estados Unidos, preocupados com as pressões que iriam pouco mais tarde desencadear a Guerra da Secessão, tentaram instalar contingentes de populações negras na Amazônia brasileira.

Mais adiante, no início do século XX, aconteceram sangrentos confrontos pela posse de uma faixa de terra situada entre o Acre e a Bolívia, envolvendo o Bolivian Syndicate, que queria assumir o controle da região. Mais tarde, com determinação, O Presidente Arthur Bernardes rejeitou o projeto de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica.

Nos anos 60 do século passado, surgiu a idéia absurda da construção de um imenso lago. O objetivo seria a geração de milhares de megawatts de energia. A proposta foi defendida pelo polêmico futurólogo americano Herman Khan, já falecido. Segundo laudos técnicos da época, sua execução provocaria um gigantesco desastre ecológico sem precedentes em toda a Região Amazônica.

Outros planos mal intencionados surgiram logo após a idéia do grande lago amazônico. Entre eles, no final da década de 60, no Pará, veio à tona o famoso Projeto Jari, patrocinado pelo milionário americano Daniel Keith Ludwig.

Finalmente, nos anos 70 e 80, vários chefes de Estado, entre eles membros do chamado Grupo dos Sete Países Mais Ricos do Mundo, o G7, em diferentes ocasiões, não deixaram de manifestar claras preocupações em relação ao futuro da Amazônia e sua repercussão para o equilíbrio ecológico mundial. Nesse sentido, críticas diretas foram feitas às demarcações de terras indígenas, mais precisamente ao Decreto nº 1.775, de 1996.

Pouco antes de morrer, o líder socialista francês François Mitterrand não escondia sua preocupação em relação à Amazônia. Para ele, todo o território deveria ser incluído nas chamadas “zonas de interesse da humanidade”, ou seja, área geográfica considerada sensível, estratégica e passível de intervenção internacional em caso de ameaça ao seu equilíbrio, à sua integridade e à sua preservação. Aliás, em diversas ocasiões, o Sr. Al Gore, quando exercia o cargo de vice-presidente dos Estados Unidos, também compartilhava das mesmas posições. Sempre que tinha uma oportunidade, não deixava escapar a defesa da “soberania relativa” sobre áreas que considerava de “interesse da humanidade” e, nesse caso, é claro, referia-se diretamente à Amazônia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não podemos deixar de considerar que as possibilidades de intervenção militar estrangeira na Amazônia são reais. Assim, diante dessas ameaças constantes, não podemos mais transferir para um futuro impreciso a sua ocupação na parte que nos cabe e o conseqüente estabelecimento de ações afirmativas, econômicas e militares, capazes de promover, em curto prazo, o seu desenvolvimento sustentável e a sua defesa contra ataques externos.

Entre essas providências está o Projeto Calha Norte, que caminha a passos lentos. Quase sempre os recursos são insuficientes e, por isso, o seu calendário sempre está sujeito a modificações – aliás, o Projeto Calha Norte só existe, Sr. Presidente, graças

às emendas dos parlamentares da Amazônia, que o colocam no Orçamento da União. No entanto, o Projeto Calha Norte é fundamental para a integração da Amazônia brasileira ao resto do Brasil e para a integridade do nosso território. Basta lembrar que, no futuro próximo, a integração entre o Calha Norte, o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e o Sistema de Vigilância da Amazônia, que já foi implantado, será fundamental para a soberania brasileira.

Outra ação que deve ser vista como prioritária e urgente é a integração da parte norte do nosso país com o Peru, Equador, Colômbia, Venezuela e Guianas. É importante ressaltar que as repercussões da integração do Norte forçaria, por exemplo, em prazo mais curto, a dinamização da hidrovia Paraguai-Paraná, com um itinerário de três mil e quinhentos quilômetros, desde Porto Cáceres, em Mato Grosso, até o rio da Prata.

Por outro lado, a ligação rodoviária do Nordeste brasileiro com o Pacífico, um velho sonho de integração, dinamizaria, sem dúvida alguma, o comércio com a parte norte do nosso continente, com resultados econômicos significativos no médio prazo para o Peru, Colômbia, Venezuela e para as Guianas.

Todos nós sabemos que a Venezuela sempre desejou a criação de uma zona de livre comércio com o Mercado do Cone Sul (Mercosul) e com o Brasil, através de acordos bilaterais nas áreas de energia e de combustíveis.

Diante de toda essa disposição venezuelana e da aproximação que temos com os outros países amazônicos, a completa adesão de nossa fronteira norte ao Mercosul e o fortalecimento de seus laços com o resto do Brasil oferecerão, indubitavelmente, aos países do Pacífico andino uma nova oportunidade de recomeço no sentido da formação de um respeitável e dinâmico bloco econômico.

Não podemos esquecer também de que a Venezuela conta hoje com um dos maiores potenciais energéticos do mundo. Segundo estimativas, suas reservas chegam a 335 bilhões de barris de petróleo, e as reservas de gás natural, ao equivalente a 20 bilhões de barris de petróleo. A toda essa riqueza ainda devem ser adicionadas as suas imensas reservas de carvão e a inesgotável capacidade da hidrelétrica de Guri, a segunda maior usina do mundo, após Itaipu, e que está fornecendo energia para o meu Estado de Roraima.

No momento em que o Governo brasileiro está preocupado com a possibilidade de boicote dos Estados Unidos e da Inglaterra à Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10), prevista para

agosto, em Johannesburgo, na África do Sul, ambientalistas de vários países, em encontro preparatório no Rio de Janeiro, discutem neste momento novas formas de desenvolvimento sem destruição do meio ambiente e firmam posição no sentido de colocar em prática, mesmo com 10 anos de atraso, projetos firmados na Rio 92. Dessa maneira, às vésperas da Conferência Mundial que será realizada na África do Sul, as questões relativas ao meio ambiente e à preservação das florestas tropicais voltam com toda a força à mesa das grandes discussões sobre o desenvolvimento sustentável. Logicamente, a Amazônia será, mais uma vez, a grande vedete dos debates.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de terminar este pronunciamento dizendo que os países ricos, sem qualquer cinismo, colocam-nos injustamente no banco dos réus como agressores da natureza. Na verdade, os destruidores da natureza e os maiores predadores são as chamadas sociedades da abundância. Apesar de toda a sua história e cultura, de todo o seu arsenal científico e tecnológico, de todo o progresso material que conquistaram, os países tecnologicamente mais avançados não conseguem conter a síndrome da destruição, que é inerente à lógica irracional de seu processo de acumulação de capital. Assim, ao longo de toda a sua história econômica, destruíram quase que completamente as florestas existentes em seus continentes, poluíram os rios, perfuraram a camada de ozônio da Terra e montaram uma colossal indústria de armamentos nucleares, completamente inútil e cujo único efeito foi o de espalhar o terror pelo mundo.

Diante do comportamento destrutivo dos países ricos e das falsas acusações que costumam lançar contra os países menos desenvolvidos, precisamos formar uma grande corrente nacional e mesmo mundial em defesa da Amazônia e denunciar o desejo dessas potências, que é o de sua internacionalização. Só assim conseguiremos salvaguardar a floresta e a sua biodiversidade em benefício de uma nova ordem que beneficie os interesses da Amazônia, do Brasil e da humanidade.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral. (Pausa.)

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para solicitar de V. Ex^a a minha inscrição para falar como Líder do PDT, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Ex^a será inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, por permuta com o Senador Ney Suassuna.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi há pouco o Senador Mozarildo Cavalcanti manifestar a sua preocupação em relação à Amazônia e, principalmente, às ameaças que vêm de fora, no arco de fronteira com a Colômbia. Eu estava a me perguntar, Sr. Presidente, se, em uma hora tão difícil para o País e tão incerta para a Amazônia, não é caso de este Congresso reagir ao que está acontecendo às nossas Forças Armadas, uma instituição fundamental para o País.

As Forças Armadas estão vivendo um momento de penúria. Com o seu orçamento reduzido, vêm abreviando o tempo de permanência dos recrutas por falta de recursos para mantê-los. E eu me pergunto se esses recrutas – cerca de 14 mil –, que ainda não tiveram tempo de se formar na caserna como cidadãos, depois de se adestrarem no uso de armas, não passarão, muitos deles, a ser presas fáceis do narcotráfico. Temos aí um grupo de milhares de jovens – muitos frustrados, porque pensavam em fazer carreira militar, concurso para cabo – que aprenderam a atirar, usar armas, e agora se vêem lançados ao desemprego. Que belo recrutamento farão os narcotraficantes nesse contingente de ex-militares!

Ao mesmo tempo, leio que famílias de sargentos da Vila Militar do Rio de Janeiro se desesperam para complementar o orçamento familiar, vendendo churrasquinho, pastel e caldo de cana para sobreviverem.

Os equipamentos militares, quase todos, estão obsoletos e os militares encontram-se desmotivados pela falta de meios para se realizarem profissionalmente e pelos baixíssimos salários.

Pergunto, Sr. Presidente, se não é hora de o Congresso tomar uma atitude mais enérgica e eu, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tenho, mais do que os outros, o dever de insistir nisso. É hora de pressionarmos o Executivo para que verbas suplementares venham socorrer as Forças Armadas nessa situação difícil que vive hoje e de verdadeira humilhação para os nossos militares, inclusive os oficiais. É uma situação

altamente preocupante, à qual o Congresso Nacional não pode ficar alheio.

Senador Ney Suassuna, V. Ex^a chegou agora, eu estava falando da situação difícil e humilhante que vivem as Forças Armadas deste País. O Senador Mozarildo Cavalcanti há pouco clamava pela necessidade de defender as fronteiras da Amazônia contra o narcotráfico, possíveis intervenções estrangeiras, e com o desaparecimento do Calha Norte, que apenas ainda não foi desativado graças às emendas apresentadas por Parlamentares da Amazônia. Que País é este, Senador Ney Suassuna, que deixa as suas Forças Armadas chegarem a esta situação?

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permitte-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Concedo-lhe o aparte com muito carinho.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Jefferson Péres, essa é uma pergunta que toda a Nação faz, mas principalmente as Forças Armadas. Dos 700 e poucos aviões que temos, menos de 50 estão voando. O restante está no solo, consumindo recursos com a manutenção para que estejam prontos caso necessitemos usá-los. Além disso, os equipamentos estão obsoletos e não temos sequer munição para fazer treinamento. E os nossos pilotos, cuja formação custa uma verdadeira fortuna aos cofres públicos, descem de um avião – onde não voam as horas necessárias também por falta de recursos – e pegam o volante de um carro, de um táxi para complementar o salário. O que se vê, portanto, é uma humilhação para o Exército, para a Marinha e para a Aeronáutica. Concordo em gênero, número e grau com V. Ex^a. É preciso que providências sejam tomadas. Podemos até tornar menor as Forças Armadas, mas que tenham condições de prestar o serviço que a Nação espera e que a Constituição preconiza. Parabéns.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna.

Concordo com V. Ex^a. Creio que enxugar as Forças Armadas, talvez torná-las mais profissionais, e, quem sabe, extinguir o Serviço Militar Obrigatório para formar uma Força extremamente profissionalizada, pode ser o caminho. Mas as Forças Armadas também prestam inestimáveis serviços à população civil, principalmente na minha região, a Região Amazônica.

É a Marinha levando serviço médico-odontológico às populações ribeirinhas, é a FAB transportando doentes em distâncias que vão a mais de mil quilômetros para tratamento em Manaus, é o Exército, através

do Calha Norte, prestando assistência médica e educacional às populações indígenas da fronteira.

Enfim, as Forças Armadas são absolutamente imprescindíveis numa hora como esta, sobretudo para a minha região.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES – Concedo-lhe um aparte, Senador Moreira Mendes.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Ilustre Senador Jefferson Péres, como integrante da Bancada da Amazônia, também não poderia deixar de manifestar a minha indignação com esse estado de verdadeiro abandono em que o Governo brasileiro coloca nossas Forças Armadas. Muitos conhecem o papel constitucional das Forças Armadas – defesa da Pátria e manutenção da soberania nacional -, mas poucos, muito poucos, além dos amazônidas, são capazes de conhecer e avaliar a importância, o papel social que as Forças Armadas têm na nossa região, nessa vastíssima região brasileira que é a Amazônia. Não fossem as Forças Armadas, certamente a Amazônia não seria mais nossa. Não tenho a menor dúvida em fazer essa afirmação. Há uns oito meses, participei de um café da manhã no Alto Comando das Forças Armadas, onde os militares procuraram sensibilizar os integrantes da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional para a viabilização de recursos para que as Forças Armadas pudessem se manter de pé. Lamentavelmente, com o pronunciamento de V. Exª e com o do Senador Mozarildo Cavalcanti, que o antecedeu, vejo que, ao invés de o Governo alocar verbas para fazer o mínimo indispensável à manutenção dessas instituições, sobretudo na Amazônia, retirou e cortou mais ainda o já pequeno orçamento. De sorte que também quero hipotecar a minha solidariedade ao pronunciamento de V. Exª, somando-me a ele, e manifestar, em nome da população de Rondônia, que integra a região amazônica, a minha indignação contra esse estado de coisas.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – A indignação é de todos nós, Senadores, nobre Senador Moreira Mendes.

A Srª Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – V. Exª me permite um aparte?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JEFFERSON PERES (PDT – AM) – Ouço o aparte de V. Exª, nobre Senadora Heloísa Helena e, em seguida, com prazer, o aparte de V. Exª, nobre Senador Roberto Saturnino.

A SRA. Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Nobre Senador Jefferson Péres, quero saudar o pronunciamento de V. Exª. Tive a oportunidade de escutar várias vezes, nesta Casa, pronunciamentos do nobre Senador Mozarildo Cavalcanti sobre o assunto. E faço uma saudação muito especial à convocação feita por V. Exª, inclusive na condição de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. É evidente que o debate sobre a Amazônia não é novo. Várias vezes, V. Exª e outros Parlamentares da Região Norte, de uma forma muito especial, têm se debruçado sobre o tema. A discussão internacional sobre a administração compartilhada e a soberania limitada do Brasil em relação à Amazônia não é nova. Vários dirigentes de organismos institucionais dos Estados Unidos e da Europa, nos seus respectivos parlamentos, em campanhas eleitorais para o Executivo americano e europeu, já debateram sobre a necessidade de se estabelecer um mecanismo de controle mundial em relação à Amazônia, por motivos óbvios que todos nós já tivemos a oportunidade de discutir. Infelizmente, tanto o Congresso Nacional como o próprio Governo Federal não tiveram a capacidade de enfrentar essas instituições internacionais num debate sobre a administração compartilhada e a soberania limitada da Amazônia, além de debater sobre as nossas Forças Armadas. Imaginem como se debate a segurança nacional e a soberania de um país de dimensões continentais, o maior da América Latina e um dos maiores do mundo, com larga fronteira com diversos países, inclusive alguns passando por ebulições sociais extremamente grandes! E nós tratamos as Forças Armadas do nosso País dessa forma, como se não bastassem os problemas gravíssimos em relação à inteligência do Sivam e à cessão da Base de Alcântara. E nós vivemos uma situação de desestruturação de todo o aparelho de segurança nacional, que é justamente as nossas Forças Armadas. Portanto, quero saudar o pronunciamento de V. Exª, que não é uma surpresa, pois V. Exª tem sido um exemplo nesta Casa, inclusive presidindo a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. V. Exª aborda um tema extremamente importante: o papel das Forças Armadas e o papel que o Congresso Nacional e o Brasil devem ter diante não apenas das especulações internacionais, mas da ofensiva internacional com vista à soberania limitada e à administração compartilhada da nossa Amazônia. Parabéns V. Exª.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Muito obrigado, Senadora. É espantoso que este Governo não compreenda o mal que causa ao País com esse desprezo que manifesta pelos nossos militares.

Ouç o Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Jefferson Péres, quero apenas cumprimentar V. Ex^a. Escutei o pronunciamento de V. Ex^a e estou escutando os apartes que lhe foram oferecidos. Realmente, V. Ex^a foi de uma felicidade muito grande ao levantar um tema dessa importância, com a gravidade e a densidade que os pronunciamentos de V. Ex^a têm nesta Casa e fora dela. Preocupa a todos os brasileiros essa degradação da atenção governamental para com as Forças Armadas de um modo geral. Enquanto cidadãos brasileiros e representantes deste povo e desta Nação, temos o dever de ligar as antenas e desconfiar que, por trás dessa degradação, haja algum propósito escuso e que o nosso Governo talvez não esteja com sua percepção completamente desenvolvida para atentar para o enfoque dessa questão. É preciso que seja considerada a possibilidade de haver em todo esse processo algum tipo de interferência exterior, no sentido de degradar mesmo as Forças Armadas brasileiras e cortar qualquer possibilidade de o Brasil vir a se afirmar como uma potência militar média no cenário mundial. Esse assunto tem que ser discutido, e V. Ex^a foi felicíssimo ao escolhê-lo. Como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, V. Ex^a certamente irá convocar um debate no seio daquela Comissão sobre o tema, que interessa ao destino do Brasil, não só pela questão da defesa do seu território. Foi publicado no **The New York Times*** matéria sobre a “incompetência” do Brasil para cuidar da Amazônia. Tudo isso pode ter ligação, e temos o dever de desconfiar que tem mesmo e discutirmos o tema a fundo. O Brasil não pode prescindir das suas Forças Armadas, não só para sua defesa como também para o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico do País. De forma que cumprimento V. Ex^a e peço desculpas se me excedi no aparte, mas esse pronunciamento é profundamente importante neste momento em que estamos vivendo.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Senador Roberto Saturnino, o aparte de V. Ex^a nunca é demais. Mas o que podemos esperar de um governo que deixa no seu Estado, o Rio de Janeiro, a mais antiga universidade do País, a UFRJ, ter sua luz cortada por falta de pagamento?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Muito bem lembrado. Agradeço a V. Ex^a esta lembrança que indignou a todo o País.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Que País é este, Senador?!

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Não há dúvida de que V. Ex^a é o Senador com maior autoridade para falar sobre essa matéria. Primeiro, por representar a região e, segundo, por ser Presidente da nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. V. Ex^a aborda com muita competência um assunto que, apesar de vivermos praticamente um recesso branco, o Congresso Nacional tem a obrigação de averiguar o que está acontecendo. O Rio Grande do Sul viveu momentos dolorosos quando da liberação, antes do tempo, de centenas de jovens que estavam se preparando para fazer concurso e que foram dispensados, sem mais nem menos. Acho até que as autoridades do Exército do Rio Grande do Sul tiveram uma atitude de grandeza e de humildade ao declarar que estavam dispensando os jovens do serviço militar porque, infelizmente, o orçamento não permitia mantê-los. Foi um ato de humilhação realmente incompreensível. Não dá para entender como o Senhor Fernando Henrique Cardoso e o seu governo estejam vendo as coisas acontecerem, numa época em que o mundo vive uma hora realmente complexa e principalmente aquela região vive um momento profundamente dramático, e não tomem uma atitude. Lembrou bem o Senador Saturnino: o jornal de Nova Iorque publicou matéria desmoralizando, ridicularizando o Governo brasileiro, afirmando que ele não tem condições de cuidar da Amazônia, o que eles vem dizendo, diga-se de passagem, há muito tempo. E, numa hora como essa, o Brasil corta suas verbas. Estava outro dia participando de uma solenidade em que estavam presentes os Comandantes do V Distrito Naval e do III Exército e eles mostraram-me a situação de penúria em que vivem. Os navios brasileiros estão praticamente parados porque não tem dinheiro para comprar o óleo necessário. Não dá para entender que, no final do oitavo ano do Governo Fernando Henrique, Sua Excelência esteja oferecendo um quadro desses. Penso que o Senador Saturnino tem razão: se não é de propósito, é de uma irresponsabilidade total. Ou é de propósito, o que não acredito sinceramente, não me passa pela cabeça que exista a pretensão de se humilhar as Forças Armadas, ou é de uma irresponsabilidade que não tem limites. Meus cumprimentos e minha solidariedade pelo oportuno pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon. Não pode ser intencional. Não acredito que seja. É um Governo que não tem, realmente, prioridades nem noção do que é importante para este País.

A Srª Emilia Fernandes (Bloco/PT – RS) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Concedo o aparte à Senadora Emilia Fernandes.

A Srª Emilia Fernandes (Bloco/PT – RS) – Senador Jefferson Péres, também gostaria de me congratular com V. Exª pelo tema que aborda. O Congresso Nacional, em especial o Senado da República, e particularmente por meio da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tem demonstrado publicamente ao Brasil, às Forças Armadas, o respeito e consideração que temos por essa questão. Lamentavelmente, estamos vendo um projeto de Brasil que se esgota em todos os seus temas. Do ponto de vista social, estamos com um Brasil vice-campeão de desemprego; do ponto de vista econômico, o Brasil, mais uma vez, está balançando diante dessa especulação internacional e da conjuntura internacional, que joga o nosso País em uma situação profundamente difícil. Consideramos que essa agressão, essa fragilidade demonstrada pela falta de políticas claras, de garantia e de fortalecimento das nossas Forças Armadas, a exemplo de outros setores, demonstra totalmente a incompetência e a falta de respeito, diria, com um país que tem um projeto de nação. As Forças Armadas, hoje, desmistificando aqueles mitos de resistência em relação ao que realmente representam, têm, na Constituição, as suas prerrogativas definidas e não são nas ruas que precisam estar. Precisam estar fortalecendo as nossas fronteiras, fazendo políticas de paz e de desenvolvimento, ajudando como estão fazendo em sua região, onde tivemos oportunidade de conhecer o grande Projeto Calha Norte, que é tão importante para o Brasil e, principalmente, para o povo da Região Amazônica. V. Exª traz um tema importante. Essa é uma demonstração pública não apenas para o Brasil mas para o mundo do esgotamento total que tem essa política defendida pelo atual Presidente da República. Queremos dizer também que entendemos que a segurança nacional tem nas Forças Armadas a sua alma e a sua inspiração, e o que foi agora escancarado para o Brasil demonstra claramente ao povo brasileiro a política que não respeita nem as instituições mais importantes deste País. Cumprimento-o pelo seu pronunciamento.

O SR. JEFFERSON PERÉS (PDT – AM) – Obrigado, Senadora Emilia Fernandes. Com o seu aparte encerro o meu pronunciamento, Sr. Presidente, lamentando que o Congresso viva um recesso branco que não nos permite convocar o Ministro da Defesa para que, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pudéssemos expressar a nossa indignação com esse tratamento odioso que o Governo está dando às nossas Forças Armadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha, por vinte minutos.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de me congratular com a torcida do Paysandu Sport Club, de Belém do Pará. Mesmo sendo remista, Senador Eduardo Suplicy, considero importante que um clube da Amazônia, um clube do Estado do Pará tenha sido campeão da Copa dos Campeões. Como Parlamentar que representa os interesses da Amazônia e com a crença de que o esporte é fundamental na vida do ser humano e muito importante para uma vida mais saudável, congratulo-me com a equipe e a torcida do Paysandu e as parabênizo. Parabênizo de forma especial a torcida do Paysandu no Estado do Amapá. O Paysandu disputará a Taça Libertadores das Américas e estará fora das fronteiras nacionais representando não somente o Pará e o Brasil, mas muito significativamente a Amazônia brasileira. Portanto, Senador Moreira Mendes, mesmo sendo remista, torcedor do clube que mais se contrapõe ao Paysandu, não posso deixar de me alegrar e de dedicar parte deste pronunciamento à equipe e à torcida do Paysandu, congratulando-me pela vitória magnífica do Paysandu Sport Club.

Sr. Presidente, trago nesta tarde um exemplar do resumo do meu trabalho denominado Atuação Parlamentar. Peço à Mesa que insira nos Anais da Casa a íntegra desse trabalho que, ao longo dos oito anos, aponta as conquistas do Brasil e do Senado Federal e do Amapá em defesa da sociedade brasileira, de uma sociedade mais justa, de um País mais próspero.

De uma maneira muito especial, dediquei grande parte do meu trabalho ao Estado do Amapá, com conquistas muito importantes, como, por exemplo, a iminente inauguração da primeira etapa do Hospital Universitário, que viabilizará o curso de Medicina na Universidade Federal do Amapá – Unifap, com cuja reitoria tenho trabalhado em parceria, produzindo grandes benefícios para aquela entidade. Após a concretização da primeira etapa do Hospital Universitário, o próximo passo é a implantação do curso de Medicina.

Obtivemos conquistas como a defesa dos direitos do consumidor nos planos de saúde; a defesa dos direitos das pessoas portadoras de transtornos psíquicos conquistados quando relatei a reforma psiquiátrica; a igualdade entre brancos, negros e pardos, quando relatei projeto de autoria do Senador José Sarney, que cria um programa de ações afirmativas

para o Brasil, em especial as cotas para o ingresso dos negros nas universidades e órgãos públicos.

Nesse trabalho, também apresento as conquistas de verbas para meu Estado. Mesmo sendo um Parlamentar de Oposição, Senador Gilberto Mestrinho, sinto-me realizado no Senado Federal, porque pude liberar grande parte dos recursos que aloquei no Orçamento da União, com dificuldades; na maioria das vezes, com retaliações. Mas, com tenacidade, autenticidade, coerência, consegui liberar recursos muito importantes para o saneamento básico, para a saúde pública, para a educação, para a urbanização, para obras de infraestrutura, no meu Estado do Amapá.

Apresento esse trabalho, que conclui com a canção do Amapá, cuja letra magnífica é de Joaquim Gomes Diniz, e cujo refrão diz:

Se o momento chegar algum dia
De morrer pelo nosso Brasil,
Hão de ver deste povo à porfia,
Pelejar neste céu cor de anil.

Esse é o refrão da linda Canção do Amapá, que encerra este trabalho, que elaborei com zelo, dedicação e, sobretudo, em homenagem ao povo do meu Estado do Amapá, que tem o direito de conhecer, cada vez mais, o meu trabalho.

Apresentei, recentemente, dois projetos de grande importância para o Estado do Amapá. Um diz respeito à transferência das terras públicas da União para o Estado do Amapá. Como ex-território, o nosso Estado herdou uma grande parcela de terras pertencentes à União. E neste momento se faz necessária a transferência dessas terras para o Estado do Amapá.

Nesse sentido, apresentei projeto de lei exatamente para que essas terras sejam então transferidas para o Governo do Estado do Amapá e aproveitadas para reforma agrária, para loteamentos, para assentamentos, para o desenvolvimento do Estado, para o desenvolvimento da agricultura, para o desenvolvimento do setor produtivo.

Tenho grande esperança de que, em breve, este projeto merecerá a aprovação do Senado Federal.

O outro projeto diz respeito a um Fundo de Compensação para os Estados abrangidos por reservas extrativistas, por unidades de conservação ambiental. O Brasil possui inúmeras unidades de conservação, seja na forma de parques, seja na forma de reservas extrativistas, seja na forma de unidade de desenvolvimento sustentável.

Recentemente, o Amapá foi escolhido pelo Governo Federal para abrigar o maior parque de florestas tropicais do mundo: o Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque, que representa uma área de

26% do território do Amapá, são 3,8 milhões hectares. Toda essa área, quando unida a outras reservas extrativistas ou outras unidades de conservação, unidas também às áreas indígenas, soma um total de aproximadamente 54% do território do Amapá, que, portanto, se encontra protegido pela União, sem qualquer possibilidade de desenvolvimento de projetos em defesa da economia e de uma melhor qualidade de vida do seu povo.

Sr. Presidente, desculpe interromper o meu pronunciamento, mas vejo que o painel assinala o término do meu pronunciamento e eu me inscrevi para falar por 20 minutos. Não sei o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Ex^a tem razão. Foi registrado no painel de maneira equivocada. Pelo painel V. Ex^a já encerrou seu tempo, mas na verdade não encerrou. Prossiga. Seu tempo se concluirá às 15h25. Portanto, ainda restam 11 minutos.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Então, com relação ao Parque do Tumucumaque, o que queremos? Queremos discutir melhor a questão; queremos que o Presidente da República dê oportunidade ao povo do Amapá de um debate produtivo, positivo, que leve em conta o homem que mora nessas áreas, o homem que está na floresta e que precisa sobreviver.

Ou o Governo Federal quer expulsar essas pessoas dessas áreas? Ou o Governo Federal quer condenar essas pessoas à fome, à miséria, à doença, ao isolamento?

Então, Presidente Fernando Henrique Cardoso, queremos a oportunidade de debater o assunto com grandeza, com a acuidade necessária, Senador Moreira Mendes, para entender que o meio ambiente é fundamental não apenas para o Amapá, não apenas para o Brasil, não apenas para a Amazônia brasileira, para toda a humanidade. Nesse contexto, penso que devemos contribuir sim.

Portanto, não vim a tribuna para dizer que sou contra a criação do Parque do Tumucumaque, mas à maneira impositiva como tem sido conduzido o projeto. Não só eu, mas também a Governadora do Estado e os Prefeitos dos Municípios atingidos, que são cinco.

O que queremos? Queremos uma compensação, queremos que o Governo brasileiro compense o Estado do Amapá, que o Governo brasileiro compense os Municípios atingidos pelo Parque do Tumucumaque, que o Governo brasileiro indique qual será a contrapartida para o povo da região. Nesse aspecto fiz menção aos projetos importantes que apresentei. Um deles, Senador Moreira Mendes, criando a bolsa

ambiental para o morador da floresta que não tem outro meio de vida a não ser a roça, e que precisa, portanto, desmatar para sobreviver, mesmo que seja pequenas áreas, porque está na agricultura de subsistência. Mas, dentro do parque, dentro da reserva, está proibido, está impedido. Então, apresentei o projeto, criando a bolsa ambiental, que é uma forma de remunerar com um salário mínimo as famílias que habitam essas áreas do parque. E de onde vem o dinheiro? O dinheiro tem que vir dos países ricos, porque, se estes exigem do Brasil a proteção do meio ambiente, se os países ricos impõem ao Brasil uma política severa de preservação do meio ambiente, eles que têm dinheiro, eles que repassem ao Brasil dinheiro para garantir uma qualidade de vida digna para o morador da floresta. Não sou contra, não, o que quero é uma contrapartida, o que quero é que o centro dessa discussão seja o caboclo da Amazônia.

Quando cheguei ao Senado, as minhas primeiras palavras foram de alerta para ao fato de que para cá veio um caboclo, um caboclo da Amazônia, com a responsabilidade maior de defender o povo da sua região. Então, sinto-me um legítimo representante do caboclo da Amazônia, porque nasci no meio da Amazônia, nasci na Ilha de Gurupá, no Jaburu dos Alegres, e, por isso, venho com muita autenticidade e determinação defender o meu povo, a minha gente, do Amapá e do Brasil.

Para isso, desejo que seja criada no Brasil essa bolsa ambiental. E mais, um fundo de apoio aos povos da floresta, que poderá arrecadar recursos federais, do orçamento, recursos estrangeiros para, então, beneficiar os moradores das unidades de conservação, de preservação ambiental e também os Municípios, através de uma compensação abrangidos por essas áreas.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP) – Concedo um aparte ao Senador Gilberto Mestrinho.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Nobre Senador Sebastião Rocha, V. Ex^a está falando muito bem da irresponsabilidade com que o Governo Federal trata a questão ambiental. Essa história ambiental está parecida com a das BRs, quando pegavam o mapa do Brasil, faziam uns traçados e batizavam de BR tal, tal e tal. O Brasil está cheio de BRs que não existem: uma faixa de 170 Km de um lado, 170 de outro, passava para a União, sem nenhuma satisfação a ninguém. Agora é a vez das reservas florestais, ambientais, florestas nacionais e reservas indígenas. Observem bem que só faltava, na fronteira, a região de Tumucumaque, a questão com as Guianas, por-

que, na fronteira com a Venezuela, já está a tribo lamomâmi; saindo dali, começa a Colômbia, vem a reserva Tucano; termina esta reserva, vem a reserva do Javari e uma pontinha na Bolívia, que estão terminando agora de fazer. Então, as fronteiras já são todas regiões indígenas. Como não era possível botar índio na terra Tumucumaque, estão criando a reserva florestal. E fazem assim mesmo, expulsam com a roupa do corpo moradores de mais de 100 anos na região. Esses moradores saem de lá e vivem de forma deplorável nas cidadezinhas miseráveis do interior da Amazônia. Fizeram isso em Pauini, um dos Municípios mais pobres do Amazonas. Demarcaram uma imensa reserva de conservação de floresta, expulsaram as pessoas e triplicaram a população do Município, mas com miseráveis. Eles não estão nem aí! Fazem o mesmo com as reservas indígenas. Expulsam as pessoas, dizem que vão indenizá-las, mas passam 30, 40 anos e não indenizam ninguém. Por quê? Porque há um compromisso internacional brasileiro de engessar a Amazônia, de criar condições para que seja impossível viver lá, para esvaziá-la. Essa é a lamentável realidade. Os países desenvolvidos usaram o seu meio ambiente para desfrutar do padrão de conforto que desfrutavam hoje e, agora, exigem de nós o que não fizeram. Mas eles estão se preparando para nos substituir também. É preciso congelar a reserva de madeira do Tumucumaque, por exemplo, porque as novas florestas do Canadá já estão entrando em produção. O Canadá exporta US\$75 bilhões anuais de produtos florestais, e a Amazônia inteira, a maior floresta do mundo, não exporta US\$2 bilhões. Eles precisam dominar o mercado totalmente. Eles, a Suécia, a Finlândia e os Estados Unidos querem dominar o mercado totalmente. Por isso eles inventam toda essa história, engessam a Amazônia, e nós ficamos sem ter para onde apelar. Por quê? Porque há uma convivência expressa das autoridades ambientais brasileiras em relação ao problema. Parabéns pelo seu discurso, Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP) – Agradeço ao Senador Gilberto Mestrinho o aparte.

Antes de conceder novos apartes, quero informar que amanhã estarei apresentando, na Comissão de Assuntos Sociais, um requerimento, convocando audiência pública para se discutir a criação do parque do Tumucumaque. Serão convocados a comparecer o Ministro do Meio Ambiente, o Presidente do Ibama, a Governadora do Estado do Amapá – audiência que será marcada para novembro, em função do processo eleitoral –, o Secretário do Meio Ambiente do Estado do Amapá, os Prefeitos dos Municípios atingidos pelo parque,

Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e Calçoene, para que tenhamos condições de debater, de discutir, de aprofundar a análise e de oferecer alternativas tanto para a constituição do parque como para as compensações, que são necessárias para os Estados, no caso específico para o Estado do Amapá, e também para a população que reside nessas áreas de reservas. Por isso, a audiência pública deve ser marcada para o mês de novembro. Tenho certeza de que ela será muito proveitosa.

Quero, portanto, assumir o compromisso com os moradores desses Municípios e com a nossa gente do Amapá de que estaremos atentos no sentido de que, repito, o Amapá deve contribuir, sim; deve zelar por esse aspecto fundamental em benefício da humanidade, que é o meio ambiente. Mas o homem que mora nessas regiões não pode ser vítima, não pode ser penalizado. O Brasil tem que encontrar uma saída, tem que ter o apoio dos países ricos para preservar a vida nessas comunidades.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP) – Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Senador Sebastião Rocha, quero cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento que faz. V. Exª mostra, com equilíbrio, que aqui ninguém é contra que se preserve o meio ambiente, que se criem reservas florestais e que se criem reservas indígenas. Mas há que se ter um mínimo de critério e um mínimo de respeito para com os Estados e para com os cidadãos que lá vivem. Por isso, Senador, V. Exª disse que o Amapá, somando agora todas essas reservas ecológicas, parques nacionais e reservas indígenas, tem 52% do seu território à disposição da União.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP) – Aproximadamente 54%.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – O meu Estado de Roraima, apenas para reservas indígenas, tem 57%. Somando-se as reservas ecológicas, parques ambientais etc., sobra para o Estado de Roraima 12%. Mesmo assim, ainda não em caráter definitivo, porque, permanentemente, a Funai pede a ampliação de áreas indígenas, e o Ibama cria novos parques ecológicos de reservas ambientais. Por isso, Senador, apresentei uma proposta, que está na pauta, para que essas matérias não sejam utilizadas apenas como estudo de um antropólogo, como determinação de um grupo de tecnocratas, mas que seja apreciada pelo Senado.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP) – Pelo Congresso, especialmente pelo Senado.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Pelo Senado, porque o Senado é a Casa que representa os Estados. Se a União vai seqüestrar do Estado uma porção de terra, por qualquer objetivo, o Senado tem que discutir a matéria. A Casa que representa a Federação é o Senado. Portanto, eu gostaria inclusive de aproveitar o pronunciamento de V. Exª para chamar a atenção para essa proposta, que visa exatamente a estabelecer uma regra. E, nessa proposta, está estabelecido que, no máximo em cada unidade da Federação, essas áreas podem atingir 50%, porque, do contrário, se cada Estado da Amazônia atingir as proporções encontradas no Amapá, em Roraima, no Amazonas e no Pará, não sei como ficaremos. Como disse o Senador Gilberto Mestrinho, será realmente um processo de aniquilamento da Amazônia, reservando, sim, uma questão estratégica para os países mais ricos do mundo, que são o G-7.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP) – Senador Mozarildo Cavalcanti, a partir da aprovação da proposta de V. Exª, essas unidades seriam criadas por intermédio de leis?

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Senador Sebastião Rocha, assim como aprovamos, por exemplo, uma concessão de rádio, para que haja a homologação de uma reserva indígena ou ambiental, teria que haver a aprovação do Senado. O ato continuaria sendo do Poder Executivo, mas com a aprovação prévia do Senado Federal.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP) – Sim.

Sr. Presidente Edison Lobão, já estou concluindo o meu pronunciamento.

Há algo que me causa grande estranheza: as montanhas de Tumucumaque abrangem também o Estado do Pará. No entanto, só estão sendo “seqüestradas”, como disse V. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti — e é claro que em sentido figurado —, as terras do Estado do Amapá. Portanto, essa explicação precisa ser dada. Se as montanhas de Tumucumaque abrangem os Estados do Amapá e do Pará, por que apenas o Estado do Amapá está sendo abrangido por esse parque florestal? Por que não reduzir a área do parque florestal, no Estado do Amapá, por exemplo, e estendê-la um pouco mais para o Estado do Pará, se é que há necessidade de tão grande área de preservação?

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP) – Ouço, com apreço, o aparte do Senador Moreira Mendes para concluir o meu pronunciamento.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Senador Sebastião Rocha, como integrante também da Bancada Amazônica, posto que represento o Estado de Rondônia, não posso me furtar de fazer aqui uma manifestação acerca do seu pronunciamento. Penso que o Governo brasileiro está praticando uma política ambientalista completamente errada. Apenas cria reservas para dizer que as tem, porque, na prática, o fato se dá de forma completamente diferente. Veja a questão do meu Estado, Rondônia. Existe uma pressão muito grande de invasão das florestas nacionais administradas pelo Ibama, por incompetência do próprio Ibama, para mantê-la e fiscalizá-la. Na verdade, ao ouvirmos o seu pronunciamento e aquele que foi feito há pouco pelo Senador Jefferson Péres, percebemos que existe verdadeiramente uma orquestração no sentido de inviabilizar a Amazônia. De um lado, desestabilizando as Forças Armadas, tirando os recursos orçamentários para que ela possa cumprir o seu papel de defesa da soberania nacional, sobretudo da nossa área. De outro lado, a criação, sem nenhum critério, dessas reservas. Reserva em cima de reserva. Veja que o Senador Mozarildo se referiu ao seu Estado com quase 75% da área ocupada por reservas e S. Ex^a não considerou — é um fato para o qual quero chamar a atenção — que, além de todas essas áreas de proteção permanente que são criadas pelo Governo, ainda existe a imposição da Medida Provisória nº 2.166 dos 80% em cima da propriedade privada. No caso de Roraima, por exemplo, vai para menos de 10% a área do território que pode ser explorada para o desenvolvimento econômico-social das suas comunidades. Portanto, quero também me solidarizar com o seu pronunciamento e dizer que o Governo Federal comete um erro quando cria reservas dessa forma, sem ouvir as populações da Amazônia. V. Ex^a foi muito modesto quando disse que um habitante das comunidades tradicionais dos nossos Estados deveria receber um salário mínimo mensal. Isso é muito pouco! O nosso povo precisa de atenção! Ele merece a mesma dignidade, o mesmo nível de vida que têm as pessoas dos outros Estados brasileiros. Por que não? Ele deve ter direito de acesso a todos os bens e serviços que o mundo moderno pode dar, assim como acontece com os que tiveram oportunidade de se desenvolver no Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. Todos temos o mesmo direito. Portanto, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer-lhe que estou solidário com seu posicionamento.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP) – Obrigado, Senador Moreira Mendes.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um rápido aparte?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP) – Ouço V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Sr. Presidente, desculpe-me. Não sou amazonense, mas V. Ex^a e os companheiros do Amazonas sabem da paixão que tenho por aquela terra. Assim, hipoteco o meu desejo de assinar o requerimento sobre o qual V. Ex^a me falou, hoje pela manhã, bastante preocupado com o assunto.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP) – Obrigado, Senador Romeu Tuma, que apóia o requerimento de audiência pública para discutir esse assunto.

Sr. Presidente, concluindo, quero fazer um apelo ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Recentemente, Sua Excelência anunciou, em uma entrevista, que usaria o seu poder de persuasão caso não conseguisse convencer o povo e as autoridades amapaenses e brasileiras da necessidade de criação do Parque de Tumucumaque.

Interpretamos esse poder de persuasão como uma metáfora ameaçadora: na verdade, o Presidente pretende usar o poder discricionário, o poder autoritário. Por isso, venho à tribuna pedir a Sua Excelência o Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso que abra mão desse poder discricionário e autoritário, desse poder de persuasão, e que busque o convencimento, por meio de argumentos legítimos, sinceros e leais, sobretudo para o povo da Amazônia, do Amapá e brasileiro.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT – AP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, minha presença na tribuna desta Casa no dia de hoje tem por objetivo falar sobre a minha atuação parlamentar, nestes oito anos de mandato como senador, representando o meu Estado, o Amapá, já que considero o meu mandato uma vitória do povo amapaense. Refiro-me a vitória porque o trabalho por mim realizado trouxe vários benefícios para o Estado e plantou sementes que estão e estarão germinando nos próximos anos, conforme comprovo nas páginas seguintes, que tratam da minha atuação no Senado Federal, que integram este pronunciamento e peço que sejam registradas, na íntegra, nos Anais desta Casa.

Quando, em 1994, aceitei o desafio do povo do Amapá para que nosso Estado tivesse no Senado um

representante que realmente se identificasse com os desejos e sonhos dos amapaenses, a minha intenção era que gente como eu, que viesse do povo e que conhecesse de perto as necessidades e a dura realidade de um Estado tão novo e tão distante do centro de decisões do País, estivesse envidando esforços para que o Amapá crescesse e fosse devidamente reconhecido no cenário nacional. Esta publicação é uma prestação de contas que venho apresentar agora, mostrando que tenho feito minha parte. Nas matérias mais polêmicas e que envolviam interesses de bilhões de reais, enfrentei pressões de grupos poderosos, mas não me curvei: mostrei ao País que o povo amapaense é forte, sério e honesto.

Foram oito anos no Senado e, nesse período, R\$25 milhões de reais foram aplicados em mais de 100 obras e ações fundamentais para o desenvolvimento do Amapá, beneficiando as mulheres, os jovens, os negros, as crianças e, principalmente, a população mais pobre: centros de saúde; bibliotecas; obras de drenagem para contenção de enchentes; sistemas de água e esgoto; o combate à malária; centros comunitários; portos; incentivo ao turismo, ao ensino superior, ao esporte e à cultura. Enfim, da mais simples às mais sofisticadas necessidades da população do Amapá, tudo teve minha atenção e dedicação em todos os dias do meu mandato. Além dos R\$10 milhões por ano para o Plano de Saúde dos Servidores Federais do Amapá, que beneficiam 35 mil pessoas; dos R\$64 milhões para a BR-156, uma luta que não foi minha somente, mas também da bancada amapaense; e ainda de outros R\$12 milhões para a ponte sobre o Rio Matapi, na rodovia AP-010, obra que julgo fundamental para a integração dos municípios de Mazagão, Santana e Macapá. Quando não estava em Brasília nessa luta, estava em meu Estado, cumprindo meu dever ao lado dos professores, médicos e profissionais de saúde, policiais civis e militares, enfim, dos funcionários públicos em geral, ouvindo os problemas, as queixas e levantando as necessidades da população.

Nesta publicação tenho como objetivo, Sr. Presidente e Sr^{as} e Srs. Senadores, destacar também minha atuação no plano nacional, haja vista que a própria mídia considera que conseguimos botar o Amapá finalmente no mapa do Brasil e entre a elite política que realmente forma a opinião pública e influencia nas grandes decisões. Foram vários os projetos que causaram polêmica e debate em todo o País, como o da Clonagem Humana, do qual sou autor, e o da luta pela regulamentação dos Planos de Saúde, quando

enfrentei a pressão de grupos financeiros fortíssimos, mas garanti a defesa dos direitos do consumidor. E ainda para este projeto propus a lei para a criação do Plano de Saúde Farmacêutico, que pretende fornecer remédios mais baratos para o trabalhador brasileiro. Fui também relator da Lei que garante o acesso da população negra a cargos e empregos públicos, e à educação superior. Também como relator, dei forma e consistência ao projeto que dá às mulheres brasileiras melhor e integral assistência médica. Em lei se transformou o projeto de reforma psiquiátrica, garantindo acesso ao tratamento e dignidade aos pacientes. Foi regulamentado o uso do silicone, evitando mortes e seqüelas irreversíveis. O exame de DNA foi estabelecido como gratuito para que milhares de brasileiros tivessem a paternidade reconhecida. Na área de educação, para todo o país, esta Casa aprovou o fim de impostos para os cadernos escolares, possibilitando que milhões de brasileiros pudessem manter seus filhos na escola sem onerar mais ainda o orçamento familiar. E no Amapá obtive uma vitória maior ainda: garantimos as obras que consolidam a infra-estrutura e o pleno funcionamento da Universidade Federal do Amapá, a Unifap. E meus esforços justificam-se no desejo de que essa universidade seja a base da luta por um melhor atendimento de saúde para o povo amapaense, por meio do Hospital Universitário – a primeira etapa das obras foi inaugurada neste ano. Desejo ainda que a Unifap seja a unidade geradora das centenas de médicos que se formarão na Faculdade de Medicina do Amapá e neste sentido estou estudando os requisitos necessários à implantação do curso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, minhas últimas palavras são para mostrar que me sinto orgulhoso porque, hoje, o Amapá é respeitado e reconhecido pelo trabalho por mim realizado no plenário, na tribuna, nas comissões, na discussão dos assuntos de maior interesse do povo brasileiro. De Santana ao Oiapoque, do Bailique ao Jari, de Macapá a Brasília, tenho trabalhado com afinco, determinação e compromisso social.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Sebastião Rocha, o requerimento que V. Ex^a formula será atendido.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SEBASTIÃO ROCHA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Sebastião Rocha

SENADOR

Brasília – 2002

No Senado, um desejo do povo do Amapá

Fico emocionado quando lembro que em 1994 aceitei o desafio do povo do Amapá para que nosso Estado tivesse no Senado um representante que realmente se identificasse com seus desejos, com seus sonhos. Gente que, como eu, viesse do povo e conhecesse de perto as necessidades e a dura realidade de um Estado tão novo e tão distante do centro de decisões do País.

Não foi uma vitória do “Bala”, como sou carinhosamente conhecido nas ruas, bairros e nas cidades da minha terra, e nem só do meu partido, o PDT. Foi uma vitória do povo do Amapá, gente que convive comigo no dia-a-dia. Por isso, a responsabilidade era maior ainda: o “Bala” era cada um de nós no Senado.

Com esta prestação de contas que venho apresentar agora, espero mostrar que tenho feito minha parte. Hoje, em todo o País, por meio dos jornais, do rádio e da televisão, o Amapá é respeitado, reconhecido pelo trabalho realizado no plenário, na tribuna, nas comissões, na discussão dos assuntos de maior interesse do povo brasileiro. Nas matérias mais polêmicas e que envolviam interesses de bilhões de reais, enfrentei pressões de grupos poderosos, mas não me curvei: mostrei ao País que o amapaense é forte, sério e honesto.

Nestes anos no Senado obtive R\$25 milhões para aplicação em mais de 100 obras fundamentais para o desenvolvimento do Amapá, como você vai ver nas páginas desta prestação de contas. Vale lembrar ainda a obtenção de R\$10 milhões por ano para o Plano de Saúde dos Servidores Federais do Amapá, beneficiando 35.000 pessoas. A estes números se juntam ainda outros R\$64 milhões para a BR-156, uma luta da bancada amapaense. E ainda outros R\$12 milhões para uma outra obra que julgo fundamental para a integração dos municípios de Mazagão, Santana e Macapá, que é a ponte sobre o rio Matapi, na Rodovia AP-010.

Centros de saúde, bibliotecas, obras de drenagem para contenção de enchentes, sistemas de água e esgoto, o combate à malária, centros comunitários, portos, incentivo ao turismo e ao ensino superior, o Esporte e a Cultura, enfim, da mais simples às mais sofisticadas necessidades da população do Amapá, tudo teve minha atenção e dedicação todos os dias do meu mandato. Uma das obras que mais orgulha é da BR-156, que integra e abraça a população amapaense. Um sonho que se realiza a cada quilômetro de asfalto.

Quando não estava em Brasília nessa luta, estava em meu Estado, cumprindo meu dever: ouvir os problemas, as queixas, levantando as necessidades da população.

Estive ao lado dos professores, médicos e profissionais de saúde, policiais civis e militares, dos funcionários públicos que fazem do nosso Estado um lugar mais digno para se viver. Consegui aprovar o Plano de Saúde dos Servidores Federais do Amapá, uma vitória muito comemorada.

Levei para meu Estado obras e ações que beneficiaram as mulheres, os jovens, os negros, as crianças e, principalmente, a população mais pobre. Um exemplo: logo deve estar em vigor a lei por mim proposta do seguro-desemprego para os trabalhadores do açaí, da castanha e outros produtos da floresta. E também a bolsa ambiental, que dará um salário míni-

mo para aqueles agricultores e extrativistas que moram há mais de dois anos nas reservas ambientais e parques ecológicos.

No plano nacional, a própria mídia considera que conseguimos botar o Amapá finalmente no mapa do Brasil e entre a elite política que realmente forma opinião pública e influencia nas grandes decisões.

Lembro rapidamente de projetos que causaram polêmica e debate em todo o País, como o da clonagem humana contra a qual me coloquei como autor do projeto e a luta pela regulamentação dos planos de saúde, quando enfrentei a pressão de grupos financeiros fortíssimos, mas garanti a defesa dos direitos do consumidor. Propus ainda a lei para a criação do plano de saúde farmacêutico, para dar acesso ao remédio mais barato para o trabalhador. Fui também relator da lei que garante o acesso da população negra a cargos e empregos públicos, e à educação superior.

Também como relator, dei forma e consistência ao projeto que dá às mulheres brasileiras melhor e integral assistência médica. E em lei se transformou o projeto de reforma psiquiátrica, garantindo acesso ao tratamento e dignidade aos pacientes. Regulamentamos o uso do silicone, evitando mortes e seqüelas irreversíveis; estabelecemos o exame de DNA gratuito para que milhares de brasileiros tivessem a paternidade reconhecida.

Na área de Educação, aprovamos o fim de impostos para os cadernos escolares, possibilitando que milhões de brasileiros pudessem manter seus filhos na escola sem onerar mais ainda o orçamento familiar. Mas no Amapá obtive uma vitória maior ainda: garantimos as obras que consolidam a infra-estrutura e o pleno funcionamento da Universidade Federal, a UNIFAP.

E ali, naquele *campus*, consegui fincar as bases daquela que será certamente uma obra definitiva para quem é médico, como eu, e luta por um melhor atendimento de saúde para o povo amapaense: está pronta a primeira etapa do Hospital Universitário; e será ali também que muito em breve espero ver nascer e crescer a Faculdade de Medicina do Amapá, para formar as centenas de médicos que se espalharão pelo território amapaense para salvar vidas.

Enfim, de Santana ao Oiapoque, do Bailique ao Jari, do Macapá a Brasília, tenho trabalhado com afinho, determinação e compromisso social.

No Congresso, tenho orgulho de representar o Amapá e seu povo, de ser o mesmo “Bala” que em 1994 assumiu uma cadeira no Senado Federal com a responsabilidade de saber que ali estavam se assentando os sonhos e desejos de cada um dos 600 mil amapaenses.

Um abraço,

do Senador
SEBASTIÃO ROCHA

Sebastião Rocha, o Senador do Amapá

*Das Aventuras no regatão “Vencedora”
à luta pela criação da faculdade de Medicina do Amapá*

Neto de um cearense que no começo do século passado fugiu da seca e foi ganhar a vida como seringueiro em Jaburu dos Alegres, na ilha Grande de Gurupá, no Pará, Sebastião Ferreira da Rocha, nasceu no dia 21 de janeiro de 1958, quando a família já se dedicava mais ao comércio, no vai e vem das canoas que carregavam mercadorias pelas águas do rio Amazonas.

O pai de Sebastião, o valente Raimundo Cordeiro da Rocha, teve 13 filhos com Cecília, uma mulher também muito corajosa, mas que não resistiu ao último parto e morreu quando o pequeno Sebastião tinha apenas quatro anos. Dos 13 irmãos, nove estão vivos e vieram se juntar mais tarde a outros dois, filhos do segundo casamento de Raimundo com Maria das Dores Souza Rocha.

Com a morte da mãe, o menino Sebastião passou a viver o primeiro desafio da sua vida. Sem ter com quem deixá-lo, Raimundo passou a levar o menino nas suas viagens de comércio num regatão à vela, cujo nome nunca mais saiu da memória do futuro Senador do Amapá: ele e o pai corriam o Amazonas na “Vencedora”, um lema escrito em letras vermelhas na proa. Enfrentando a força das correntezas, tempestades, a beleza e as armadilhas da selva, pai e filho levavam milho, café, feijão, sal, açúcar e muita fruta para o Jari, Santana e Macapá, no então Território do Amapá. Na volta, traziam borracha e o pouco dinheiro que iria sustentar a família Rocha.

Nessa época, ainda criança, Sebastião se dividia entre dois sonhos: “Pai, quero ser médico ou então marinheiro”, dizia o menino nas conversas que tinha com Raimundo ao longo do Amazonas. O futuro Senador do Amapá mostrava que já tinha sido seduzido pelo desejo de aventuras ao mesmo tempo em que queria salvar vidas. Quando Sebastião fez seis anos, em 1964, a família se mudou para Santana, então uma pequena vilazinha de Macapá, com apenas duas ruas e três mil habitantes. Na “Baixada”, como é conhecido o bairro junto ao antigo cais, o menino Sebastião jogava bola no campo da estação ou da paróquia e aí surgia uma das suas primeiras paixões, o futebol.

Estudava e era um bom aluno na Escola Paroquial Porto de Santana e no Ginásio “Augusto Antunes”, onde professoras, como Dona Irene Monteiro, têm boas lembranças do garoto clarinho que de vez em quando confidenciava o sonho de ser médico, mas quem acreditava naquele pedaço esquecido do mundo que um dia Sebastião pudesse mesmo virar médico?

Tinha também uma se lembra do menino correndo terra batida e depois jogando no Clube. Foi por essa época que ele acompanharia pela vida toda, eleitorais: “Bala”, inspirado num famoso dos times do Rio e São Garrincha, Rivelino, Ademir da “batizando” os pequenos craques

Com quinze anos, o “Bala” dividia seu tempo em três driblando os adversários como de Santana e como participante da Paróquia da Conceição, os Comercial, onde passou a viver a Independente, de Santana, time curte uma fervorosa paixão e que arquibancada os jogos do Futebol profissional. Em José e o Ypiranga.

vizinha, Dona Dadá, que ainda atrás da bola nos campos de dente-de-leite do Santana ganhou o apelido que o inclusive nas batalhas tal de Pedro Bala, jogador Paulo e que, assim como Pelé, Guia e tantos outros acabavam daqueles fins dos anos 60.

já rapazinho Sebastião Rocha atividades: muito estudo, volante nos campos de futebol muito ativo do grupo da Igreja Jovens Unidos da Área família Rocha. “Bala” jogou no de camisa verde pelo qual ainda não deixa de acompanhar na Campeonato Amapaense de Macapá, torce e apóia o São

Mas o sonho de ser médico acompanhava Sebastião, e em janeiro de, 1977, ele fez pela primeira vez o Vestibular de Medicina da Universidade Federal do Pará. Não passou. Obstinado, largou a bola de lado e mergulhou nos livros. Em janeiro de 1978, Sebastião Ferreira da Rocha era o único candidato do Amapá aprovado para Medicina e ele chorou ao lembrar das conversas que tinha com o pai, ainda criança, na “Vencedora”.

Foram cinco anos e meio em Belém, mas o Amapá não saía da cabeça do jovem Sebastião. Se as férias começavam no dia seguinte, de manhãzinha ele já estava de passagem na mão indo para Macapá. Um dia depois da formatura, ele já tomava o caminho de casa, jurando que no futuro lutaria para que outros como ele não precisassem mais sair da terra natal para se formar médico em outro Estado.

Especializado em ginecologia e obstetrícia, o Doutor Sebastião Rocha foi trabalhar no Hospital São Camilo e na Maternidade de Macapá. Em 1985, foi nomeado diretor do

Hospital de Santana. E o dia-a-dia nos ambulatorios, nas mesas de operação, junto às filas de pacientes muito pobres, começou a despertar a consciência social e política do futuro Senador do Amapá. Só que ele precisava estudar mais, e lá se foram dois anos de muita saudade em São Paulo, onde se aprofundou no estudo da ginecologia, da obstetrícia e da ultra-sonografia.

Numa de suas idas ao Amapá, em 1988, Sebastião encontrou o pai muito doente: um câncer minava as forças do forte comandante da “Vencedora”. O doutor levou o pai para São Paulo, mas Raimundo não resistiu. Mais uma vez a vida ensinava a Sebastião, assim como na morte da mãe e no dia da formatura que era preciso melhorar a saúde no Amapá, erguer mais postos de saúde, hospitais e, principalmente, formar médicos para atender a população.

Em 1988, a Constituição transforma o Território do Amapá em Estado e Santana em município. Sebastião entra na sua primeira campanha eleitoral, para ajudar o primo Rosemiro a se eleger Prefeito de Santana. Sebastião é nomeado Secretário de Saúde e volta a dirigir o hospital da cidade, onde mais uma vez constata os sérios problemas de atendimento à população. O primeiro passo para politizar a sua atuação é se candidatar (e ganhar) a Presidência da Associação Médica do Amapá.

Líder natural do setor de Saúde no Estado, Sebastião Rocha ingressa no PSDB, por considerar que o Senador tucano Mário Covas era o tipo de político sério e honesto que gostaria de vir a ser. É eleito Deputado Estadual e em 1991 passa a fazer parte da famosa “Bancada dos Seis”, que marcou época na Oposição dentro da Assembleia Legislativa do Amapá, onde “Bala” é considerado até hoje o Deputado de maior atuação.

No primeiro ano de mandato, Sebastião se casa com Enaim, namorada há três anos e que ainda em 1991 dá a ele o primeiro filho, Ellysson Sebastian da Rocha.

Candidato a Prefeito de Santana em 1992, perdeu por apenas 500 votos, mas nem por isso se abateu. Em 1993, por imposição dos arranjos partidários ocorridos no Amapá, Sebastião Rocha reafirmou sua consistente posição política ao sair do PSDB e ingressar no PDT. E assim resolveu enfrentar mais um grande desafio da sua vida: ser candidato a Senador por seu Estado, quando teria uma reeleição ou até mesmo uma candidatura a Deputado Federal praticamente garantida. Mas o sonho de transformar o Amapá num Estado respeitado em todo o País e um lugar cada vez mais digno e melhor de se viver era maior do que qualquer interesse pessoal.

Foi uma vitória emocionante e que trouxe novamente as boas lembranças e as

lições das viagens com o pai na “Vencedora”. Já no primeiro ano de mandato Sebastião Rocha se destaca no plenário e nas comissões, entre a elite política do Senado. Tem a responsabilidade de relatar o Projeto dos Planos de Saúde e defender a população brasileira em busca de uma melhor assistência, com preços e condições justas para o consumidor. Também participou com afinco e firmeza do debate sobre a implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM, certamente uma das matérias mais polêmicas que passaram pelo Congresso Nacional nas últimas décadas.

Mas em maio de 1995, dois fatos marcaram a vida do Senador do Amapá. Um deles muito alegre: nasce Edrysson Sebastien da Rocha, o segundo filho. O outro fato é muito triste e põe mais uma vez o “Bala” frente a frente aos problemas de Saúde Pública do seu Estado: nas suas andanças pelo Amapá, Sebastião Rocha cai de cama por 45 dias, derrubado por uma malária.

Mas logo ele está de volta. Em 1997, passa a ser líder do PDT, destacando-se também como um dos mais atuantes senadores, “tanto para o Estado do Amapá, quanto para a nação brasileira”, conforme apontou o jornal *Folha de S. Paulo*. O trabalho de Sebastião Rocha é reconhecido também pela Associação Médica do Rio de Janeiro, que em 2000 o elegeu o “Senador Médico” mais atuante do País.

Na sua vida particular, Sebastião Rocha acrescentou mais duas grandes alegrias nos últimos anos: adotou o menino Marinelson Farias de Souza, de 10 anos (que passa por um tratamento especial por causa de uma fratura congênita na perna esquerda) e Josivane Souza de Jesus, uma linda menina de oito anos, com traços típicos das amapaenses.

Mas o grande sonho do menino que viajava com o pai na “Vencedora” e do rapaz que lutou para ser médico estudando fora do seu Estado, ainda está para ser construído: a criação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Amapá, onde se formarão os médicos que vão garantir uma melhor e integral assistência de saúde aos amapaenses.

O primeiro passo já foi dado por Sebastião Rocha. Já foi inaugurada a primeira etapa do Hospital Universitário da Unifap o embrião da futura Faculdade, mais uma grande emoção na vida de desafios de Sebastião Ferreira da Rocha, o Senador do Amapá.

Plano de Saúde, um direito do consumidor

*Regulamentar a saúde suplementar
Interesse de toda a sociedade brasileira
Lei Federal nº 9.656/98*

O Setor de Planos de Saúde tem 40 milhões de segurados e movimenta 20 bilhões de dólares por ano. Com esses números, dá para imaginar quantos interesses estão envolvidos.

Contudo, nada disso abalou a obstinação de Sebastião Rocha, que organizou, juntamente com entidades e empresas do setor, audiências públicas e simpósios, para garantir aos brasileiros respeito e tratamento digno por parte das empresas de planos e seguros de saúde, o que resultou na Lei nº 9.656, de 3 de julho de 1998.

Rocha relatou ainda o projeto que inclui a cobertura, pelos planos de saúde, das sessões de fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, psicologia e terapia ocupacional.

Mais uma vez, o Brasil e o Amapá venceram.

O País, hoje, tem uma lei, que ainda precisa ser melhorada e ampliada, mas que representa um grande avanço perante a situação de massacre que os planos praticavam contra os consumidores.

Neste sentido, o Senador Sebastião Rocha deu entrada no projeto de lei que cria o Plano de Saúde Farmacêutico. Através dele, o segurado terá garantia de acesso a remédios mais baratos, dentro de suas possibilidades de contribuição mensal. Este projeto vai beneficiar principalmente os pacientes em tratamento ambulatorial e hospitalar.

Relator

Reforma Psiquiátrica e Direitos Humanos

*Humanização dos cuidados para
as pessoas com problemas mentais
Lei Federal nº 10.216/01*

Foi difícil, mas valeu a pena.

Paciência e firmeza marcaram a liderança de Sebastião Rocha na voração desta matéria. As principais conquistas foram: o acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, de

acordo com as necessidades de cada paciente; humanidade e respeito, tendo em vista a recuperação e a integração na família, no trabalho e na comunidade; proteção contra qualquer forma de abuso e exploração; garantia de sigilo nas informações prestadas; direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de hospitalização; recebimento do maior número de informações possível a respeito da doença e do tratamento preferencial em serviços comunitários de saúde mental.

Resistindo às pressões dos hospitais psiquiátricos, Sebastião Rocha aprovou o projeto que esteve parado no Senado por mais de sete anos, determinando que a internação destes pacientes deve ocorrer apenas quando os recursos extra-hospitalares forem insuficientes.

Hoje é lei. Exija seus direitos!

Relator

Uso do Silicone: Vaidade e Saúde

*“Beleza é fundamental”,
dizia Vinícius de Moraes, mas sem risco à vida...
Em discussão no Senado*

O Senador Sebastião Rocha relatou com sucesso o projeto de lei que estabelece normas para uso do silicone no organismo humano.

Há, no mundo todo, controvérsias sobre os riscos e conseqüências desse produto aplicado na pessoa humana. Câncer? Lúpus Eritematoso? Não há respostas.

Para tanto, Rocha estabeleceu que o Poder Executivo, por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), elabore normas técnicas e sanitárias a serem observadas na fabricação, no registro, na comercialização e na utilização do silicone líquido e dos implantes e próteses que contenham silicone gel, inclusive quanto às determinações a serem contidas na embalagem e na bula dos produtos.

Rocha aprovou a proibição do uso do silicone injetável e a assinatura do termo de responsabilidade para a implantação de próteses. Foi proibido também o uso de próteses em menores de 18 anos.

Mulher, prioridade da Saúde Pública

*Elas não têm acesso a serviços de qualidade...
Projeto em discussão no Senado*

O Sistema Único de Saúde (SUS) já declarou: mulheres são internadas em maior quantidade e frequência do que os homens. Principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

Conhecendo esta realidade, o Senador e médico Sebastião Rocha, relator do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2000, lutou para garantir consultas às trabalhadoras e servidoras públicas para atenção integral à saúde da mulher, principalmente no que diz respeito à prevenção de doenças, como os cânceres específicos: mama e colo do útero.

O projeto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e agora aguarda aprovação pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O Senador Rocha sabe que ainda há muito que fazer pela medicina social preventiva dirigida às mulheres, principalmente nos períodos da gravidez, parto e pós-parto.

—————→ Relator ←————

Exame de DNA gratuito: Cidadania e Auto-estima

*Milhares de brasileiros pobres têm agora
assistência da Justiça para o reconhecimento de paternidade
Aprovado na Câmara e no Senado
Lei Federal nº 10.317/01*

O exame de DNA gratuito para os necessitados já é lei, sancionada pelo Presidente da República em 7 de dezembro de 2001.

Relator do projeto, o Senador Sebastião Rocha lutou para que a mulher carente possa, auxiliada pela justiça, requerer a investigação de paternidade sem que tenha que pagar os altos custos dos exames de DNA e também as custas do processo e os honorários dos advogados.

É o Amapá preocupando-se com a cidadania e com a auto-estima dos brasileiros, garantindo a todos um nome, uma nação e a devida integração à sociedade.

Não à clonagem humana, Sim à pesquisa e à vida

*Considerações Éticas, Morais
e Religiosas precisam ser analisadas
Em discussão no Senado*

A clonagem humana está em debate, no Brasil e no mundo.

No Senado Federal, o Amapá marca presença por meio da atuação do Senador Sebastião Rocha, que é autor do Projeto de Lei nº 285, de 1999, que proíbe a clonagem humana em nosso país. Cristão, Sebastião Rocha aponta, além dos fatores religiosos, grave comprometimento da ética no que diz respeito à proposta de clonar pessoas.

Existe ainda o componente científico que alerta sobre o risco da produção de seres humanos deformados e sujeitos ao envelhecimento precoce e desprovidas de identidade própria. Além do grande número de abortos decorrentes da má-formação de embriões clonados.

A clonagem terapêutica, a partir de células de outros tecidos, como do cordão umbilical e medula e não de embriões, pode ser plenamente viável, segundo pesquisas recentes e, portanto, devem ser admitidas por lei.

Não se pretende impedir a evolução da ciência e das pesquisas. Deseja-se tão somente garantir que a humanidade avance por caminhos seguros, que não elevem os riscos a que a raça humana já está submetida.

Por isso, em emenda ao seu próprio projeto, o Senador Sebastião Rocha fez questão de garantir que nas pesquisas não serão utilizadas células de embriões, mas apenas células adultas.

E como considera que a discussão desse assunto ainda tem que passar por vários setores da sociedade, vai promover uma Audiência Pública em que se destacarão os meios jurídicos, religiosos e científicos para que o projeto da clonagem seja discutido no Congresso com uma real orientação e representando o desejo da maioria da sociedade brasileira.

Plano de Saúde beneficia 35 mil pessoas no Amapá

10 milhões de reais por ano para servidores ativos, inativos e dependentes

Em 1996, o Senador Sebastião Rocha ficou muito preocupado com situação dos servidores federais do Amapá, que recebiam seus vencimentos com atraso de até 15 dias. Para contornar o problema, conseguiu junto ao Governo Federal incluí-los no “Folhão” (SIAPE – Sistema de Administração de Pessoal). A partir daí eles passaram a receber os salários na mesma data que os demais servidores da União.

Mas para Sebastião Rocha isso não bastava. Ele criou o Programa de Assistência à Saúde dos servidores civis dos ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, com uma verba de R\$28 milhões para os quatro ex-territórios.

Só para o Amapá, são R\$10 milhões por ano, beneficiando todos os servidores ativos, inativos e dependentes. Cada um dos 35 mil beneficiários recebe por mês R\$ 24,00, para contratar um plano ou seguro de saúde de sua livre escolha, e sobre este valor não incidirá nenhum desconto.

—————→ Autor ←————

Fim dos impostos para cadernos escolares

*“A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.”
(§ 2º, Art. 1º da Lei nº 9.394/96)
Aprovado no Senado*

“Estimular o aprendizado de inúmeras crianças que ainda estão fora das salas de aula...”

Este foi o argumento que o Senador Sebastião Rocha sustentou, em discurso, com o objetivo de aprovar a Proposta de Emenda Constitucional – PEC nº 357/01 que proíbe a cobrança de impostos sobre cadernos escolares.

Hoje, esta isenção já existe para livros, periódicos, jornais e todo e qualquer papel utilizado para impressão destes materiais. Para o Brasil, um país pobre, com altos índices de analfabetismo, o barateamento de um item

fundamental no processo educacional torna-se uma grande conquista para os brasileiros e, em especial, para o povo amapaense. A proposta já foi aprovada pelo Senado e aguarda deliberação da Câmara dos Deputados.

—————→ Autor ←————

Subir na carreira, Garantia ao Servidor Federal

*“Moralização e profissionalização da função pública
assegurando a permanente atualização
e elevação do nível de eficiência do funcionalismo”.
Aprovado no Senado*

Mais estímulo e valorização no serviço público!

É o Senador Sebastião Rocha, mais uma vez, cuidando do servidor público no Brasil.

O desenvolvimento funcional surge com a Proposta de Emenda Constitucional, PEC nº 32, de 2001, de autoria do Senador Rocha, sendo uma das maiores conquistas do Amapá no Senado Federal.

Já foi aprovada no Senado Federal.

Desse modo, o servidor público terá a chance de crescer na sua carreira, recebendo pontuação especial nos concursos públicos de acordo com a experiência, tempo de serviço e qualificação.

Instituir carreira no serviço público não prejudica a moralidade e a impessoalidade da Administração Pública.

Quem é reconhecido pelo que faz, trabalha melhor. Ganha o servidor! Ganha a sociedade! Ganha o Brasil! Ganha o Amapá!

Protegendo o Servidor do mau chefe

*“A liberdade do fraco depende das
limitações impostas ao forte...”
Aprovado no Senado*

Proteger os funcionários públicos.

O Senado já aprovou o Projeto de Lei do Senador Sebastião Rocha que tem como objetivo proteger os agentes públicos dos maus chefes que impõem aos seus subordinados a prática de atos que sabem ser ilegais. Agora, o projeto está em análise na Câmara dos Deputados.

É comum, que o servidor venha a ceder à coação de seus superiores, seja por vaidade, seja por ambição, seja por medo ou por qualquer outra das fraquezas humanas. O certo é que essa situação acontece no serviço público e isso precisa ser punido. Quem não se lembra do caso do Paineleletrônico no Senado, quando servidores sentiram-se obrigados a cumprir ordens ilegais?

Autor

Segurança e rapidez com o arquivamento eletrônico

*Evolução. Conquistas Tecnológicas e Pesquisas Científicas em busca
da substituição de velhos procedimentos.
Aprovado no Senado*

Valorizar os benefícios trazidos pela tecnologia.

De autoria do Senador Sebastião Rocha, o projeto aprovado no Senado autoriza o armazenamento de informações, dados e imagens, das empresas públicas e privadas, em sistemas eletrônicos digitais, desde que o nível de segurança exigido seja garantido. Com isso, os originais em papel poderão ser destruídos.

Só falta a Câmara aprovar.

O grande número de documentos produzidos diariamente pela administração pública não pode mais ser arquivado como no século passado, em caixas empilhadas em galpões.

Existem formas seguras de garantir que os documentos sejam autênticos e não se percam.

Autor

Oportunidades reais para Negros e Pardos

*“Justiça e igualdade para os afro-descendentes...
metade da população brasileira”.
Aprovado no Senado*

Ano passado o Brasil deveria levar à III Conferência Mundial contra a Discriminação Racial propostas para reparar os danos causados à população negra, oriundos do período de escravidão no País. Uma destas propostas tratava-se do projeto de lei, de autoria do Senador José Sarney (PMDB – AP), que prevê a instituição de cotas para a população negra no acesso aos cargos e empregos públicos, à educação superior e aos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). O Senador Sebastião Rocha foi o relator do projeto, aprovado no Senado em 8 de maio de 2002.

O projeto gerou polêmica. Cotas para o acesso desta população à universidade e aos empregos públicos seriam suficientes para reparar os danos, ou seriam mais uma forma de discriminação? Como definir a população negra brasileira, haja vista o altíssimo índice de miscigenação encontrado no País?

Favorável, desde o primeiro momento, o Senador Sebastião Rocha relatou o projeto buscando, a partir de discussões com organizações, governamentais e não-governamentais, responder a estas questões, garantindo a aprovação do projeto.

Rocha acrescentou ações mais eficazes, garantindo as cotas e incluindo campanhas educativas; revisão do conteúdo dos livros didáticos; ingresso dos afros-descendentes no cenário político nacional; inscrição da cor e das características étnico-culturais nas certidões de nascimento; averbações gratuitas nos documentos de identificação; participação no setor privado; e, análise da situação socioeconômica em censos e pesquisas estatísticas. A lei estará em vigor por 50 anos e deverá ser regulamentada pelo Poder Executivo.

BR-156 abraça e integra o Amapá

Avança Amapá! A rodovia que corta o Estado de norte a sul, levando desenvolvimento, sonhos e esperança para a população do Jari a Oiapoque

50 milhões de reais em 2002.

30 milhões de reais liberados em 2001.

A rodovia da integração avança. Pescadores, agricultores, moradores do interior que necessitam ir a Macapá vender seus produtos ou cuidar de sua saúde serão beneficiados. Gente da capital que precisa ir ao interior vai chegar mais cedo, com mais conforto, com mais segurança.

Menos tempo. Menos sofrimento. Mais dinheiro no bolso. Mais desenvolvimento.

Os moradores da cidade, através da BR-156, ficarão deslumbrados ao descobrir Goiabal (Calçoene), Cachoeira Grande (Amapá-Calçoene), Cachoeira de Santo Antônio (Jari) e a cidade de Oiapoque na fronteira do Mercosul com a União Européia.

O sonho de chegar a Caiena de carro está mais próximo de se realizar. Estudantes, professores, juízes, promotores, comerciantes, caminhoneiros, motoristas e passageiros de ônibus, terão o acesso a Oiapoque e ao Jari facilitados.

Esperança
de alívio no sofrimento
do dia-a-dia.

A Bancada do Amapá cumpre o seu papel com relação a BR-156. Unidos, deputados e senadores fazem acontecer: a espinha dorsal do estado, do Jari a Oiapoque começa a se tornar realidade, construindo um Amapá mais solidário, mais justo e mais próspero.

Seguro-Desemprego – Trabalhadores do açaí, da castanha e de outros produtos da floresta

*“Um país com graves problemas nas
cidades precisa ajudar no desenvolvimento
dos trabalhadores da área rural.”
Aprovado no Senado*

Tem tudo para virar lei. Só falta a
Câmara aprovar.

Aprovado no Senado, o projeto de
autoria do Senador Sebastião Rocha, em conjunto
com a Senadora Marina Silva, garante o seguro
desemprego para os extrativistas e beneficiadores
dos produtos de floresta que ocorrem em safras.

É igual ao seguro desemprego dos
pescadores.

Quem trabalha com açaí, castanha, mel
e borracha, por exemplo, recebe nos períodos de
entressafra, um salário mínimo por mês.

Sendo aprovado na Câmara vai direto
para a assinatura do Presidente da República.

—————→ Autor ←————

Bolsa garante a sobrevivência dos moradores das reservas

*Quem não pode mais explorar
a floresta terá um salário mínimo*

Com a criação de reservas ecológicas e parques ambientais em todo o País
principalmente na Amazônia, os agricultores e extrativistas que moram nessas áreas ficam
impedidos de explorar as florestas e os rios. Isso causa um sério problema social e dezenas de
famílias acabam se mudando para os centros urbanos ou mesmo trabalhando
clandestinamente.

Preocupado com essa situação, o Senador Sebastião Rocha elaborou o Projeto do Pecúlio Ambiental, também chamado de “Bolsa Ambiental”. O objetivo é dar um salário mínimo para as pessoas que moram há mais de dois anos nas reservas e parques e que estão cadastradas no PRONAF, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

O Senador Sebastião Rocha acredita que com esse projeto poderá criar também um batalhão de fiscais das florestas, constituído pelos seus próprios moradores, que vão receber um salário para cuidar do lugar onde vivem.

Além disso, o Senador do Amapá prevê em seu projeto a possibilidade de Governos e Organizações Não-Governamentais (ONG) internacionais poderem colaborar com o Governo Brasileiro no financiamento dessas bolsas. “Afim argumenta Sebastião Rocha esses países e entidades vivem cobrando do Brasil uma fiscalização mais efetiva das florestas. Nada mais justo que eles ajudem a financiar esse trabalho”.

Autor

Região Integrada de Desenvolvimento do Amapá e Pará – RIAPA

*Presença do Poder Público para apoiar a
população de dois Estados sem acesso a serviços essenciais
Aprovado no Senado Federal*

A região situada entre as capitais dos Estados do Amapá e do Pará (Macapá – Belém), na qual se incluem as Ilhas de Marajó e de Gurupá e parte da Calha Norte do rio Amazonas, composta por aproximadamente 12 municípios dependentes, ora de uma, ora de outra capital, no que tange aos serviços públicos, provocando dificuldades para os governos de ambos os estados.

Por isso, o Senador Sebastião Rocha elaborou o Projeto de Lei Complementar nº 497/99, para a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Amapá e do Pará – RIAPA, constituída pelos Municípios de Laranjal do Jari, Macapá, Mazagão, Santana e Vitória do Jari, no Estado do Amapá e de Afuá, Almeirim, Anajás, Belém, Breves, Chaves, Gurupá, Prainha e Monte Alegre, no Estado da Pará.

As atividades a serem desenvolvidas na Riapa serão coordenadas por um Conselho Administrativo, criado pelo Poder Executivo, tendo como interesses primários os serviços públicos comuns utilizados, especialmente aqueles relacionados às áreas de infra-estrutura e de geração de empregos, saúde e educação.

O projeto prevê também a instituição do Programa Especial de Desenvolvimento do Delta do rio Amazonas para estabelecer formas de estímulo à ação consorciada entre as entidades federais, estaduais e municipais atuantes na área da Riapa.

Autor

Oiapoque, Território Federal

*Soberania, desenvolvimento
e integração internacional
Aprovado no Senado*

Devido a algumas peculiaridades do Município do Oiapoque é possível perceber que o Brasil não dá a devida importância a essa região, a mais setentrional do Estado do Amapá; não dedica a atenção que deveria ser dada a esse município, que é referência internacional; apenas dedica-lhe uma importância geográfica e sentimental.

Com a criação do Território Federal do Oiapoque, além da geração de milhares de empregos, vários setores, principalmente os da Saúde, da Educação e da Segurança, serão beneficiados.

O Senador Sebastião Rocha quer ver o Oiapoque como uma referência socioeconômica, como uma referência desenvolvimentista, como uma referência estratégica do Brasil perante o mundo, haja vista que, no aspecto físico e geográfico, estabelece a interface entre o Mercosul e a União Européia, pois liga o Brasil à Guiana Francesa, contribuindo, também, para a proteção da Amazônia. Rocha acredita que a condição de Território Federal poderá garantir melhorias na qualidade de vida do povo do Oiapoque.

Além de beneficiar o município, beneficiará também o Estado, porque haverá um intercâmbio comercial e econômico muito maior. O Amapá é um Estado isolado do Brasil, só tem comunicação por via fluvial e aérea com Belém, e assim, terá mais uma unidade federativa

para articular-se, contará com a ampliação e modernização do aeroporto que deverá transformar-se em internacional e conseguirá mais recursos para a construção da BR-156.

O projeto de decreto legislativo aprovado pelo Senado em 15 de agosto de 2001, prevê plebiscito, que consultará os eleitores, de todos os municípios do Estado, para que a população se manifeste sobre a conveniência ou não da transformação do município em território federal.

Autor

Hidrelétrica do Jari e Cachoeira de Santo Antônio

Apoiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Hidrelétrica de 100 MegaWatts será construída pela Jari-Celulose.

O Senador Sebastião Rocha tem apoiado de maneira firme, permanente e determinada esta importante obra.

Semanalmente, Rocha fala com os diretores do Jari e cobra da Eletronorte e do BNDES o andamento do projeto.

A obra está prevista para começar em 2003.

Será construída ainda uma linha de transmissão, de alta tensão, ligando Jari a Santana.

Orçamento

Ponte do rio Matapi, para acabar com um drama dos amapaenses

*População leva mais de uma
hora para percorrer 18 quilômetros*

Entre as principais obras que o Senador Sebastião Rocha está trabalhando para levar para seu Estado está a da ponte do rio Matapi, na Rodovia AP-010, que liga Santana a Mazagão.

Para se ter uma idéia do problema causado pela falta de uma ponte nessa região do Amapá, basta dizer que a distância entre Santana e Mazagão é de apenas 18 quilômetros, mas para percorrer esse pequeno trecho hoje os carros, ônibus e caminhões demoram uma hora e quinze minutos. Com a obra da ponte, Mazagão estará ligada rapidamente também à capital, Macapá, que fica a apenas 42 quilômetros, passando por Santana.

O Senador Sebastião Rocha está trabalhando para obter recursos de R\$12 milhões para esta obra, que quer ver iniciada nos próximos meses.

Orçamento

Hospital Universitário hoje. Amanhã, Faculdade de Medicina

*Mais saúde e mais médicos
para toda a população do Amapá*

Este é o projeto dos sonhos do médico Sebastião Rocha e que já começou a sair do papel: construir um Hospital Universitário e com ele erguer a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Amapá.

Para quem, como Sebastião Rocha, teve que se afastar por mais de cinco anos de seu Estado para poder estudar Medicina, construir uma Faculdade e um Hospital para o aprendizado dos jovens estudantes, é mais que uma promessa é um compromisso!

Em 2 de julho de 2002, foi inaugurada a primeira etapa das obras do Hospital Universitário, no *campus* da Unifap. Ali começarão a ser desenvolvidas ações de saúde básica, como a prevenção de doenças, o atendimento materno-infantil, o diagnóstico bem elaborado das doenças que mais afetam a população.

Pelo projeto do Senador Sebastião Rocha, o primeiro passo para a criação da Faculdade de Medicina é identificar e desenvolver políticas de saúde relacionadas à realidade da população do Amapá. Em seguida, este estudo detalhado será levado à Universidade Federal de Brasília (UnB), que dará apoio e orientação pedagógica para a criação de um Curso de Medicina na Unifap, cujo currículo vise a formação de profissionais para as características específicas das doenças e necessidades da população amapaense.

Dentro dessas novas políticas de Saúde Pública a serem desenvolvidas, o Senador Sebastião Rocha apresentará uma proposta ao Plano de Governo do próximo governador do Amapá para implantação, com verbas federais, do Projeto "Saúde Para Todos". Este projeto prevê o atendimento médico especializado itinerante em áreas desassistidas. São oftalmologistas, ortopedistas, obstetras, pediatras e outros especialistas, além de enfermeiros e instrumentadores cirúrgicos, que percorrem em caravana as regiões e cidades onde a população não tem esse tipo de atendimento.

Orçamento

Senador Empreendedor

Obras Realizadas

Recursos para o Amapá e obras

MUNÍCIPIO	OBRAS	VALOR
Santana	Construção e Equipamentos de Centro de saúde (Paraíso)	R\$400.000,00
Serra do Navio	Sistema de Abastecimento de Água	R\$127.000,00
Vitória do Jari	Construção do Cais de Proteção (Sede)	R\$300.000,00
Iatubal	Construção e Equipamento de Casa de Farinha	R\$42.000,00
Mazagão	Construção de Unidade Mista de Saúde	R\$320.000,00
Cutias	Construção e Equipamento de Casa de Farinha	R\$42.000,00
Santana	Construção e Equipamento da Biblioteca	R\$210.977,00
Santana	Construção e Equipamento do Centro de Saúde (Bairro da Fortaleza)	R\$240.000,00
Vitória do Jari	Construção e Equipamento do Posto de Saúde (Sede)	R\$236.193,00
Calçoene	Aquisição de Unidade Móvel de Saúde	R\$24.000,00
Mazagão	Equipamento para Unidade Móvel	R\$90.000,00
Santana	Equipamento para Biblioteca	R\$60.000,00
Macapá	Construção e Equipamento de Centro de Saúde (Cidade Nova I – Perpétuo Socorro)	R\$247.500,00
Santana	Construção e Equipamento do Complexo Poliesportivo (Vila Olímpica) Nova Brasília	R\$200.000,00
Vitória do Jari	Construção e Equipamento de Centro de Saúde (Aterro do Muriacá)	R\$135.000,00
Santana	Controle de Enchentes (Bairro Hospitalidade)	R\$250.000,00
Santana	Porto de Santana (Docas do Pará)	R\$1.124.309,00
Santana	Urbanização da área Portuária	R\$1.000.000,00
Tartarugalzinho	Construção de Sistema de Abastecimento de Água	R\$123.438,58
Santana	Confecção e Instalação de Sistema de Coleta e Disposição de Resíduos Sólidos	R\$163.000,00
Ferreira Gomes	Implantação de Melhorias Sanitárias	R\$99.995,46
Santana	Construção de Cais de Proteção (ilha de Santana)	R\$100.000,00
Santana	Hotel Ecológico ilha de Santana	R\$250.000,00
UNIFAP	Construção e Equipamento de Unidade de Saúde	R\$400.000,00

MUNÍCIPIO	OBRAS	VALOR
Macapá	Construção e Equipamento de Unidade de Saúde (Bairro Zerão)	R\$120.000,00
Santana	Construção e Equipamento do Centro de Reabilitação Fisioterápica	R\$160.000,00
Santana	Aquisição de uma Kombi e dois Barquinhos (Transporte Escolar)	R\$47.000,00
Calçoene	Melhorias Sanitárias Domiciliares	R\$186.254,00
Laranjal do Jari	Drenagem (Malária)	R\$581.235,48
Santana	Drenagem (Canal Paraíso)	R\$1.224.000,00
Tartarugalzinho	Drenagem (Malária)	R\$475.175,00
Vitória do Jari	Drenagem (Malária)	R\$581.235,48
Santana	Núcleo de Produção Artesanal (Parceria com Deputado Feijão)	R\$358.678,62
Porto Grande	Centro Comunitário (Parceria com Deputado Feijão)	R\$327.656,98
UNIFAP	Campus da Unifap no Município do Amapá	R\$200.000,00
Santana	Sistema de Abastecimento de Água (Bairro da Fortaleza e ilha de Santana)	R\$250.000,00
Santana	Sistema de Abastecimento de Água (Cidade) Parceria Deputado Valdenor Guedes	R\$2.900.000,00
Tartarugalzinho	Drenagem	R\$169.739,53
Cutias	Sistema de Abastecimento de Água	R\$25.000,00
Itaubal	Sistema de Abastecimento de Água	R\$99.000,00
Oiapoque	Sistema de Abastecimento de Água	R\$194.000,00
UNIFAP	Ampliação e Equipamento da Unidade de Saúde	R\$304.000,00
Oiapoque	Reformar e Equipar Unidade de Saúde	R\$96.000,00
Calçoene	Construção de Cais de Proteção	R\$100.000,00
Amapá	Construção de Cais de Proteção	R\$150.000,00
Vitória do Jari	Água Tratada	R\$500.000,00
Porto Grande	Combate a Malária	R\$500.000,00
Santana	Praça de Esporte (Nova Brasília)	R\$99.000,00
Santana	Conclusão do Complexo Turístico na ilha de Santana	R\$63.000,00
Vitória do Jari	Construção de Quadra Esportiva	R\$120.000,00
Santana	Construção de Rampa e Cais de Proteção no Elesbão	R\$200.000,00
Santana	Quarenta e duas Casas Populares	R\$270.000,00

Cidades e obras a serem atendidas em 2002

MACAPÁ

- 1) Construção de Creche no Bairro Cidade Nova – R\$150.000,00
- 2) Construção do Centro de Saúde do Bailique – R\$300.000,00
- 3) Ambulância para o Bailique – R\$60.000,00 (Convênio Assinado)

SANTANA

- 1) Construção do Centro de Saúde – R\$220.000,00 (Ilha de Santana)
- 2) Aquisição de Unidade Móvel de Saúde – R\$60.000,00
- 3) PROEcorur (Praças Poli-Esportiva do Paraíso e do Vilelão) – R\$2.000.000,00

AMAPÁ

- 1) Reforma de Casas – R\$164.000,00
- 2) PROEcorur – R\$400.000,00 (Em projeto)
- 3) Demarcação Topográfica de Imóveis Rurais – R\$100.000,00

FERREIRA GOMES

- 1) Aquisição de Unidade Fluvial de Saúde – R\$54.000,00
- 2) Construção de Creche no Paredão – R\$70.000,00

OIAPOQUE

- 1) Passarelas (Aldeia do Kumarumã) – R\$76.000,00
- 2) Combate à Malária – R\$300.000,00
- 3) PROEcorur (Praça) – R\$770.000,00 (Em projeto)

LARANJAL DO JARI

- 1) Reforma de Casas – R\$300.000,00
- 2) Melhorias Sanitárias – R\$300.000,00
- 3) Praça – R\$500.000,00 (Em projeto)

PORTO GRANDE

- 1) Melhorias Sanitárias – R\$300.000,00
- 2) PROEcorur (Praça) – R\$500.000,00 (Em projeto)

SERRA DO NAVIO

- 1) Água Tratada – R\$250.000,00
- 2) Complexo Turístico – R\$400.000,00 (Em projeto)

TARTARUGALZINHO

- 1) Combate à Malária – R\$600.000,00 (Funasa)
- 2) Complexo Turístico – R\$888.000,00 (PROEcorur)

VITÓRIA DO JARI

- 1) Complexo Turístico – R\$1.000.000,00
- 2) Proteção Meio Ambiente – R\$200.000,00

MAZAGÃO

- 1) PROEcorur (Urbanização em Mazagão Velho) – R\$950.000,00
- 2) Construção de Dois Postos de Saúde – R\$80.000,00
- 3) Construção de Posto de Saúde em Ajuruxi – R\$154.000,00

Canção do Amapá

Letra de Joaquim Gomes Diniz

I

Eia! povo destemido
Deste rincão brasileiro,
Seja sempre teu grito partido
De leal coração altaneiro.

Salve! Rico torrão do Amapá
Solo fértil de imensos tesouros,
Os teus filhos alegres confiam
Num futuro repleto de louros.

Refrão

Se o momento chegar algum dia
De morrer pelo nosso Brasil
Hão de ver deste povo à porfia,
Pelejar neste céu cor de anil
(Bis)

II

Eia! povo herói, varonil
Descendente da raça guerreira,
Ergue forte, leal, sobranceira
A grandeza de nosso Brasil

Salve rico torrão do Amapá
Solo fértil de imensos tesouros,
Os teus filhos alegres confiam
Num futuro repleto de louros.

Refrão

Gabinete do Senador Sebastião Rocha

Ala Teotônio Vilela – Gabinete nº 20 – Anexo II
Senado Federal – Brasília – DF
CEP 70165-900
Fones: (61) 311-2241 / 311-2242
Fax: (61) 311-1789
e-mail: srocha@senador.senado.gov.br

Chefe de Gabinete

Antônio Fernando Ferreira Leite

Subchefe de Gabinete

Antônio Carlos da Silva Lima

Assessor Legislativo

Fernando Luiz Medeiros de Moura

Assessora de Imprensa

Leticia Maria Oliveira de Sousa

Assessora Especial Liderança e Bancada do Amapá

Cléia Mesquita Izabel da Silveira

Assessora de Imprensa da Liderança e Bancada do Amapá

Márcia Patrícia Pires

Apoio Logístico

Marcelo Blans Libório
Marco Antônio Giovanetti Daros
Maria José Lira Barbosa Camelo
Vera Regina Vilela Innecco

Impressão

Secretaria Especial de Editoração e Publicações – SEEP
Senado Federal

Arte-Finalista

Marconi Brito Maia

Fotografias

Foto Original (Edisvan)
KIT Foto (ITA)
Angélica Assis
Lincoln Iff

Textos, Composição e Montagem

Leticia Maria Oliveira de Sousa
Fernando Bond
Marconi Brito Maia

Capa e Ilustrações

Marconi Brito Maia
Márcia Patrícia Pires

Colaboradores

José Ferreira Mendes
José Henrique da Silva
Leonardo de Abreu Eustáquio
Maria dos Anjos Batista
Maria do Perpétuo Socorro Silva

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, por permuta com o Senador Jefferson Péres, por 20 minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós, mais velhos, a toda hora e a todo instante ficamos um pouco desencantados e desiludidos com o deterioramento das instituições, das coisas, das patentes e das posições no País.

Lembro-me que, na minha infância, dizer “senador fulano de tal” era falar de um cargo de pompa, era falar de um senhor cargo. Lembro-me que, quando alguém falava “o general”, parávamos para pensar, assim como quando se dizia “o bispo”, ou “o juiz”. Lembro-me de que, quando se falava em “Forças Armadas”, era um orgulho. Hoje, ouvi o Senador Jefferson Péres falando de uma realidade triste: as nossas Forças Armadas estão depauperadas, humilhadas, tendo de cortar contingente, economizar munição e gasolina, com os aviões parados por falta de peças.

No entanto, o que mais me causa espécie, porque influi na vida de todos nós, é o problema da polícia e da segurança nacional.

Há cerca de um mês e meio, soubemos, estarecidos, que, em uma penitenciária de alta segurança, bandidos encomendavam foguetes, granadas e decidiam se eliminariam ou não o advogado com quem dialogavam. Isso chocou toda a Nação, todos nós, e criou uma celeuma grande entre o Governo do Estado e os Procuradores, a Polícia Federal.

Hoje, ao abrirmos o jornal, ficamos sabendo que no mesmo Bangu – um presídio especial, de alta segurança – onde, há um mês e meio, tinham sido tomados nove ou dez telefones celulares e alguns revólveres, foram encontrados mais cento e quatorze telefones celulares, inúmeras armas e bastante tóxico.

Pergunto-me: se aquela foi uma “operação pente fino”, esses cento e quatorze telefones celulares entraram no presídio nesse período de um mês e meio? O que está acontecendo com as nossas penitenciárias, com a nossa polícia e, como reflexo, o que está acontecendo com a segurança deste País?

Todos nós passamos a ver essa situação de uma forma rotineira, da mesma forma como abotoamos a camisa todos os dias: só paramos para olhar o botão se ele não entra na casa. Senão fazemos o gesto automaticamente. Mas esse era um caso para inquérito. Se a primeira revista foi mal feita, houve erro; se ela foi bem feita, como entraram mais cento e quatorze telefones celulares? Até nos vasos sanitários

eles estavam escondidos! Quem os leva? Como os leva?

A verdade é que o crime, a cada dia, está mais forte, embora o contribuinte pague impostos pesados. Ainda ontem, falei em reforma tributária. Todos concordam com ela, mas ninguém a faz. Não há candidato que, no debate, não tenha concordado com uma minirreforma tributária.

Pagamos os impostos mais caros do mundo e, no Brasil, ainda pagamos o vergonhoso imposto sobre a comida – dizem, aqui, que somos o único País a fazê-lo, mas acredito que deva existir pelo menos mais um, no mundo, para fazer coro conosco. Mesmo assim, lemos notícias como essa, sobre o presídio de segurança máxima que foi varrido e completamente analisado por uma força que não era policial – o que criou até uma crise entre o Secretário de Segurança, a polícia estadual, os Procuradores, a polícia federal – e onde foram encontrados, depois, mais cento e quatorze telefones celulares.

O que está acontecendo com as nossas instituições?

As Forças Armadas não têm armamentos e orçamento. Quanto à polícia, disseram que ela receberia todo o apoio e ouvimos falar de um Plano Nacional de Segurança, com a criação de uma força tarefa, mas em um mês e meio surgem muito mais celulares no presídio.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Roberto Requião.

O SR. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador Ney Suassuna, gostaria de fazer apenas uma curta observação ilustrativa. V. Ex^a falou do nosso País, onde a comida é gravada por impostos. Nesta semana, nós lemos, em todos os jornais, que o Governo Federal, depois de ter facilitado o que podia para a indústria automotiva, por intermédio da sua famosa política automotiva, ampliada por Governadores rigorosamente irresponsáveis, reduziu, de forma drástica, o imposto dos automóveis. A comida tem impostos, os automóveis deixam de ter e a política automotiva se suportava na hipótese de que fariamos favores enormes mas cobraríamos impostos depois. É um Governo que, realmente, só se preocupa com as elites e com o grande capital internacional. O povo está rigorosamente esquecido e dessa marginalização do povo, Senador Ney Suassuna, desses 54 milhões de brasileiros que, segundo o IBGE, vivem abaixo do ní-

vel da pobreza, surgem a possibilidade e o ambiente para a proliferação da violência. É a marginalidade, dela para a contravenção é um passo e, com um passo a mais, chega-se na criminalidade.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigado, nobre Senador Roberto Requião. Não tenho dúvidas de que esse é o mecanismo. O ambiente é propício e falta respeito às instituições. Iniciei a minha oração de hoje falando exatamente isto: deixamos de respeitar as instituições e as autoridades. Por quê? Porque fatos como esses nos deixam pasmos. A cada dia os criminosos estão mais bem aparelhados.

Ontem, em Brasília, a polícia encontrou uma quadrilha que está fazendo dólares e tudo o que se possa imaginar na área de impressos. Os documentos também já não merecem confiança. Marcas d'água, tudo o que se possa imaginar estava sendo impresso. E por quê? Porque as pessoas não temem. A Justiça é lenta e não por culpa dos juízes, mas porque está abarrotada de processos. E os impostos? Falta dinheiro, mas há R\$180 bilhões a serem cobrados só nas cinco regiões federais. Os juízes não conseguem acelerar o seu trabalho porque não têm nem contingente nem celeridade. Aliás, Sr. Presidente, quando os processos chegam a ser julgados já se passaram dez, quinze anos. Na Procuradoria-Geral da Fazenda há 1,5 milhão de processos tramitando, a passo de tartaruga. Quando chega a hora de cobrar, o cidadão já morreu ou já tirou todos os bens do seu nome.

O que está acontecendo com este País? Na semana passada houve uma crise de histerismo: o dólar chegou a três reais e sessenta e poucos centavos.

O Sr. Geraldo Cândido (Bloco/PT – RJ) – Senador Ney Suassuna, V. Exª me concede um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Com muita satisfação, Senador.

O Sr. Geraldo Cândido (Bloco/PT – RJ) – Senador Ney Suassuna, quero fazer coro com V. Exª quando aborda a questão da segurança, dos presídios, da falta de recursos e de armamento adequado para as Polícias Federal, Civil e Militar. Somando-se a isso, há o problema da falta de recursos para as Forças Armadas. Na semana passada, os jornais anunciaram que o Exército iria dispensar 44 mil recrutas. O que considero algo muito grave. Por exemplo, no Rio de Janeiro, no 1º Exército, o quartel-general teve a luz cortada pela Light por falta de pagamento. Ontem foi a vez da UFRJ – inclusive está nos jornais de hoje, estampada, na primeira página, a fotografia do Reitor, com os alunos, segurando uma vela acesa. Em situa-

ção mais grave do que a da Universidade Federal do Rio de Janeiro, estão os hospitais, que também tiveram sua energia cortada. Imagine, por exemplo, na hora de uma cirurgia, a suspensão do fornecimento de energia! Isso é criminoso até! E aconteceu no Estado do Rio de Janeiro: os hospitais estão funcionando com geradores, o que apenas atenua a situação, não resolve o problema. No Arsenal de Marinha, há a dispensa de todos os servidores em um dia da semana, para evitar gastos, já que os servidores se alimentam onde prestam serviço. Veja V. Exª: estão dispensando servidores para cortar despesas, estão dando feriado forçado. Soma-se essa situação à das universidades e das Forças Armadas e à questão da segurança pública. No Estado do Rio de Janeiro vivemos uma situação ímpar. Infelizmente, temos um poder paralelo hoje no Estado. Ou seja, o crime organizado e o narcotráfico se estabeleceram como um poder acreditado. Precisamos acabar com isso imediatamente! Agradeço a V. Exª pelo aparte.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador Geraldo Cândido, pela intervenção de V. Exª, que me deixou sensibilizado.

Nós, no Rio de Janeiro, acabrunhados, temos visto a polícia de cócoras, atrás dos muros de concreto, enquanto os bandidos, armados com metralhadoras AR-15, os metralham. Isso quando eles não pegam um jornalista e o executam – e não antes de ter matado, no mesmo local, outras 60 pessoas.

Dizemos que não há pena de morte no Brasil. É engano. Há pena de morte, sim, em vários lugares. E tribunais sumarríssimos: qualquer bandidos tem o direito de matar.

Chegamos ao exagero, nesta Casa, de querer proibir o porte de arma até para fazendeiros, em suas propriedades. Os homens de bem não podem ter armas, mas os bandidos têm armamentos os mais modernos possíveis, os quais a polícia nem sequer conhece. Essas são situações que nos surpreendem.

V. Exª falou das universidades. Mas isso não acontece somente com as do Rio. Posso lhe afirmar que as universidades do Rio de Janeiro, onde sou professor, estão passando por uma fase terrível, porque sequer a conta de luz estão podendo pagar. O mesmo vem acontecendo em outras universidades, onde não se pode pagar xerox, não se pode pintar o prédio, não se pode consertar os encanamentos e nem sequer pagar a conta telefônica. Vivemos o caos nas universidades.

Sr. Presidente, se podemos mudar um país, podemos fazê-lo por meio da educação, da Justiça, e do

seu braço armado, que é a polícia. Ou da liberdade, cujo braço armado são as Forças Armadas. Nesta Casa, hoje, falamos de caos nas Forças Armadas, nas universidades e na polícia. E os nossos impostos são os mais caros do mundo. Precisamos repensar o nosso País e o nosso papel nesta Casa Legislativa e na Câmara.

É culpa nossa a lentidão no andamento dos processos? É culpa do Executivo? Quem é o culpado? Com certeza não é o contribuinte, porque ele, principalmente o mais pobre, tem o seu imposto descontado diretamente no contracheque.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a tem a palavra.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Desculpe-me interrompê-lo, nobre Senador, mas V. Ex^a praticamente se dirigiu a mim ao citar a questão da segurança.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Porque V. Ex^a é um especialista no assunto segurança, que tem nos preocupado.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a tem toda razão. Estou ciente de que tem havido interrupção em investigações e em operações por falta do elemento principal, que é o financeiro. Há cerca de 15 dias – não faço crítica a ninguém – tomei um susto quando li que a força terrestre, que é o Exército, estaria, infelizmente, coagida a dispensar 44 mil jovens no meio de sua formação profissional como soldados. Entrei em contato com diversas pessoas a fim de me inteirar da veracidade dos fatos, já que tal atitude é perigosíssima, principalmente no que diz respeito ao aspecto social e no risco de a criminalidade aumentar. Soube então que o Presidente da República teria determinado a suplementação de verba para que se resolvesse o problema dessa força terrestre. Mas, uma semana depois, vi, na televisão, jovens chorando porque estavam sendo dispensados quatro meses antes de sua formação e dizendo que só poderiam servir à Pátria com o coração. Preocupe-me, Senador Gilberto Mestrinho, porque, em seguida a esse fato, pude ver um outro jovem, de óculos escuros, bem postado, ex-pára-quedista do Exército, dizendo na televisão que, por falta de oportunidade de emprego – desculpa de malandro; aliás, isso serve para observarmos o que pode acontecer –, ele passou a ser instrumento de instrução das quadrilhas organizadas do Rio de Janeiro. Por ser pára-quedista, tinha técnica em lançamento de bombas, em armamento, em tiro. Então, os bandidos o contrataram para ser instrutor, ou seja,

para ensiná-los a fazer o que eles estão fazendo: atirar em prédios, no Rio de Janeiro, jogar bombas nos tribunais, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Preocupe-me. Não por achar que esses jovens possam ir para a criminalidade, pois há uma formação boa no Exército brasileiro. Há amor à Pátria, há cidadania, há disciplina e também algumas profissões – lá eles aprendem a dirigir, aprendem mecânica, aprendem datilografia. Tudo isso poderia abrir a porta para um emprego. Muitos, lá, estavam lutando para fazer concurso para Cabo para tentar seguir carreira no Exército. Imagine V. Ex^a 2% a 3% desse efetivo sendo cooptado pela criminalidade por falta de opção! Imagine o que poderá acontecer no aspecto do aumento da criminalidade! Deixo essa interrogação para V. Ex^a e para aqueles que precisam pensar e decidir. Temos o FAT que, muitas vezes, oferece cursos em vários sindicatos, em várias organizações. Por que não pagam para esses meninos aprenderem uma profissão e terem um futuro sadio, para melhor servirem à Pátria, à própria família e a seus próprios interesses?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador Romeu Tuma. Fico honrado com a intervenção de V. Ex^a, e, com toda a certeza, o seu aparte será de grande importância nesta oração.

Sr. Presidente, ao encerrar, quero dizer que o crime não está sofisticado apenas porque estão sendo usados celulares dentro dos presídios de alta segurança e porque se passou a utilizar impressoras de alta definição e estão sendo feitas notas de dólar e de real e papel com marca d'água e tudo o mais. O crime está organizado também porque de, quando em quando, vemos – e de novo naquele embotamento de quem está acostumado a fazer isso na rotina, porque isso passou a ser rotineiro – os crimes financeiros.

Na semana passada, houve uma crise financeira em que bancos importantes fizeram operações “Zé com Zé”: “Eu compro de você, e você compra de mim, para levantarmos o dólar”. Quem tinha vencimento a pagar – e eram muitas as empresas que o tinham – teve que comprar no pico. Quantos milhões de dólares ganharam essas instituições? E não foram só essas instituições que lucraram com isso.

Há poucos minutos, eu comentava essa situação com o Senador Romeu Tuma. Entrei com um requerimento pedindo ao Banco Central que levantasse quem são os ganhadores – e são os mesmos de sempre –, porque os perdedores sabemos quem são. Mas quem são os ganhadores de sempre? Quem está ganhando nessas supervalorizações do dólar? Quem está ganhando com esse aumento do risco país Brasil? É um outro tipo de crime, é um crime mais sofisti-

cado, feito por gente mais inteligente, mas tão criminosa quanto os que estão fabricando moeda falsa ou comandando o crime de dentro de penitenciárias.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que me preocupo quando vejo universidades, as Forças Armadas, as forças policiais e a Justiça em crise por falta de recursos e, principalmente, por falta de uma máquina que as valorize. Sei que a cada dia se pensa em criar um imposto novo e que são necessários novos recursos, mas a carga recai sobre o trabalhador e os gêneros alimentícios. Não é isso que o povo está esperando de nós ou do Governo; o povo está esperando soluções. E vejo com muita tristeza o fato de que essas soluções não são alcançadas. Embora muitos no Senado Federal estejam lutando por isso, a maioria dos Parlamentares paga o preço, porque todos jogam a culpa no poder desarmado que representamos. Temos uma parcela grande de responsabilidade.

Deixo essas preocupações e essas indagações para a reflexão de V. Ex^{as}. Espero que meu requerimento pelo menos chegue ao final, para que saibamos quem são os ganhadores nesse último tipo de crime.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Sebastião Rocha, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, comunico a V. Ex^{as} que o Prodasen e a Secretaria-Geral da Mesa, em cumprimento às determinações da Comissão Diretora, tomaram providências para efetuar as correções no sistema de votação eletrônica.

Todas as alterações promovidas foram recomendadas no relatório da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, que, como é do conhecimento geral, identificou vários pontos vulneráveis no antigo sistema.

O novo sistema de votação eletrônica entrou em operação a partir de hoje, para o registro de comparecimentos e de votações nominais.

A certificação do novo sistema de votação eletrônica será feita até o final do corrente mês pela Unicamp, que foi contratada para tal fim. As votações secretas só serão realizadas após essa certificação.

Esclareço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o novo sistema passa a contar com várias características que garantem a segurança necessária e, em particular, o sigilo das votações secretas. Quando a Unicamp certificar o novo sistema, a Presidência comuni-

cará a V. Ex^{as} os novos recursos e a segurança que o mesmo oferecerá.

Informo ainda que a Secretaria-Geral da Mesa está à disposição para o cadastramento de V. Ex^{as}, de acordo com as orientações da Unicamp. É o próprio Senador quem cria sua senha, a qual poderá ser recuperada ou alterada, a qualquer momento, pelo reconhecimento da respectiva impressão digital.

A Secretaria-Geral da Mesa está à disposição das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores para esclarecer qualquer dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dando prosseguimento à Lista de Oradores, concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, nesta tarde, para trazer ao conhecimento dos meus Pares que, no último dia 10 de julho – portanto, já depois de iniciado o recesso parlamentar –, o Presidente da República assinou o Decreto nº 4.297, de 10 de julho, que, em princípio, põe fim a uma angústia de mais de dois anos para toda a população do Estado de Rondônia, relacionada com aquela imposição dos 80% na área de reserva legal na propriedade privada para os Estados da Amazônia.

Quero explicar, primeiramente, o que diz o Decreto, que, na verdade, regulamenta o art. 9º da Lei nº 6.938, estabelecendo critérios para o zoneamento ecológico e econômico no Brasil. A partir daí, em seu art. 21, o Decreto praticamente resolveu o problema de Rondônia ao estabelecer que os Estados que, na data de sua publicação, tiverem o seu zoneamento ecológico e econômico devidamente aprovado na escala de 1 para 250 mil e que dispuserem de mapas de gestão e de diretrizes gerais estarão reconhecidos. E isso Rondônia já fez há muito tempo. Aliás, eu, desta tribuna, inúmeras vezes, em diversos pronunciamentos, tive a oportunidade de trazer essa notícia aos meus Pares e ao Brasil.

E o que isso significou na prática? Reconhecendo o zoneamento como o único instrumento legítimo e capaz de, verdadeira e cientificamente, com inteligência, poder definir como se deve ou não usar o solo, nós, em Rondônia, saímos à frente, visto que o nosso zoneamento já está concluído há muito tempo. Houve apenas uma imposição para que houvesse uma redução, no nosso caso, no que se refere às Zonas 1.1 e 1.2, dos 80% de área de ocupação para

50%, que é o que vigorava no antigo Código Florestal de 1965.

Portanto, Rondônia é o único Estado que tem o zoneamento socioecológico e econômico transformado em lei. Com base nesse Decreto assinado pelo Presidente da República e no termo de acordo de cooperação firmado entre a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, e o Estado de Rondônia, por meio da Secretaria de Planejamento e Coordenação-Geral, o Governo de Rondônia se comprometeu a adaptar a nossa lei estadual a essas novas regras do zoneamento nacional.

Dessa forma, pudemos estender os 20% de ocupação para o índice de 50%, o que já é um avanço. Apesar disso, considero esse avanço muito tímido. Se prestarmos atenção em tudo que foi discutido hoje neste plenário, verificaremos que houve somente a discussão em torno de assuntos relevantes relacionados à Amazônia. Falou o Senador Mozarildo Cavalcanti, falou o Senador Jefferson Péres com relação à falta de recursos para as Forças Armadas – e quem sairá mais prejudicado somos nós, lá na Amazônia. Em seguida, discursou o Senador Sebastião Rocha sobre a proliferação de decretação de áreas de preservação permanentes sem serem ouvidas as populações da Amazônia. E tudo isso leva à conclusão clara, cristalina, de que há um movimento verdadeiramente organizado para impedir o desenvolvimento da Amazônia.

Por isso, Senadores Mozarildo Cavalcanti e Gilberto Mestrinho, temos que estar atentos para essa questão da Amazônia. Temos o direito a nos desenvolver. Rondônia tem o direito de soberanamente ocupar seu espaço, traçar seu destino, o que não quer dizer que somos contrários ao meio ambiente, que somos devastadores, como vivem impingindo-nos alguns segmentos desavisados da imprensa.

Mas isso nos leva à conclusão de que o Governo Federal, nessa questão ambiental, sobretudo no que diz respeito à Amazônia, está no caminho errado, porque não se defende a Amazônia, criando-se mais áreas de preservação permanente, com base apenas na opinião de um antropólogo ou de meia dúzia de pessoas que se reúnem em um gabinete, em Brasília, sem ver a realidade de lá e que elaboram leis e regulamentos para não serem cumpridos.

O exemplo claro disso é o que está acontecendo, hoje, em Rondônia, em áreas que são de responsabilidade do Governo, principalmente nas florestas nacionais. A floresta nacional do Bom Futuro e a floresta nacional do Jamari estão sendo invadidas pela população, porque o Incra não cumpre seu papel de

assentar as famílias sem terra e, quando o faz, não oferece a infra-estrutura necessária para que vivam com dignidade na terra e explorem-na de forma adequada, com tecnologia, conhecimento, extensão rural. A população, dessa forma, acaba ocupando as áreas de preservação permanente, que estão sob a responsabilidade do Governo Federal, do Ibama, que se omite na fiscalização. Depois a situação se torna uma realidade impossível de ser mexida, e é o que ocorre no caso da floresta nacional do Jamari, no Município de Buritis, em que cerca de duas mil pessoas vivem e onde já ocorrem posses de mais de oito anos. Depois disso, vem-se falar em retirar essas famílias daquela região. Aonde vamos colocá-las? Debaixo da ponte? Talvez nem isso possa ser feito, porque não há pontes de concreto em Rondônia para abrigá-las. Essa é a grande realidade.

Quero voltar a falar sobre o zoneamento. Pelo menos, houve um avanço. É o que conseguimos neste momento. Rondônia está, portanto, livre dessa arbitrariedade cometida pela Medida Provisória nº 2.166, que, sem nenhum critério, fixou regras, estabelecendo que a propriedade privada na Amazônia deve ser preservada em 80%.

Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a fez uma conta em que o seu Estado teria 75% – se a minha memória não falha – de reservas de preservação permanente do Governo Federal, mas esse percentual é muito maior, porque ainda é preciso descontar os 80% da propriedade privada, o que deixa para a população menos de 10%. Aqueles que fizeram essas leis esqueceram-se de que, na Amazônia, vivem seres humanos que também são brasileiros.

Portanto, o decreto do Presidente que regulou o zoneamento no País – um modesto avanço, quero repetir – abriu a possibilidade de outros Estados da Amazônia seguirem o mesmo exemplo de Rondônia, tirando um pouco da angústia do nosso povo, sobretudo dos produtores rurais que estavam na iminência de terem de recompor suas áreas produtivas por causa desse insano dispositivo da Medida Provisória nº 2.166.

Como ficou a questão da Medida Provisória nº 2.166, em termos práticos, para o Estado de Rondônia, depois da edição desse decreto? A principal modificação é a redução da área da reserva legal de 80%, previstos na medida provisória, para 50%, nas Zonas 1.1 e 1.2, como estabelecido no Código Florestal de 1965. Com isso, retoma-se a forma anterior, com o compromisso de recomposição da reserva legal naquilo que ultrapassar os 50%, com a adoção de uma das alternativas apresentadas na lei, na medida

provisória, no prazo de 30 anos. Os pequenos proprietários, definidos na medida provisória como aqueles que têm menos de 150 hectares, poderão recompor sua reserva com culturas consorciadas – outro grande avanço –, como, por exemplo, cacau com café, café com pupunha, cacau com teca ou madeiras de corte. Até árvores frutíferas e ornamentais também são aceitas para fins de recomposição na pequena propriedade.

Há o compromisso claro, assumido pelo Governo Federal, sobretudo no termo de acordo de cooperação com Rondônia, de financiar os projetos de recomposição florestal. Todas as propriedades rurais necessitarão de licenciamento ambiental, fornecido pelo órgão ambiental do Governo do Estado. Os pequenos proprietários – que, no caso do meu Estado, são mais de 80 mil – estão isentos de taxas, pelas licenças e pelos projetos de recomposição.

O licenciamento ambiental, portanto, Senador Gilberto Mestrinho, é um instrumento hábil para comprovar a regularidade da propriedade e é suficiente para a obtenção do financiamento junto aos órgãos financiadores. No nosso caso, o órgão financiador da produção é apenas o Basa, que é o gerente do FNO.

O proprietário que doar terras – este é outro ponto muito importante – para unidades de conservação ficará isento da obrigatoriedade de recomposição da reserva legal ou poderá, ainda, adquirir outra área na mesma bacia hidrográfica, para compensar o desmatamento que excedeu o percentual de 50% na sua propriedade.

A lei criou também a figura da servidão florestal, com a qual o proprietário renuncia à exploração da vegetação nativa que exceder sua reserva e áreas de preservação permanente. Essa servidão poderá ser usada mediante aluguel de quotas de participação para compensação de áreas desmatadas de outras propriedades.

Este era o registro que desejava fazer nesta tarde: o da assinatura pelo Senhor Presidente da República do Decreto nº 4.297, que resolveu, pelo menos em parte, o problema de angústia causado à população do meu Estado, Rondônia, pela imposição da Medida Provisória nº 2.166.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O painel registra a presença de 39 Senadores. Todavia, os Senadores Romero Jucá, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Bello Parga, Jefferson Péres, Carlos Wilson e Álvaro Dias encontram-se presentes, mas ainda não estão cadastrados. Dessa forma, considero, com a concordância de todos, a presença de S. Ex^{as}, por-

que se trata de um problema de digitação. O sistema demorou dez minutos para aceitar minha digitação.

Solicito aos Srs. Senadores que continuem tentando fazer o registro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, DE 2002

Institui o Dia Nacional de Controle do Colesterol, e da outras providências.

O congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o ‘Dia Nacional de Controle do Colesterol celebrado anualmente no dia 8 de agosto, com conscientizar a população sobre a importância do controle sanguíneo.

Art. 2º Na semana que antecede o dia fixado no art. 1º, o Sistema Único de Saúde fica autorizado a desenvolver, em todo o território nacional, campanhas educativas como forma de orientar a população sobre as doenças decorrentes da elevada taxa de colesterol sanguíneo e de seu tratamento e controle.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O colesterol é uma espécie de lipídeo sintetizada no fígado e seu nível sanguíneo total desejado situa-se abaixo de 200 mg/dl.

Existem dois tipos de colesterol: o HDL – lipoproteína de alta densidade -, conhecido como “colesterol bom”, pois pode ajudar a remover o excesso de colesterol do sangue; e o LDL – lipoproteína de baixa densidade -, como “colesterol ruim”, pois pode aderir às paredes das artérias, às assim, dificultar o fluxo de sangue e o oxigênio acarretando ilegível. mormente do coração e cérebro.

Quanto mais elevado for o nível de LDL no sangue, mais elevado é o risco de se contrair doença cardíaca ou de sofrer derrame cerebral.

formação de depósitos de colesterol ocorre ao longo dos anos, sem quaisquer sintomas e, para evitá-los, é preciso manter os níveis de colesterol sempre controlados.

À população brasileira tem grande carência de informações sobre a1imentação estilo de vida e hábitos saudáveis, que ajudam a reduzir as taxas *De LDL*.

Não obstante o fato de os avanços científicos e tecnológicos terem possibilitado o aumento da longevidade da população em geral, e dos portadores de cardiopatias em particular são preocupantes os níveis elevados de colesterol detectados a população brasileira.

Desde o ano 2000, a Sociedade Brasileira de Cardiologia, com o apoio a indústria farmacêutica, vem promovendo com êxito, a Campanha Nacional contra o Colesterol Elevado.

A adoção de iniciativas de conscientização da população sobre a necessidade de controle do colesterol devem ser adotadas para prevenir os

riscos de contrair doenças cardíacas ou de sofrer derrames cerebrais, pois eles acarretam não somente perda sensível da qualidade de vida dos pacientes, como também custos socioeconômicos elevados para o País, em função das despesas do SUS com internações hospitalares e com atendimento de emergência.

Há que se investir no controle do colesterol, em nosso País.

Impõem-se, assim, a existência oficial de um Dia Nacional contra o Colesterol Elevado, como forma de chamar a atenção da população brasileira sobre a importância da prevenção como fator de melhoria da qualidade de vida.

Esses são os motivos que nos levam a propor a instituição do dia 8 de agosto como o Dia Nacional e Controle do Colesterol.

Certos da importância dessa proposição que ora submetemos à apreciação do Senado Federal, esperamos o seu acolhimento pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2002. – Senador

Benício Sampaio

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 198, DE 2002

Transfere ao domínio do Estado do Amapá terras pertencentes à União e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica transferido para o Estado do Amapá o domínio das terras de propriedade da União, atualmente situadas no território daquele Estado.

Parágrafo único. São excluídas da transferência a que se refere o **caput** deste artigo as áreas relacionadas nos incisos II, III, IV, VIII, IX e X do art. 20 da

Constituição Federal, as terras indígenas sob o domínio da União e as destinadas pela União a outros fins de necessidade ou utilidade pública.

Art. 2º As terras transferidas na forma desta lei deverão ser utilizadas em atividades de assentamento e de colonização, podendo, para esse fim, ser adotado o regime de concessão de uso previsto no Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967.

§ 1º A alienação, o arrendamento e a concessão de parcelas das áreas referidas nesta lei, quando firmadas com estrangeiros, obedecerão aos limites, condições e restrições estabelecidos na legislação federal.

§ 2º Excluem-se da destinação estabelecida no **caput** deste artigo as terras as quais o Estado atribuir fim público específico.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. – **Sebastião Rocha.**

Justificação

O objetivo do presente projeto, consoante resalta do teor de suas próprias formulações, é transferir para o Estado do Amapá o domínio de extensas áreas localizadas em seu território, injustificadamente ainda hoje sob propriedade da União.

Ressalvadas aquelas a que a Constituição Federal atribui destinação específica e outras cuja natureza especial aconselha a sua permanência em propriedade da União, forçoso é convir que a transferência das áreas em questão constitui medida não só de crucial importância para o pleno desenvolvimento daquele novel Estado, como também providência capaz de oferecer, mediante projetos criteriosos de assentamento e colonização, algumas alternativas de vida menos miserável a muitos brasileiros que hoje engrossam o enorme cordão de excluídos que praticamente sufoca boa parte dos nossos grandes centros urbanos.

Adicionalmente, parece-nos até ocioso destacar os resultados positivos da projetada transferência especialmente para as finanças do novo Estado, haja vista que, como é sabido, a base tributária cresce **pari passu** com o incremento das atividades produtivas, a todos beneficiando com os resultados daí advindos, inclusive à própria União, que pouco ou nada arrecada ao manter essas extensas áreas sem qualquer utilização economicamente viável.

Finalizando, gostaríamos de destacar, ainda, que a nossa iniciativa nada contém de impróprio ou inusitado, uma vez que apenas reproduz, com as devidas adaptações, o essencial das formulações conti-

das em projeto de lei, recentemente remetido à sanção presidencial, que, por razões assemelhadas, transferiu, com idênticas ressalvas, as terras da União localizadas em Roraima, para o Estado do mesmo nome, a partir de iniciativa da ilustre Senadora Marluce Pinto.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2002. – **Sebastião Rocha**, (PDT/AP).

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 20. São bens da União:

I – os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

II – as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e a preservação ambiental, definidas em lei;

III – os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

IV – as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as áreas referidas no art. 26, II;

V – os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;

VI – o mar territorial;

VII – os terrenos de marinha e seus acrescidos;

VIII – os potenciais de energia hidráulica;

IX – os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

X – as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;

XI – as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

§1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial

ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

§ 2º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

DECRETO-LEI Nº 271, DE 28
DE FEVEREIRO DE 1967

Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador, concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966,

Decreta:

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, Indicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lida a seguinte:

INDICAÇÃO Nº 6, DE 2002

Sugere à Comissão de Educação a elaboração de estudos visando à criação da Universidade Federal do Oeste Catarinense – UFOESTE.

Sugiro à Comissão de Educação, nos termos do art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal, elabore estudos com vistas à criação, em Santa Catarina, da Universidade Federal do Oeste Catarinense (UFOESTE).

Justificação

Trata-se de reivindicação antiga, de décadas, do povo do Oeste do meu Estado. Região pujante, pela sua forte economia e pelo dinamismo do seu povo, ressurte-se, contudo, de melhores condições de ensino e formação profissional para seus jovens, que têm que deslocar-se para a Capital ou para outros estados, para cursar uma faculdade pública e gratuita.

Somos, em Santa Catarina, em grande maioria, descendentes de imigrantes. Tal circunstância gera,

em meu povo, uma tradição de fortes laços familiares, que se refletem marcadamente em nossas atividades econômicas. É comum, dentre nós, que uma empresa se perpetue, por linha sucessória, ao longo de três, quatro ou mais gerações. Torna-se, pois, fundamental que cada família possa formar seus jovens sem que tenha que haver o atual distanciamento, para que cada um dos nossos acadêmicos tenha oportunidade de cursar e, ao mesmo tempo, ajudar os pais em seus empreendimentos. Tal prática, diga-se, resulta em grande benefício, pois que a interação trabalho/estudo apóia e dinamiza ambas as atividades.

Hoje, a região em tela conta com 1,5 milhão de habitantes em franco processo de expansão. Será muito menos custoso, para os cofres públicos, oferecer condições locais de estudo à crescente massa de jovens que demandam esse essencial serviço. Resalto que a distância média do Oeste até a Capital é de 500km, alcançando até 700km.

É de notar que nossos vizinhos e irmãos do Rio Grande do Sul dispõem de nada menos que três universidades federais, enquanto que, em Santa Catarina, temos tão somente uma, a UFSC, em Florianópolis, de tão relevantes serviços prestados à nossa sociedade. Urge darmos o primeiro passo no sentido da equalização das oportunidades, para revertermos, a bem da Região Sul e do Brasil como um todo, um quadro de crescente desequilíbrio, que abrange múltiplos setores.

Destaco, ainda, que crescente êxodo rural da região é o responsável direto pelo problema da litoralização do Estado. Cumpre ao Poder Público construir mecanismos que estimulem a permanência da população em sua região, pela oferta de oportunidades em todas as áreas do conhecimento, enfatizando-se a realidade econômica local, com ensino e pesquisa nas áreas de veterinária, agronomia, engenharia de alimentos, zootecnia etc.

Sala das Seções, 3 de agosto de 2002. – **Casildo Maldaner.**

(À Comissão de Educação.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Após a publicação, a Indicação que acaba de ser lida será remetida à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 462, DE 2002

Requeiro, nos termos regimentais art. 397, I, seja convocado o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, para prestar esclarecimentos a esta Casa do Con-

gresso Nacional sobre os termos da negociação que está se realizando em Washington entre membros do governo brasileiro e do Fundo Monetário Internacional, FMI.

Justificação

Na última semana o dólar americano atingiu a cotação de R\$3,61. Isso fez com que o risco-país brasileiro ultrapassasse 2.200 pontos.

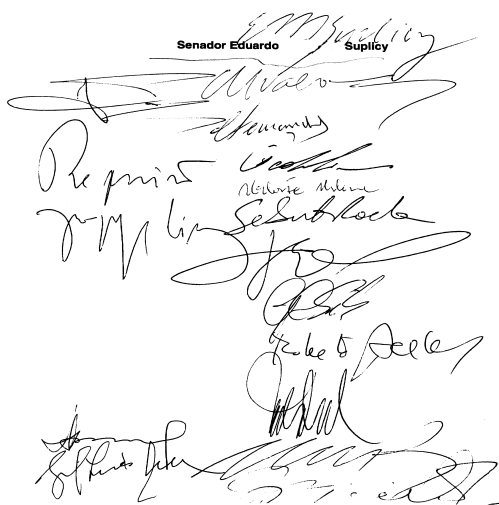
Tais fatos obrigaram o governo brasileiro a enviar à capital dos Estados Unidos uma missão chefiada pelo Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, André Bier, para negociar um acordo de transição com o FMI (Fundo Monetário Internacional).

Também na semana passada, o porta-voz do Fundo Monetário Internacional (FMI), Tom Dawson, declarou que a instituição está negociando uma extensão do atual acordo com o Brasil até o final do ano que vem. Ele não confirmou se haverá recursos adicionais, mas reconheceu a urgência de um novo acordo e disse que essa medida dependeria da concordância dos candidatos à Presidência.

Mesmo com essas ações do governo e do FMI, nesta segunda-feira a cotação do dólar comercial para as operações de venda fechou em R\$3,165 – uma alta de 5,15% em relação às últimas operações de sexta-feira. Com esses resultados, o dólar acumula um incremento de 36,66% no ano.

Apesar do recesso branco, em razão da campanha eleitoral, e considerando as atribuições constitucionais do Senado Federal é de suma importância de nos reunir para ouvir do Ministro Pedro Malan os termos da negociação que está sendo levada a cabo entre o Brasil e o Fundo.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2002.



O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esse requerimento será publicado e incluído na Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea “c”, item 9, do Regimento Interno.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Permite-me V. Ex^a um esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, era intenção dos signatários desse requerimento poder apresentá-lo na Comissão de Assuntos Econômicos. Entretanto, não houve **quorum**, e, dada a importância de o Senado Federal, no uso de nossas atribuições constitucionais, ouvir o Ministro Pedro Malan e, possivelmente, o Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, sobre o acordo que está sendo anunciado com o Fundo Monetário Internacional, avaliei que deveríamos apresentar esse requerimento, assinado por muitos Senadores presentes, para que possa ser apreciado pelo Plenário do Senado.

Se houver concordância dos Líderes e da própria Liderança do Governo em diálogo com o Ministro Pedro Malan, poderíamos fazê-lo na Comissão de Assuntos Econômicos. Estou no aguardo da palavra do Senador Romero Jucá, que disse que iria consultar o Ministro Pedro Malan sobre quando seria oportuna a sua vinda ao Senado Federal.

Era o esclarecimento que avaliei importante prestar à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa, então, mantém a decisão. O requerimento será apreciado oportunamente, até mesmo pela explicação que V. Ex^a tão bem acaba de fornecer à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 463, DE 2002

Solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça sobre o repasse de recursos do Denatran para a campanha de Educação no Trânsito.

Tendo tomado conhecimento da campanha de Educação no Trânsito e por se tratar de assunto relevante para o povo brasileiro, requeiro; na forma do art. 50, § 2º da Constituição Federal e dos artigos 215, in-

ciso I, alínea a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado ao Senhor Ministro titular daquela Pasta pedido de informações, no sentido de obter os seguintes esclarecimentos:

1. Quais os agentes federais, estaduais e municipais, se for o caso, autorizados a receber tais verbas e como se dá o processo de liberação das mesmas?

2. Qual o prazo para a prestação de contas?

3. Qual o montante total liberado para a campanha?

4. Como se dá, no âmbito federal, o controle do uso das verbas destinada aos agentes?

5. Que empresa ou empresas o Denatran contratou para execução da campanha?

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2002. –
Antonio Carlos Júnior.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 464, DE 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 49, X, e do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a polêmica desencadeada em torno da utilização intensiva de equipamentos eletrônicos na fiscalização de trânsito, requeiro sejam prestadas pelo Exmº Sr. Ministro da Justiça, autoridade à qual se vincula o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), as seguintes informações:

1. medidas que estão sendo adotadas pela coordenação do Sistema Nacional de Trânsito para:

a) apurar e conter os abusos associados com a proliferação dos equipamentos eletrônicos de fiscalização de trânsito e suas consequências para os cidadãos;

b) garantir a prevalência da finalidade educativa da fiscalização sobre possíveis interesses da administração pública – em aumentar sua arrecadação –, e dos operadores dos equipamentos – em aumentar o seu faturamento;

c) garantir a exatidão e a confiabilidade dos registros produzidos pelos equipamentos de controle de velocidade, especialmente aqueles que não exibem, em “dis-

play” visível por todos, o valor apurado para cada veículo (caso dos “pardais” e dos radares móveis);

2. diretriz, norma ou critério técnico, definido pelo Contran, capaz de orientar órgãos executivos de trânsito na escolha do tipo de equipamento (“lombada”, “pardal” ou radar móvel) mais indicado para cada tipo de aplicação, em função das características da via ou do tráfego;

3. elementos (estatísticas, estudos ou avaliações) que comprovem a eficácia dos equipamentos de fiscalização eletrônica na redução de acidentes de trânsito;

4. dados sobre a participação relativa de cada tipo de aparelho eletrônico medidor de velocidade (“pardal”, “lombada eletrônica” e radar móvel) no total dos equipamentos em operação no País.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2002. – **Mau-ro Miranda.**

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 465, DE 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, considerando a insuficiência de farmacêuticos nos quadros dos serviços do Sistema Único de Saúde e o exercício ilegal da profissão de farmacêutico por outras categorias profissionais e mesmo por pessoal sem nível superior, requeiro sejam prestadas pelo Exmº Sr. Ministro de Estado da Saúde, informações sobre as providências tomadas por sua Pasta para solução desse problema.

Justificação

A presença do farmacêutico nas equipes de coordenação dos programas do governo e dos serviços de saúde tem levado a que a gestão de medicamentos e a assistência farmacêutica, no âmbito do Sistema Único de Saúde, fiquem, com frequência, entregues a profissionais de outras categorias ou mesmo a simples almoxarifes.

Esse fato não apenas configura exercício ilegal da profissão de farmacêutico como também significa risco para a saúde da população atendida por esses programas e serviços, tendo em vista que esses trabalhadores não detêm os conhecimentos técnicos e científicos necessários à gestão de medicamentos e à prestação de assistência farmacêutica.

Nem mesmo o Programa de Saúde da Família – estratégia prioritária do Governo voltada à transformação do modelo de atenção à saúde no País – inclui o farmacêutico em suas equipes ou nas das unidades sanitárias de referência.

Essa inclusão se nos afigura como essencial para assegurar uma eficaz atenção básica de saúde e, por conseguinte, garantir plena efetivação do modelo.

Corroborando essa afirmativa, os parâmetros de produtividade de recursos humanos na área de ambulatório, adotados pela Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, referem-se a todos os profissionais de saúde, mas excluem o farmacêutico – o que é inaceitável.

É essa, portanto, a razão que fundamenta o presente requerimento.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2002. – **Mau-ro Miranda.**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do nosso Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, há cinco requerimentos de urgência sobre a mesa e o Regimento Interno permite somente dois. Todavia, eles têm a assinatura de todas as Lideranças, inclusive da Oposição, razão pela qual, se não houver discordância, vamos atender aos requerimentos formulados.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento. Se forem aprovados os requerimentos de urgência, as matérias a que eles se referem entrarão na Ordem do Dia quando?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Amanhã, com o relator de Plenário.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 466, DE 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do inciso II, do art. 336, do Regimento Interno, requeremos urgência para a Mensagem nº 203, de 2002 que propõe ao Senado Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de US\$8,623,452.10, entre a República Federativa do Brasil e o Banco BNP Paribas, destinada ao financiamento de bens fornecidos pela General Eletric do Brasil Ltda., dentro do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2002. – **Eduardo Suplicy – Geraldo Melo – Moreira Mendes – Romero Jucá – Gilberto Mestrinho.**

REQUERIMENTO Nº 467, DE 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do inciso II, do art. 336, do Regimento Interno, requeremos urgência para a Mensagem nº 207, de 2002, que propõe ao Senado Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de US\$4,302,473.60, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o ABN Amro Bank N.V., destinado ao financiamento da importação de equipamentos de radioterapia no âmbito do Programa de modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários. (Volume II).

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2002. – **Eduardo Suplicy – Geraldo Melo – Moreira Mendes – Romero Jucá – Gilberto Mestrinho.**

REQUERIMENTO Nº 468, DE 2002

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, urgência para MSF nº 208, de 2002, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a assinatura de aditivo ao contrato de crédito externo celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt Für Wiederaufbau – KfW com vistas à elevação para EUR6.852.640,60 (seis milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e quarenta euros e sessenta e dois centavos), correspondentes a um acréscimo de EUR1.356.866,62 (um milhão, trezentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e sessenta e seis euros e sessenta e dois centavos), destinados a complementar o valor contratado e o relativo pagamento de sinal (**down payment**) da importação de bens, no âmbito do Programa de Modernização e

Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários”.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2002. – **Romero Jucá – Eduardo Suplicy – Geraldo Melo – Moreira Mendes – Gilberto Mestrinho.**

REQUERIMENTO Nº 469, DE 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do inciso II, do art. 336, do Regimento Interno, requeremos urgência para a Mensagem nº 210, de 2002, que encaminha ao Senado Federal, pedido de inclusão da Comissão de garantia devida ao Banco Mundial na autorização da resolução nº 12, de 2001, referente à operação de crédito externo a ser efetuada pela Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia – Brasil (TGB), no valor de até US\$180,000,000.00 (cento e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2002. – **Eduardo Suplicy – Romero Jucá – Moreira Mendes – Geraldo Melo – Gilberto Mestrinho.**

REQUERIMENTO Nº 470, DE 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do inciso II, do art. 336, do Regimento Interno, requeremos urgência para a Mensagem nº 212, de 2002, que encaminha ao Senado Federal, em aditamento à Mensagem nº 200, de 2002, (nº 527/2002, na origem), a inclusão do financiamento de cem por cento do seguro de crédito a ser pago à Compagnia Française d'Assurance pour le Commerce Extérieur – COFACE, no valor de total das operações de crédito externo, que passaria a ser de cinco milhões, trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e um euros e quarenta e sete centavos, a serem celebrados entre a República Federativa do Brasil e o Banco BNP Paribas, cujos recursos destinam-se ao financiamento de bens fornecidos pelo Hôpital Action Services – HAS, dentro do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2002. – **Romero Jucá – Eduardo Suplicy – Geraldo Melo – Moreira Mendes – Gilberto Mestrinho.**

O SR. LAURO CAMPOS (PDT – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra, pela ordem, Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (PDT – DF. Pela ordem.) – Eu gostaria de saber apenas se se trata de mais uma contratação de empréstimo externo por parte do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Exatamente.

O SR. LAURO CAMPOS (PDT – DF) – Então, posso consignar meu voto?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ainda não está em votação. V. Ex^a poderá fazê-lo no momento oportuno.

O SR. LAURO CAMPOS (PDT – DF) – Muito agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os requerimentos lidos serão votados após a Ordem do Dia, na forma do art. 340, inciso II, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, DE 2002

Altera a Lei nº 10.201, de 14 fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, e dá outras providências, para autorizar o Poder Executivo a complementar a remuneração dos policiais que atuam na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, de forma a igualá-la à dos policiais do Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 4º-A:

“Art. 4º-A. Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar recursos do FNSP para complementar a remuneração dos policiais militares e civis que atuam na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, instituída pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, de forma a igualá-la àquela fixada, respectivamente, para os militares e policiais civis do Distrito Federal pelas Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, e 9.264, de 7 de fevereiro de 1996.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É do conhecimento geral que o Entorno do Distrito Federal se tornou uma das regiões mais violentas do Brasil. Não se trata de mera retórica ou de alarmismo: essa deplorável situação já foi comprovada diversas vezes por meio de estatísticas oficiais, não bastasse o nosso conhecimento dessa realidade, estampada cotidianamente nos jornais e veiculada pela mídia eletrônica.

É natural que, nessas condições, fosse o Entorno de Brasília contemplado com algumas das medidas previstas no Plano Nacional de Segurança Pública. Aliás, o município de Cidade Ocidental foi o primeiro a receber recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, em março do ano passado, quando lhe foram destinados 22 milhões de reais para aquisição de munição, armas e outros equipamentos necessários para combater o crime.

Dias depois, em Formosa, com a presença do Presidente Fernando Henrique, a União entregou às Polícias Civil e Militar de Goiás 590 viaturas a serem utilizadas nos 21 municípios goianos que fazem parte do Entorno. O **Jornal de Brasília**, em sua edição de 11 de abril do ano passado, registrava:

“Esse é mais um passo para tentar reduzir o alto índice de ocorrências policiais do Entorno”.

Sensível ao drama da insegurança vivido por milhões de brasileiros, o Presidente Fernando Henrique destacou que, apesar de a segurança pública ser tarefa dos Estados, o Governo Federal assumiria totalmente essa responsabilidade. Em relação à baixa remuneração dos policiais civis e militares que atuam no Entorno, disse que eles deveriam receber salários equivalentes aos dos seus colegas do Distrito Federal. “Nós providenciamos os recursos necessários para melhorar a diária dos policiais, de tal maneira que o policial do Entorno não tenha que se sentir diminuído perante o policial do Distrito Federal” – afirmou.

Esse é um ponto fundamental para melhorar as ações de segurança no Entorno. O Presidente Fernando Henrique, na ocasião, manifestou uma aguda percepção, porque os policiais dos municípios goianos são tão sacrificados quanto os de Brasília e arriscam a vida da mesma forma. Mais ainda: por trabalharem numa região integrada, freqüentemente lidam com os mesmos tipos de crimes e até com as mesmas quadrilhas organizadas, sejam elas especializadas em roubo de automóveis, em tráfico de entorpecentes ou em seqüestros.

De fato, os policiais do Entorno passaram a receber uma gratificação que aproximava os seus salá-

rios daqueles pagos aos policiais de Brasília. Em alguns casos, essa gratificação não excedia 500 reais – o que, de qualquer forma, representava um alento para um efetivo que sobrevivia com remuneração irrisória.

Essa medida, porém, não durou mais do que seis meses, cessando o pagamento, após esse período, sem qualquer explicação. Pessoalmente, em meu gabinete, ou por meio do projeto Voz do Cidadão, mantido por esta Casa, tenho recebido numerosas queixas de policiais goianos que cobram o cumprimento da promessa presidencial.

A disparidade entre os salários dos policiais civis e militares do Entorno e do Distrito Federal é tão grande que o Presidente da República reafirmaria sua disposição de corrigir tal injustiça em mais uma oportunidade, ao inaugurar o Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS), do Novo Gama, em fevereiro último.

“(…) ao ver o Governador pedindo o que é justo – que possamos manter um auxílio aos policiais – antecipo, Governador: o auxílio vai ser mantido. O auxílio vai ser mantido. E vai ser mantido porque já está na lei, porque já está nos recursos. Não porque eu vim aqui hoje, nem porque recebi o pedido aqui. Porque já está em marcha”, afirmou Fernando Henrique naquela oportunidade.

O pagamento, entretanto, não foi retomado, trazendo grande angústia para os policiais do Entorno e suas famílias.

Em razão desses fatos, estou apresentando o presente projeto de lei, alterando a Lei nº 10.201, de 14 fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, e dá outras providências, para autorizar o Poder Executivo a utilizar recursos desse Fundo para complementar a remuneração dos policiais que atuam na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, de forma a igualá-la à dos policiais do Distrito Federal.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2002. _ **Mauro Miranda.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.264, DE 7 DE FEVEREIRO DE 1996

Dispõe sobre o desmembramento e a reorganização da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, fixa remuneração de seus cargos e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 94,
DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências.

LEI Nº 10.201, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2001.

Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, e dá outras providências.

LEI Nº 10.486, DE 4 DE JULHO DE 2002

Dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal e dá outras providências.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 471, DE 2002

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do poeta Patativa do Assaré, ocorrido no dia 8 de julho, aos 93 anos.

Justificação

Patativa do Assaré, nascido Antônio Gonçalves da Silva, morreu de pneumonia no dia 8 de julho, aos 93 anos, em sua casa do Assaré, Cariri (CE), onde sempre viveu. Desde os quatro anos de idade era cego de um olho. Aos oito anos ficou órfão do pai, Pedro Gonçalves da Silva. Entretanto, aos 10 anos já compunha versos com o domínio perfeito da métrica.

Vindo de um mundo diferente da maioria dos poetas brasileiros, Patativa do Assaré se destacou por cantar em seus versos assuntos como a dureza da

vida no sertão, os políticos que só visitam esses lugares quando precisam de votos, a morte causada pela falta de alimento ou de atendimento, em meio a tanta miséria, o contraste entre a pobreza na qual se inseria, e a abundância. Mas além disso, Patativa também soube cantar as boas coisas de sua terra, os festejos, os costumes, a natureza.

Homem da roça, como ele gostava de se afirmar, recebeu títulos de doutor honoris causa das universidades Regional de Cariri, Estadual e Federal do Ceará e ainda da Universidade Tiradentes, de Sergipe. Foi autor de oito livros e gravou parte da sua obra em seis LPs e dois CDs. Entre as obras mais populares de e sobre o poeta estão a *Inspiração nordestina* (1956), *O metapoema em Patativa do Assaré* (1984), *Ispinho e fulô* (1988), *Balceiro* (1991) e *Digo e não peço segredo*. A Fundação Demócrito Rocha editou, em outubro do ano passado, a *Antologia poética de Patativa do Assaré*.

Em 1964, Luiz Gonzaga, ao ver Patativa recitar A triste partida decidiu musicar o poema e tornou o poeta conhecido nacionalmente. Sua autobiografia demonstra o grande homem que foi:

“Eu, Antonio Gonçalves da Silva, filho de Pedro Gonçalves da Silva, e de Maria Pereira da Silva, nasci aqui, no Sítio denominado Serra de Santana, que dista três léguas da cidade de Assaré. Meu pai, agricultor muito pobre, era possuidor de uma pequena parte de terra, a qual depois de sua morte, foi dividida entre cinco filhos que ficaram, quatro homens e uma mulher. Eu sou o segundo filho.

Quando completei oito anos, fiquei órfão de pai e tive que trabalhar muito, ao lado de meu irmão mais velho, para sustentar os mais novos, pois ficamos em completa pobreza. Com a idade de doze anos, frequentei uma escola muito atrasada, na qual passei quatro meses, porém sem interromper muito o trabalho de agricultor. Saí da escola lendo o segundo livro de Felisberto de Carvalho e daquele tempo para cá não frequentei mais escola nenhuma, porém sempre lidando com as letras, quando dispunha de tempo para este fim. Desde muito criança que sou apaixonado pela poesia, onde alguém lia versos, eu tinha que demorar para ouvi-los. De treze a quatorze anos comeci a fazer versinhos que serviam de graça para

os serranos, pois o sentido de tais versos era o seguinte:

Brincadeiras de noite de São João, testamento do Judá, ataque aos preguiçosos, que deixavam o mato estragar os plantios das roças, etc. Com 16 anos de idade, comprei uma viola e comeci a cantar de improviso, pois naquele tempo eu já improvisava, glosando os motes que os interessados me apresentavam.

Nunca quis fazer profissão de minha musa, sempre tenho cantado, glosado e recitado, quando alguém me convida para este fim.

Quando eu estava nos 20 anos de idade, o nosso parente José Alexandre Montoril, que mora no estado do Pará, veio visitar o Assaré, que é seu torrão natal, e ouvindo falar de meus versos, veio à nossa casa e pediu à minha mãe, para que ela deixasse eu ir com ele ao Pará, prometendo custear todas as despesas. Minha mãe, embora muito chorosa, confiou-me ao seu primo, o qual fez o que prometeu, tratando-me como se trata um próprio filho.

Chegando ao Pará, aquele parente apresentou-me a José Carvalho, filho de Crato, que era tabelião do 1º Cartório de Belém. Naquele tempo, José Carvalho estava trabalhando na publicação de seu livro “O matuto Cearense e o Caboclo do Pará”, o qual tem um capítulo referente a minha pessoa e o motivo da viagem ao Pará. Passei naquele estado apenas cinco meses, durante os quais não fiz outra coisa, senão cantar ao som da viola com os cantadores que lá encontrei.

De volta do Ceará, José Carvalho deu-me uma carta de recomendação para ser entregue a Dra. Henriqueta Galeno, que recebendo a carta, acolheu-me com muita atenção em seu Salão, onde cantei os motes que me deram.

Quando cheguei na Serra de Santana, continuei na mesma vida de pobre agricultor; depois casei-me com uma parenta e sou hoje pai de uma numerosa família, para quem trabalho na pequena parte de terra que herdei de meu pai.

Não tenho tendência política, sou apenas revoltado contra as injustiças que venho

notando desde que tomei algum conhecimento das coisas, provenientes talvez da política falsa, que continua fora do programa da verdadeira democracia.

Nasci a 5 de março de 1909. Perdi a vista direita, no período da dentição, em consequência da moléstia vulgarmente conhecida por Dor-d'olhos.

Desde que comecei a trabalhar na agricultura, até hoje, nunca passei um ano sem botar a minha roçazinha, só não plantei roça, no ano em que fui ao Pará”.

Uma das passagens mais interessantes da vida de Patativa relaciona-se a como o cantor Luiz Gonzaga o conheceu e resolveu gravar o poema A Triste Partida:

“Eu tocava só uma coisinha, pouquinho, na viola, só para dar uma entonação e tal e os outros cantores também, decerto que “A Triste Partida” se tornou conhecida na voz de todos os cantores. Eles ganhavam dinheiro com aquilo. Chegavam numa reunião, era só o que mais pedia era “A Triste Partida”. Luiz Gonzaga foi à Paraíba e ligou o rádio dele no carro, que tava na Borborema (Rádio Borborema), Zé Gonçalves, um grande cantor, cantando “A Triste Partida”. Aí Luiz disse que ficou maravilhado. Ficou mesmo encantado com aquele poema, com a retirada de nordestino pra São Paulo. Assim que chegou lá, foi atrás dele. “Sim, é a “A Triste Partida”. Todos nós cantadores cantamos ela, mas ela é do Patativa do Assaré”. Aí foi que ele veio a minha procura. Queria até comprar e eu disse a ele que meu mundo era minha poesia, minha família e eu não vendia direito autoral por preço nenhum. Ele disse: “Então vamos fazer um outro negócio: assim você não está vendendo. É uma parceria. No disco consta você como autor e eu como cantor”. Foi em 64 que ele gravou. E deu muito sucesso.

E... Quem melhor cantou o nordeste foi Luiz Gonzaga. Ele cantou. Luiz Gonzaga não era compositor, mas era cantou famoso, duma voz boa. Você veja bem, Luiz Gonzaga cantando aquela “A Triste Partida”, que eu fiz. Qual é o coração que não sente? Qual é aquele camarada que não se torna sensível ouvindo Luiz Gonzaga cantar “A Triste Partida”? Principalmente quando os

meninos reclamam porque ficou (trecho da música). Pois olhe, aquilo ali, eu não vi ninguém não. Eu criei na minha mente, porque na década de cinquenta, a vida era aquela. O próprio motorista não sabia que dia chegaria em São Paulo, nem sequer haviam boas estradas daqui pra São Paulo, viu? Então, aqueles flagelados, procurava a vida lá pelo Sul. Aí eu criei “A Triste Partida”, retratei na minha mente aquela família fazendo as experiências do SERTANEJO e dando tudo negativo, negativo. Eu já fiz de propósito para poder fazer a viagem...

A Triste Partida

Setembro passou com outubro e novembro

Já tamo em dezembro

Meu Deus que é de nós

Assim fala o pobre do seco Nordeste,
Com medo da peste da fome feroz.

A treze do mês ele fez experiência,
Perdeu sua crença
Na pedra de sá.

Mas nouta experiência
Com gosto se agarra
Pesando na barra
Do alegre natá.

Rompeu-se o natá, porém
O só bem vermeio,
Nasceu munto além.
Na copa da mata buzina a cigarra,
Ninguém vê a barra,
Pois barra não tem.

Sem chuva na terra descamba janêro,
Depois feverêro,
E o mêmo verão.
Entonce o rocêro, pesando consigo,
Diz: isso é castigo
Não chove mais não!

Apela pra maço, que é o mês preferido
Do santo querido
sinhô São José.
Mas nada de chuva! tá tudo sem jeito,
Lhe fuge do peito
O resto da fé

Agora pesando seguir outra tria,
Chamando a famia

Começa a dizê:
Eu vendo meu borro, meu jegue e cavalo,
Nós vamo a Sã Palo
Vivê o morrê.
Nós vamo a Sã Palo, que a coisa ta feia;
Por terras alêia
Nós vamo vagá.
Se o nosso destino não fô tão mesquinho,
Pro mermo cantinho
Nós torna a vortá.
E vende o seu burro, o jumento e o cavalo,
Inté mermo o galo
Vendêro também,
Pois logo aparece feliz fazendêro
Por pôco dinhêro
Lhe compra o que tem
Em riba do carro se junta a fãmia;
Chegou o triste dia,
Já vai viajá.
A sêca terrive, que tudo devora
Lhe pota pra fora
Da terra natá.
O carro já corre no topo da serra.
Oiando pra terra,
Seu berço, seu lá,
Aquêlê nortista partido de pena,
De longe inda acena,
Adeus, Ceará!
No dia seguinte, já tudo enfadado,
E o carro embalado,
Veloz a corrê,
Tão triste, coitado, falando sodôso,
O fio choroso
Excrama a dizê:
– De pena e sodade, papai sei que morro!
Meu pobre cachorro,
Que dá de comer?
Já ôto pergunta: – mãezinha e meu gato?
Com fome, sem trato
Mimi vai morrê
E a linda pequena tremendo de medo:
– Mamão meus brinquedo!
Meu pé de fulô
Meu pé de rosêra, coitado, ela seca!

E a minha boneca
Também lá ficou
E assim vão dêxando, com chôro e gemido
Do berço querido
O céu lindo azu.
O pai pesaroso, nos fio pensando,
E carro rodando
Na estrada do Su.
Chegaro em sã palo – sem cobre, quebrado
O pobre acanhado
Procura um patrão.
Só vê cara estranha, da mais feia gente,
Tudo é diferente
Do caro torrão
Trabaia dois ano, três ano e mais ano,
E sempre no prano
De um dia inda vim.
Mas nunca ele pode, só veve devendo,
E assim vai sofrendo
Tormento sem fim
Se alguma nutiça das banda do Norte
Tem ele por sorte
O gosto de uvi
Lhe bate no peito sodade de móio
E águas dos óio
Começa a caí
Do mundo afastado sofrendo desprezo
Ali veve prêso,
Devendo ao patrão.
O tempo rolando, vai dia e vem dia
E aquela fãmia
Não vorta mais não
Distante da terra tão seca mais boa,
Exposto à garoa
A lama e ao paú
Faz pena o nortista, tão forte, tão bravo,
Vivê como escravo
Nas terras do Sú.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2002. – Senador **Eduardo Suplucy – Heloísa Helena – Edison Lobão – Carlos Wilson.**

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em votação o requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a tem cinco minutos para encaminhar a votação.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, juntamente com a Senadora Heloísa Helena, que também assinou esse requerimento, gostaria de aqui prestar uma homenagem a Antônio Gonçalves da Silva, Patativa do Assaré

Ele faleceu de pneumonia no dia 8 de julho, aos 93 anos, em sua casa do Assaré, Cariri, onde praticamente viveu toda sua vida. Desde os quatro anos de idade, era cego de um olho. Aos oito anos, ficou órfão do pai, Pedro Gonçalves da Silva. Aos 10 anos, já compunha versos com o domínio perfeito da métrica.

Vindo de um mundo diferente da maioria dos poetas brasileiros, Patativa do Assaré se destacou por cantar em seus versos a dureza da vida no sertão, os políticos que só visitam esses lugares quando precisam de votos, a morte causada pela falta de alimento ou de atendimento, em meio a tanta miséria, o contraste entre a pobreza na qual se inseria, e a abundância. Mas, além disso, também soube cantar as boas coisas de sua terra, os festejos, os costumes, a natureza.

Homem da roça, como ele gostava de se afirmar, recebeu títulos de doutor **honoris causa** das universidades Regional do Cariri, Estadual e Federal do Ceará e ainda da Universidade Tiradentes, de Sergipe. Foi autor de oito livros e gravou parte de sua obra em seis LPs e dois CDs. Entre as obras mais populares de e sobre o poeta estão a *Inspiração Nordeste* (1956), *O Metapoema em Patativa do Assaré* (1984), *Ispinho e Fulô* (1988), *Balceiro* (1991) e *Digo e Não Peço Segredo*. A Fundação Demócrito Rocha editou, em outubro do ano passado, a *Antologia Poética de Patativa do Assaré*.

Em 1964, Luiz Gonzaga, ao ver Patativa recitar “A Triste Partida”, decidiu musicar o poema e tornou o poeta conhecido nacionalmente.

As palavras de “A Triste Partida” são um verdadeiro hino do sertanejo e do Nordeste. Ao gravá-lo, em 1964, Luiz Gonzaga, em verdade, imortalizou estas palavras tão bonitas:

Setembro passou com outubro e novembro

Já tamo em dezembro

Meu Deus que é de nós

Assim fala o pobre do seco Nordeste,

Com medo da peste da fome feroz.

A treze do mês ele fez esperiência,

Perdeu sua crença

Na pedra de sá.

Mas noutra esperiência

Com gosto se agarra

Pesando na barra

Do alegre natá.

Rompeu-se o natá, porém barra não veio,

O só bem vermeio,

Nasceu munto além.

Na copa da mata buzina a cigarra,

Ninguém vê a barra,

Pois barra não tem.

Sem chuva na terra descamba janêro,

Depois feverêro,

E o mêrmo verão.

Entonce o rocêro, pensando consigo,

Diz: isso é castigo

Não chove mais não!

Apela pra maço, que é o mês preferido

Do santo querido

sinhô São José.

Mas nada de chuva! tá tudo sem jeito,

Lhe foge do peito

O resto da fé

Agora pesando seguir outra tria,

Chamando a fãmia

Começa a dizê:

Eu vendo meu burro, meu jegue e cavalo,

Nós vamo a Sã Palo

Vivê o morrê.

Nós vamo a Sã Palo, que a coisa está feia;

Por terras alêia

Nós vamo vagá.

Se o nosso destino não fô tão mesquinho,

Pro mermo cantinho

Nós torna a vortá.

E vende o seu burro, o jumento e o cavalo,

Inté mermo o galo

Vendêro também,

Pois logo aparece feliz fazendêro

Por pôco dinhêro

Lhe compra o que tem.

Em riba do carro se junta a fãmia;

Chegou o triste dia,

Já vai viajá.

A sêca terrive, que tudo devora
Lhe bota pra fora
Da terra natá.

O carro já corre no tôpo da serra.
Oiando pra terra,
Seu berço, seu lá,
Aquêlê nortista partido de pena,
De longe inda acena,
Adeus, Ceará!

No dia seguinte, já tudo enfadado,
E o carro embalado,
Veloz a corrê,
Tão triste, coitado, falando sodôso,
O fio choroso
Excrama a dizê:

De pena e sodade, papai sei que morro!
Meu pobre cachorro,
Que dá de comer?
Já ôto pergunta: – mãezinha e meu gato?
Com fome, sem trato
Mimi vai morrê.

E a linda pequena tremendo de medo:
Mamãe, meus brinquedo!
Meu pé de fulô
Meu pé de rosêra, coitado, ela seca!
E a minha boneca
Também lá ficou

E assim vão dêxando, com chôro e gemido
Do berço querido
O céu lindo azu.
O pai pesaroso, nos fio pensando,
E o carro rodando
Na estrada do Su.

Chegaro em sã palo – sem cobre, que-
brado

O pobre acanhado
Procura um patrão.
Só vê cara estranha, da mais feia gente,
Tudo é diferente
Do caro torrão

Trabaia dois ano, três ano e mais ano,
E sempre no prano
De um dia inda vim.
Mas nunca ele pode, só veve devendo,
E assim vai sofrendo
Tormento sem fim

Se alguma nutiça das banda do Norte
Tem ele por sorte
O gosto de uvi
Lhe bate no peito sodade de móio
E águas dos óio
Começa a caí

Do mundo afastado sofrendo desprezo
Ali veve prêso
Devendo ao patrão.
O tempo rolando, vai dia e vem dia
E aquela famia
Não vorta mais não

Distante da terra tão seca mais boa,
Exposto à garoa
A lama e ao paú
Faz pena o nortista, tão forte, tão bravo,
Vivê como escravo
No Norte ou no Sul.

Ou, como ele compôs originariamente: “Nas terras do Sul”. Foi Luiz Gonzaga que resolveu escrever: “No Norte e no Sul”.

Nas suas próprias palavras, dizia:

Eu, Antônio Gonçalves da Silva, filho de Pedro Gonçalves da Silva e da Maria Pereira da Silva, nasci aqui, no Sítio denominado Serra de Santana, que dista três léguas da cidade de Assaré. Meu pai, agricultor muito pobre, era possuidor de uma pequena parte de terra, a qual, depois de sua morte, foi dividida entre cinco filhos que ficaram, quatro homens e uma mulher. Eu sou o segundo filho.

Quando completei oito anos, fiquei órfão de pai e tive que trabalhar muito, ao lado do meu irmão mais velho, para sustentar os mais novos, pois ficamos em completa pobreza.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço seja, então, transcrito, na íntegra, o requerimento como aqui apresentei.

Solicito ainda seja encaminhado aos familiares de Patativa do Assaré.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, REQUERIMENTO DO SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY.

REQUERIMENTO Nº

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do poeta Patativa do Assaré, ocorrido no dia 8 de julho, aos 93 anos.

Justificação

Patativa do Assaré, nascido Antônio Gonçalves da Silva, morreu de pneumonia no dia 8 de julho, aos 93 anos, em sua casa do Assaré, Cariri (CE), onde sempre viveu. Desde os quatro anos de idade era cego de um olho. Aos oito anos ficou órfão do pai, Pedro Gonçalves da Silva. Entretanto, aos 10 anos já compunha versos com o domínio perfeito da métrica.

Vindo de um mundo diferente da maioria dos poetas brasileiros, Patativa do Assaré se destacou por cantar em seus versos assuntos como a dureza da vida no sertão, os políticos que só visitam esses lugares quando precisam de votos, a morte causada pela falta de alimento ou de atendimento, em meio a tanta miséria, o contraste entre a pobreza na qual se inseria, e a abundância. Mas além disso, Patativa também soube cantar as boas coisas de sua terra, os festejos, os costumes, a natureza.

Homem da roça, como ele gostava de se afirmar, recebeu títulos de doutor *honoris causa* das universidades Regional de Cariri, Estadual e Federal do Ceará e ainda da Universidade Tiradentes, de Sergipe. Foi autor de oito livros e gravou parte da sua obra em seis LPs e dois CDs. Entre as obras mais populares de e sobre o poeta estão *a Inspiração nordestina* (1956), *O metapoema em Patativa do Assaré* (1984), *Ispinho e fulô* (1988), *Balceiro* (1991) e *Digo e não peço segredo*. A Fundação Demócrito Rocha editou, em outubro do ano passado, a *Antologia poética de Patativa do Assaré*.

Em 1964, Luiz Gonzaga, ao ver Patativa recitar *A triste partida*, decidiu musicar o poema e tornou o poeta conhecido nacionalmente.

Sua autobiografia demonstra o grande homem que foi:

"Eu, Antônio Gonçalves da Silva, filho de Pedro Gonçalves da Silva, e de Maria Pereira da Silva, nasci aqui, no Sítio denominado Serra de Santana, que dista três léguas da cidade de Assaré. Meu pai, agricultor muito pobre, era possuidor de uma pequena parte de terra, a qual depois de sua morte, foi dividida entre cinco filhos que ficaram, quatro homens e uma mulher. Eu sou o segundo filho.

Quando completei oito anos, fiquei órfão de pai e tive que trabalhar muito, ao lado de meu irmão mais velho, para sustentar os mais novos, pois ficamos em completa pobreza. Com a idade de doze anos, freqüentei uma escola muito atrasada, na qual passei quatro meses, porém sem interromper muito o trabalho de agricultor. Saí da escola lendo o segundo livro de Felisberto de Carvalho e daquele tempo para cá não freqüentei mais escola nenhuma, porém sempre lidando com as letras, quando dispunha de tempo para este fim. Desde muito criança que sou apaixonado pela poesia, onde alguém lia versos, eu tinha que demorar para ouvi-los. De treze a quatorze anos comecei a fazer versinhos que serviam de graça para os serranos, pois o sentido de tais versos era o seguinte: Brincadeiras de noite de São João, testamento do Juda, ataque aos preguiçosos, que deixavam o mato estragar os plantios das roças, etc. Com 16 anos de idade, comprei uma viola e comecei a cantar de improviso, pois naquele tempo eu já improvisava, glosando os motes que os interessados me apresentavam.

Nunca quis fazer profissão de minha musa, sempre tenho cantado, glosado e recitado, quando alguém me convida para este fim.

Quando eu estava nos 20 anos de idade, o nosso parente José Alexandre Montoril, que mora no estado do Pará, veio visitar o Assaré, que é seu torrão natal, e ouvindo falar de meus versos, veio à nossa casa e pediu à minha mãe, para que ela deixasse eu ir com ele ao Pará, prometendo custear todas as despesas. Minha mãe, embora muito chorosa, confiou-me ao seu primo, o qual fez o que prometeu, tratando-me como se trata um próprio filho.

Chegando ao Pará, aquele parente apresentou-me a José Carvalho, filho de Crato, que era tabelião do 1º Cartório de Belém. Naquele tempo, José Carvalho estava trabalhando na publicação de seu livro "O matuto Cearense e o Caboclo do Pará", o qual tem um capítulo referente a minha pessoa e o motivo da viagem ao Pará. Passei naquele estado apenas cinco meses, durante os quais não fiz outra coisa, senão cantar ao som da viola com os cantadores que lá encontrei.

De volta do Ceará, José Carvalho deu-me uma carta de recomendação, para ser entregue à Dra. Henriqueta Galeno, que recebendo a carta, acolheu-me com muita atenção em seu Salão, onde cantei os motes que me deram.

Quando cheguei na Serra de Santana, continuei na mesma vida de pobre agricultor; depois casei-me com uma parenta e sou hoje pai de uma numerosa família, para quem trabalho na pequena parte de terra que herdei de meu pai.

Não tenho tendência política, sou apenas revoltado contra as injustiças que venho notando desde que tomei algum conhecimento das coisas, provenientes talvez da política falsa, que continua fora do programa da verdadeira democracia.

Nasci a 5 de março de 1909. Perdi a vista direita, no período da dentição, em consequência da moléstia vulgarmente conhecida por Dor-d'olhos.

Desde que comecei a trabalhar na agricultura, até hoje, nunca passei um ano sem botar a minha roçazinha, só não plantei roça, no ano em que fui ao Pará".

Uma das passagens mais interessantes da vida de Patativa relaciona-se a como o cantor Luiz Gonzaga o conheceu e resolveu gravar o poema A Triste Partida:

"Eu tocava só uma coisinha, pouquinho, na viola, só para dar uma entonação e tal e os outros cantores também, decerto que "A Triste Partida" se tornou conhecida na voz de que todos os cantores. Eles ganhavam dinheiro com aquilo. Chegavam numa reunião, era só o que mais pedia era "A Triste Partida". Luiz Gonzaga foi à Paraíba e ligou o rádio dele no carro, que tava na Borburema (Rádio Borborema), Zé Gonçalves, um grande cantor, cantando "A Triste Partida". Aí Luiz disse que ficou maravilhado. Ficou mesmo encantado com aquele poema, com a retirada de nordestino pra São Paulo. Assim que chegou lá, foi atrás dele. "Sim, é a "A Triste Partida". Todos nós cantadores cantamos ela, mas ela é do Patativa do Assaré". Aí foi que ele veio a minha procura. Queria até comprar e eu disse a ele que meu mundo era minha poesia, minha família e eu não vendia direito autoral por preço nenhum. Ele disse: "Então vamos fazer um outro negócio: assim você não está vendendo. É uma parceria. No disco consta você como autor e eu como cantor". Foi em 64 que ele gravou. E deu muito sucesso.

É... Quem melhor cantou o nordeste foi Luiz Gonzaga. Ele cantou. Luiz Gonzaga não era compositor, mas era cantou famoso, duma voz boa. Você veja bem, Luiz Gonzaga cantando aquela "A Triste Partida", que eu fiz. Qual é o coração que não sente? Qual é aquele camarada que não se torna

sensível ouvindo Luiz Gonzaga cantar "A Triste Partida"? Principalmente quando os meninos reclamam porque ficou (trecho da musica). Pois olhe, aquilo ali, eu não vi ninguém não. Eu criei na minha mente, porque na década de cinquenta, a vida era aquela. O próprio motorista não sabia que dia chegaria em São Paulo, nem sequer haviam boas estradas daqui pra São Paulo, viu? Então, aqueles flagelados, procurava a vida lá pelo Sul. Aí eu criei "A Triste Partida", retratei na minha mente aquela família fazendo as experiências do SERTANEJO e dando tudo negativo, negativo. Eu já fiz de propósito para poder fazer a viagem...

A Triste Partida

Setembro passou com outubro e novembro
Já tamo em dezembro
Meu Deus que é de nós
Assim fala o pobre do seco Nordeste,
Com medo da peste da fome feroz.

A treze do mês ele fez experiência,
Perdeu sua crença
Na pedra de sá.
Mas nouta experiência
Com gosto se agarra
Pesando na barra
Do alegre natá.

Rompeu-se o natá, porém barra não veio,
O só bem vermeio,
Nasceu munto além.
Na copa da mata buzina a cigarra,
Ninguém vê a barra,
Pois barra não tem.

Sem chuva na terra descamba janêro,
Depois feverêro,
E o mêrmo verão.
Entonce o rocêro, pesando consigo,
Diz: isso é castigo
Não chove mais não!

Apela pra maço, que é o mês preferido
Do santo querido
sinhô São José.
Mas nada de chuva! tá tudo sem jeito,
Lhe fuge do peito
O resto da fé

Agora pesando seguir outra tria,
Chamando a famia
Começa a dizê:
Eu vendo meu borro, meu jegue e cavalo,
Nós vamo a Sã Palo
Vivê o morrê.

Nós vamo a Sã Palo, que a coisa tá feia;
Por terras alêia
Nós vamo vagá.
Se o nosso destino não fô tão mesquinho,
Pro mermo cantinho
Nós torna a vortá.

E vende o seu burro, o jumento e o cavalo,
Inté mermo o galo
Vendêro também,
Pois logo aparece feliz fazendêro
Por pôco dinhêro
Lhe compra o que tem

Em riba do carro se junta a famia;
Chegou o triste dia,
Já vai viajá.
A sêca terrive, que tudo devora
Lhe pota pra fora
Da terra natá.

O carro já corre no tôpo da serra.
Oiando pra terra,
Seu berço, seu lá,
Aquêlê nortista partido de pena,
De longe inda acena,
Adeus, Ceará!

No dia seguinte, já tudo enfadado,
E o carro embalado,

Veloz a corrê,
Tão triste, coitado, falando sodôso,
O fio choroso
Excrava a dizê:

- De pena e sodade, papai sei que morro!
Meu pobre cachorro,
Que dá de comer?
Já ôto pergunta: - mãezinha e meu gato?
Com fome, sem trato
Mimi vai morrê

E a linda pequena tremendo de medo:
- Mamão meus brinquedo!
Meu pé de fulô
Meu pé de rosêra, coitado, ela seca!
E a minha boneca
Também lá ficou

E assim vão dêxando, com chôro e gemido
Do berço querido
O céu lindo azu.
O pai pesaroso, nos fio pensando,
E carro rodando
Na estrada do Su.

Chegaro em sâ palo - sem cobre, quebrado
O pobre acanhado
Procura um patrão.
Só vê cara estranha, da mais feia gente,
Tudo é diferente
Do caro torrão

Trabaia dois ano, três ano e mais ano,
E sempre no prano
De um dia inda vim.
Mas nunca ele pode, só veve devendo,
E assim vai sofrendo
Tormento sem fim

Se alguma nutiça das banda do Norte
Tem ele por sorte
O gosto de uvi
Lhe bate no peito sodade de móio

E águas dos óio
Começa a caí

Do mundo afastado sofrendo desprezo
Ali veve prêso,
Devendo ao patrão.
O tempo rolando, vai dia e vem dia
E aquela famia
Não vorta mais não

Distante da terra tão seca mais boa,
Exposto à garoa
A lama e ao paú
Faz pena o nortista, tão forte, tão bravo,
Vivê como escravo
Nas terras do Sú.

Sala das Sessões, em 6 de agosto de 2002.


Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

Alcides Melo

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O requerimento de V. Ex^a será transcrito na íntegra.

Submeterei o requerimento à aprovação do Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, DE 2002

Dispõe sobre a anistia de parte das dívidas de pequenos produtores rurais, pescadores e de suas cooperativas e colônias junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) e junto ao Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São anistiados 50% (cinquenta por cento) das dívidas de pescadores e pequenos produtores rurais, bem como as de suas colônias e cooperativas, contraídas junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) e junto ao Banco do Brasil S.A., relacionadas a financiamentos de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

§ 1º Os saldos devedores das dívidas referidas no **caput**, após a aplicação do redutor de cinquenta por cento, serão refinanciados por dez anos, com três de carência, à taxa de juros de três por cento ao ano.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer caução ou pagamento antecipado pelo banco por ocasião da aplicação do redutor e do refinanciamento mencionados no parágrafo anterior.

§ 3º Serão beneficiados por esta lei todos os mutuários que estejam adimplentes com suas obrigações ou que se dirijam ao banco para repactuar-las até 31 de dezembro de 2003.

Art. 2º Os mutuários adimplentes que não optarem pela repactuação da dívida farão jus a um bônus de adimplência de 70% sobre cada uma das parcelas remanescentes, desde que o pagamento ocorra até a data aprazada.

Art. 3º Os mutuários que tiverem aderido a repactuação da dívida que durante o período de carência previsto no § 1º do art. 1º supra, optarem pelo pagamento antecipado da totalidade do saldo devedor,

farão jus a um bônus de 30% se no primeiro ano, de 25% se no segundo ano e de 20% se no terceiro ano.

Art. 4º Os anistiados por essa Lei poderão contrair novos empréstimos junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. e ao Banco do Brasil S.A., sem quaisquer embargos ou restrições.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Os pequenos produtores rurais sempre tiveram papel de destaque e relevância na economia nordestina e mereceram tratamento favorecido por parte do Governo.

Até a década de oitenta, os empréstimos agrícolas aos pequenos produtores rurais eram feitos com juros subsidiados. Havia o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), que proporcionava ao agricultor cobertura total ou parcial da dívida, em caso de prejuízo, perda da produção, por motivo de estiagem, seca ou calamidade pública.

Infelizmente, o tratamento favorecido à agricultura praticamente desapareceu nos anos noventa. O Proagro foi desativado. Os recursos financeiros colocados à disposição dos produtores agropecuários passaram a ter custo muito elevado, com juros acima da TR ou da TJLP.

Nos últimos seis anos, as condições climáticas têm sido muito adversas, a ponto de inviabilizar o pagamento da maior parte das dívidas de estabelecimentos agropecuários. Em diversas áreas do Nordeste, especialmente no Alto Sertão Paraibano, há empobrecimento e insolvência quase que generalizados da classe dos pequenos produtores agrícolas.

Na propositura do presente projeto, dedico, também, igual tratamento aos pescadores, que em tempos atuais têm se organizado em colônias, com vistas à obtenção de melhor produtividade no resultado de suas pescas, e enfrentam idênticos problemas aos dos pequenos produtores rurais.

Por outro lado, injusto seria se propuséssemos a anistia parcial das dívidas dos pescadores e pequenos produtores rurais se não lhes proporcionássemos a oportunidade de contrair novos empréstimos, visando ao retomo ao trabalho, provendo-lhes a subsistência própria e de suas famílias. São enormes as carências da região Nordeste. A seca e o desemprego têm levado a fome e o desespero à população.

Este projeto de lei vem propor um tratamento justo e racional àqueles que representam o esteio da

agricultura, da pecuária e do setor pesqueiro do Nordeste.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2002. – **Wellington Roberto**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 2002

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para obrigar os fabricantes de ciclomotores e motonetas de baixa cilindrada a registrar o número do chassi dos veículos na Base de Índice Nacional (BIN).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 129 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 129.

Parágrafo único. Em qualquer caso, é exigido do fabricante de ciclomotores e de motonetas cuja cilindrada não exceda a cinquenta centímetros cúbicos o registro do número do chassi dos veículos no cadastro da Base de Índice Nacional (BIN) do sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM), na forma regulamentada pelo Contran. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O uso de ciclomotores é um fenômeno tão tipicamente urbano, com intensidade e feições variando tanto de cidade para cidade, que o legislador de trânsito entendeu, como mais conveniente, deixar a critério dos municípios a regulamentação do registro e licenciamento dos veículos da categoria. É o que dispõe o art. 129 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), em sintonia com o art. 24. XVII, da mesma lei, segundo o qual “compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição, registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações”.

Durante muito tempo, a questão teve poucos desdobramentos no âmbito municipal, só vindo à tona com o aumento do uso de ciclomotores e de motonetas nas cidades e o conseqüente agravamento das dificuldades enfrentadas pelos órgãos de trânsito para disciplinar a sua circulação. Note-se que na situação predominante hoje, os proprietários de veículos com cilindrada não superior a cinquenta centímetros cúbicos vêm na dispensa de registro e licenciamento um dos principais fatores determinantes do sensível aumento do número de roubos dessa categoria de veículos.

Admitindo-se que a identificação dos veículos é requisito indispensável ao pleno exercício da fiscalização, alguns municípios brasileiros orientam-se atualmente no sentido de implementar o registro e o licenciamento de ciclomotores conforme lhes autoriza o CTB. Sem isso, na melhor das hipóteses, qualquer fiscalização permanecerá restrita a operações especiais, quando o veículo pode ser parado e o condutor, abordado pelo agente de trânsito.

Ocorre que propostas desse tipo têm esbarrado sistematicamente na inexistência de registro dos veículos da categoria nas bases de dados oficiais, já que os fabricantes não são obrigados a fazê-lo. Se não há registro do número do chassi do veículo no cadastro da Base de Índice Nacional (BIN), o veículo não figura no Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM) e não pode ser objeto de registro e licenciamento quando do interesse do município. Isso impede que órgãos executivos de trânsito locais levem adiante seus propósitos de exercer um controle mais rigoroso sobre a circulação dos “duas rodas” de baixa cilindrada. Em outras palavras, a falta de uma simples informação do fabricante estaria restringindo a iniciativa municipal, no exercício da competência prevista no art. 129 do CTB.

O projeto que apresentamos visa, assim, a contornar essa dificuldade, observado que, por analogia com os ciclomotores — definidos no CTB, como “veículo de duas ou três rodas, provido de um motor de combustão interna, cuja cilindrada não exceda a cinquenta centímetros cúbicos (3,05 polegadas cúbicas) e cuja velocidade máxima de fabricação não exceda a cinquenta quilômetros por hora” —, o registro obrigatório do número do chassi nas bases de dados oficiais estender-se-ia também às motonetas com cilindrada compatível com a dos ciclomotores.

Pelo exposto, estamos certos de que o projeto receberá o apoio necessário a sua aprovação.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2002. – **Carlos Bezerra**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

.....

Art. 24. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição:

.....

XVII – registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações;

.....

Art. 129. O registro e o licenciamento dos veículos de propulsão humana, dos ciclomotores e dos veículos de tração animal obedecerão à regulamentação estabelecida em legislação municipal do domicílio ou residência de seus proprietários.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passa-se à

ORDEM DO DIA**Item 1:****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 35, DE 2002**

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 35, de 2002, que *dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2002, e dá outras providências*, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Freire Júnior, em substituição à Comissão Mista, concluindo pela aprovação da Medida Provisória e contrário às Emendas nºs 1 a 6.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos.

A Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 1º de abril do corrente ano e não chegou a se instalar. Durante o prazo de seis dias após a publicação no **Diário Oficial da União**, foram apresentadas seis emendas perante a Comissão Mista.

A medida provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 10 de abril do corrente ano, tendo sido aprovada por aquela Casa no dia 18 de junho passado.

O prazo de 45 dias para a tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se desde o dia 11 de maio último; e o prazo de sessenta dias de vigência, no dia 26 de maio passado, tendo sido prorrogado por ato do Presidente do Congresso Nacional, datado de 23 de maio do corrente.

A medida provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 5 de agosto, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime a sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Em discussão, em conjunto, a medida provisória e as emendas, em turno único.

O SR. LAURO CAMPOS (PDT – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (PDT – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a ação vem agora e a vergonha vem depois. Porque aqueles que têm vergonha vão se envergonhar ainda se tiverem tempo para ver o que estão fazendo.

Mais uma vez, como em todos os anos, estamos aqui para nos transformar nos algozes da população brasileira. Realmente, envergonho-me de participar de um ato em que lançamos aos trabalhadores brasileiros a demonstração mais clara e transparente de nosso desrespeito para com o trabalho, para com a vida, para com a dignidade, para com a cidadania, porque um cidadão que recebe R\$200 por mês não tem nada disso, a não ser no papel, nesta democracia de papel e de mentira.

Um cachorro japonês – como já costumo dizer – tem uma cesta de consumo que custa, mensalmente, US\$360. Isso foi demonstrado numa pesquisa feita em 1995 e publicada no segundo volume do livro **Le Japon et les japonnais**, se não me falha a memória, página 85. Há cerca de dois meses, tive oportunidade de ler numa revista que um cachorro norte-americano tem na sua cesta de consumo um **personal trainer**, médico veterinário, roupas, brinquedos e uma série

de outros custos. A manutenção, em média, de um cachorro norte-americano é de US\$700 mensais. Setecentos dólares mensais, um cachorro norte-americano; US\$350 mensais, um cachorro japonês, e um trabalhador brasileiro dispõe de US\$60 por mês, hoje. Não sei como é possível alguém concordar com essa situação. A meta dos trabalhadores brasileiros – não daqueles que estão na informalidade, porque muitos desses coitados já não almejam mais nada, não podem almejar coisa nenhuma – seria, obviamente, a de ingressar na formalidade para ser tratado dessa maneira.

E a cada dia a situação piora com esse salário de R\$200, com esse neoliberalismo insano e decadente; esse neoliberalismo que criou 800 milhões de desempregados, em escala mundial; esse neoliberalismo que colocou 2,5 bilhões de seres humanos abaixo da linha da pobreza; esse neoliberalismo que emagreceu, enxugou e condenou à anorexia toda a classe média no continente latino americano e, obviamente, em outras partes do mundo como na África, Ásia etc. Mas esse neoliberalismo, felizmente, também está anorético e totalmente desmoralizado.

Os trabalhadores não podem fazer como a Enron e a WorldCom, entre outras empresas norte-americanas, que adulteraram sua contabilidade, criaram lucros postiços fazendo as ações inflarem na Bolsa por meio desses truques contábeis.

Salários postiços, salários fabricados não são possíveis. Assim, os trabalhadores têm de sofrer mesmo as consequências desse regime totalmente iníquo, desumano, não apenas marginalizador, mas abortivo.

Se não existisse a espécie humana, o neoliberalismo seria ótimo para o mundo, mas, infelizmente para os neoliberais, existem os seres humanos, que persistem e querem sobreviver; que cometem esse crime de querer sobreviver.

E como nós, cidadãos, que nos consideramos de bem, Parlamentares, que escrevemos na Constituição que o cidadão brasileiro tem direito à habitação, à saúde, ao transporte, à educação, como podemos garantir esses direitos na Constituição e praticar um salário mínimo inconstitucional? O nosso salário mínimo é inconstitucional e sem-vergonha – e é inconstitucional porque a Constituição obriga a que o trabalhador receba essas garantias para a sua sobrevivência mínima, o que não tem sido feito.

Aos meus filhos não pude aconselhar tanto, mas cheguei a fazê-lo. Contudo, aos meus netos disse que se mudassem para a Austrália, onde o salário mínimo é de US\$4,800 mil por mês. Como o pai e o avô são

pessoas dignas e portanto vão morrer pobres, cuidem, disse eu, de ir para a Austrália ou a outros lugares. Mudem-se daqui! A nossa família está em Minas Gerais há quase 400 anos. Não podemos mais resistir. Chegamos ao fim. A melhor coisa é ir ou para o Canadá ou para a Austrália ou para qualquer outro país onde o salário mínimo e o pagamento do esforço humano ainda não foram aviltados, conspurcados, prostituídos, como ocorre no nosso País. Com esses argumentos capengas, com essa ideologia dos grandes mestres do neoliberalismo, como Alfred Marshall, segundo o qual “os capitalistas não poderão pagar **zero or negative wage** para os seus empregados, a fim de não **spoil the market** – estragar o mercado; o cinismo inglês torna-se ciência econômica e se aplica sobre nós. Lord Keynes, discípulo do Alfred Marshall diz mais ou menos aquilo que Arthur Pigou, também desse grupo de ingleses cínicos, afirma: “**Zero or negative wage will ensure full employment continually**” – salário zero ou negativo assegurará o pleno emprego continuamente. Se os trabalhadores pagarem para trabalhar, todos os patrões irão abrir as suas portas e aceitá-los. Então, haverá o pleno emprego, capitalista e neoliberal, que só existirá, de acordo com Arthur Pigou, Alfred Marshall, Lord Keynes, se o trabalhador consentir receber **zero or negative wage**, ou seja, salário zero ou negativo. É o que eles querem aplicar sobre nós; e estamos muito perto disso. Por quê? O Sr. Fernando Collor, quando candidato a Presidente da República, prometeu que deixaria o governo, se ele chegasse até o fim, com salário mínimo de US\$300.00 por mês. O Presidente Fernando Henrique Cardoso prometeu menos: US\$250.00 por mês. E nós estamos aí, pagando US\$60.00 por mês aos nossos trabalhadores, depois de tanta promessa e de tanta mentira! A burguesia está desmoralizada por suas promessas descumpridas!

Sr. Presidente, votarei contrariamente. Tenho vergonha de participar de reuniões em que esses economicídios – é isso que chamo de economicídio também – são cometidos. **White Colour Criminality** – diz o Sou Therland em seu livro “Criminalidade do Colarinho Branco” – consiste justamente em não deixar que a lei ordene e apene aqueles crimes contra a sociedade. Dessa forma, o economicídio que cometemos aqui não é crime previsto em lei. Então, nós vamos assinar a condenação dos trabalhadores brasileiros a esse salário mínimo aviltado e vamos para casa como cidadãos de bem, como se não tivéssemos praticado aqui um crime contra a coletividade. Esse salário mínimo é, obviamente, um crime contra a coleti-

dade, e nós jogamos aqui a água benta de nossa insensibilidade em relação a tal salário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o surrealismo desta sessão salta aos olhos quando lemos a ementa da matéria que estamos votando: “Discussão, em turno único, da medida provisória que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2002”. Neste dia 6 de agosto de 2002 estamos deliberando sobre o salário mínimo a partir do dia 1º de abril de 2002. São os problemas de calendário inerentes à própria dinâmica do Parlamento.

Sinceramente, nem sei como irei votar, porque votar contra significa ter de pôr algo no lugar. Ao longo da discussão, decidirei meu voto.

De qualquer modo, temos a oportunidade de debater a questão do salário mínimo. É lamentável verificar que, na campanha presidencial, ao tratarem de questão tão importante, que afeta milhões de brasileiros, a única discussão que importa é saber se no segundo semestre de 1994 o salário mínimo valia US\$100.00, como disse Ciro Gomes, ou US\$86.00, como disse o Senador José Serra.

Do ponto de vista da aritmética, possivelmente, os dois terão razão. O importante é saber se o Congresso Nacional vai continuar eternamente discutindo a questão do salário mínimo, ou **a posteriori**, como estamos fazendo hoje, ou sempre nessa falsa polêmica a respeito do que esse ou aquele governante, esse ou aquele ministro, implantou o salário mínimo na época em que estava no poder.

Todas as vezes que está em discussão o salário mínimo, são apontados alguns estrangulamentos que impediriam o reajuste dele em bases condignas com a necessidade da população. Existem alguns fatos dos quais não podemos fugir. Um deles é que o Brasil, mesmo com a situação de crise – crise pior passam os nossos irmãos do Mercosul –, ainda pratica o menor salário mínimo. Esse é um fato, apesar de o Brasil ser, disparado, entre esses países o que tem a maior base industrial e o que é mais desenvolvido.

É um fato também que o salário mínimo atualmente tem um poder aquisitivo infinitamente menor do que o que possuía quando foi instituído na década de 40, embora também nesse período o País tenha se desenvolvido extraordinariamente e tenha deixado de ser eminentemente agrário e passado a industrial

com um potencial muito grande. Atualmente é considerado a nona economia do mundo.

E quais são os estrangulamentos que se apontam toda vez que se trata do salário mínimo? Não se pode aumentar o salário mínimo porque vai quebrar a Previdência. Se analisarmos de forma isolada esse fato, veremos que ele pode até apresentar-se como verdade inquestionável, principalmente em relação aos milhares de municípios existentes no Brasil, porque um reajuste acima da capacidade desses municípios pode levar a uma situação de estrangulamento de suas economias.

Porém, não podemos analisar essa questão de forma isolada do resto da economia, até porque quando o salário mínimo é aumentado e entra no bolso do trabalhador, esse reajuste não é usado para aplicar na Bolsa de Valores, para investimento, para fazer poupança ou para viajar ao exterior. Esse tipo de recurso entra no bolso do trabalhador e retorna imediatamente à economia sob a forma de consumo. E, naturalmente, há um fator acelerador da economia à medida que se aumenta o consumo e, conseqüentemente, a produção.

Não podemos, simplesmente, discutir uma questão, um cenário, que à primeira vista pode parecer real, se analisarmos exclusivamente a questão da Previdência em relação aos municípios e esquecermos que existem uma série de outras questões relativas à Previdência, as quais o Governo Federal em oito anos não teve coragem de enfrentar. A Bancada de Oposição, particularmente no Senado, quando estava em discussão em 1997 a reforma da Previdência, alertou o Governo para os problemas e o desafiou a fazer uma reforma que os resolvesse, mas garantindo direitos adquiridos com transição mais alongada, de forma que, ao cabo de sua aplicação plena, alguns problemas reais fossem atacados. Entretanto, por não ter coragem de enfrentar uma série de questões que com certeza traria resistências, agindo por meio de corporações, o Governo optou por mero ajuste, atingindo direitos adquiridos que eram inatacáveis. Posteriormente foi derrotado no Supremo Tribunal Federal. O fato é que não se tratou a reforma da Previdência como deveria.

Não se pode falar no rombo da Previdência sem abordar a informalidade. A diminuição da arrecadação deve-se à informalidade da economia, que está aumentando assustadoramente e a olhos vistos. Conseqüentemente, a cada ano que passa, com o aumento da economia informal, recursos que poderiam ser canalizados para a Previdência pública não o são, pois não há possibilidade de essas pessoas se colo-

carem na economia formal. Assim, é necessário apontar para a retomada do desenvolvimento, garantindo o retorno de trabalhadores da economia informal à formal, de forma que passem a contribuir com a Previdência, o que conseqüentemente aumentaria a arrecadação.

É necessário, de uma vez por todas, que o Congresso Nacional se debruce sobre as fontes de financiamento da Previdência, pois hoje há uma contradição: a principal fonte de financiamento baseia-se na folha de salários e quanto mais moderna uma empresa, menor é a sua folha de salários e o seu faturamento é inversamente proporcional ao tamanho da folha de pagamento. Por isso, embora os setores que normalmente dispõem de pouca tecnologia agregada e que são empregadores por excelência – refiro-me ao setor empresarial – tenham um faturamento muitas vezes reduzido e uma margem de lucro menor do que a de outros setores mais modernos da economia, esses setores acabam, paradoxalmente, contribuindo mais para a Previdência Social, porque o grosso do financiamento da Previdência está centrado na folha de salários.

Enquanto o Congresso Nacional não se dispuser a modificar essa equação, estabelecendo um crescente aumento do financiamento da Previdência e transferindo da folha de salários para o faturamento ou para a margem de lucro, que deveria ser a base para estabelecer a justiça de forma a que quem fatura mais, quem lucra mais como empregador, contribua mais para a Previdência, continuaremos eternamente com essa situação que se utiliza do rombo da Previdência para não aumentar o salário mínimo. Se não há aumento do salário mínimo, eleva-se, conseqüentemente, o grau de miserabilidade da população; se o consumo não aumenta, não se retoma o desenvolvimento. Assim, permanecemos num círculo vicioso, que, infelizmente, continua penalizando o trabalhador que não tem um salário mínimo à altura para atender àquilo que está estabelecido na Constituição em vigor. É direito do trabalhador receber um salário mínimo que garanta a si e a sua família atendimento às necessidades básicas, como saúde, educação, transporte, lazer, moradia etc. Ora, todos sabemos que é uma piada pensarmos que, com 200 reais estaremos cumprindo a Constituição quanto aos direitos dos trabalhadores.

Sr. Presidente, é necessário que, a partir do ano que vem, o Congresso Nacional e o próprio Presidente da República desenvolvam uma política consistente de recuperação do salário mínimo, que não vai ser nenhum milagre, ou promessas demagógicas, ou

anúncios de determinado valor, como 150, 200 ou 300 reais, mas um projeto de recuperação paulatina, porém permanente, do poder aquisitivo do salário mínimo. Isso era o que prometia, inclusive, o atual Governo.

Em 1995, votamos aqui um projeto que aumentava a contribuição para a Previdência com vistas a garantir o salário mínimo de 100 dólares. Na época, o Governo dizia que aquele seria o primeiro passo para garantir essa recuperação gradativa e consistente do valor do salário mínimo. Decorreram-se oito anos e estamos hoje numa situação pior do que aquela que existia em 1995.

Essa é uma tarefa, Sr. Presidente, que cabe ao Congresso Nacional e ao próprio Presidente da República executarem. A continuidade dessa política de se estabelecer um valor absolutamente ridículo para o salário mínimo, como eu já disse, envergonha o Brasil em relação aos nossos parceiros tanto no Mercosul quanto em outros países com economias menores do que a nossa. Infelizmente, em função da absoluta insensibilidade das elites brasileiras para garantir essa recuperação no salário mínimo, continuaremos nessa situação que estamos vivendo de votar um salário mínimo de 200 reais, valor que equivale hoje, parece-me, a pouco mais de 60 dólares, e o que é pior, como está na ementa, para vigorar a partir de 1º abril de 2002. Essa data é conhecida como o Dia da Mentira, mas esse talvez seja o toque que vem coroar esta sessão do Senado, ao votarmos um projeto que estabelece um salário mínimo de mentira em uma data conhecida como o Dia da Mentira.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Eduardo Dutra, o Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, voltando de um período de recesso parlamentar, realizamos reuniões em um esforço concentrado – este é o tema utilizado nesta Casa – trabalhando não mais que dois a cinco dias neste mês de agosto, independente da importância do período eleitoral que todo o Brasil vive. Mas o Congresso Nacional, em especial esta Casa, tem um compromisso primeiramente com o povo deste País.

Estamos analisando a medida provisória que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2002, nacionalmente unificado, de 200 reais, o que corresponde a um reajuste de 9,47% e mais 1,50% a título de aumento real.

Para nós, não é diferente do que pensam os ilustres Senadores que se manifestaram anteriormente. Este é um salário injusto, indigno e nos dói profundamente, na consciência e na alma, vemos a forma como os trabalhadores e trabalhadoras são tratados neste País.

Duzentos reais, ou até menos ainda, talvez seja o preço de uma passagem de avião que cada um de nós, Parlamentares, ou o Senado paga para nos deslocarmos até aqui. E vejam que 200 reais são destinados a um chefe de família, a uma mulher, para sustentar todos os integrantes da casa por um mês.

Segundo a Constituição, o trabalhador tem direito ao lazer, à educação, à saúde, à habitação, de forma digna, durante a sua vida. Todavia, o que estamos vendo aí? Realmente, a injustiça neste País, a demagogia desse projeto neoliberal, entreguista, que desemprega, exclui, empobrece e que abre e escancara as portas deste País à especulação, desmontando os nossos setores produtivos, desempregando e empobrecendo a nossa gente.

Lembramos também que, hoje, é permitido que os Estados brasileiros estabeleçam os seus salários mínimos regionais. Quero registrar aqui que o meu Estado do Rio Grande do Sul já está entre aqueles que oferece talvez o maior salário mínimo regional. Estamos colocados entre aquelas regiões metropolitanas que conseguiram diminuir ou apresentar um menor índice de desemprego, apesar de todas as dificuldades. Geramos, nesses últimos três anos, mais de vinte mil primeiros empregos para jovens sem experiências, estimulando as empresas a atrair jovens. Se levarmos em conta toda a geração de emprego, chegaremos a aproximadamente 300 mil novos empregos gerados, colocando o Rio Grande do Sul nos melhores patamares de desenvolvimento na indústria e agropecuária.

Observamos, entretanto, uma lógica perversa que aponta os trabalhadores e aposentados como alvos do sistema. Segurar e congelar salários é fácil – essa foi a política que prevaleceu durante os últimos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso. Os aposentados são penalizados em primeiro lugar, e os direitos conquistados pelos trabalhadores durante toda uma trajetória de vida e luta, estabelecidos na CLT, estão à mercê inclusive desta Casa, o Senado Federal ameaça retirá-los.

Constantemente lemos nos jornais, como ocorreu hoje, que o sistema financeiro lucra somas que o trabalhador nem tem noção do que significam. Tomamos conhecimento, por exemplo, de que o maior banco privado do Brasil, o Bradesco, anunciou ontem um lucro líquido, no primeiro semestre deste ano, de aproximadamente 1 bilhão de reais, como está publicado. O Banespa já divulgou um lucro excepcional de 1,240 bilhão de reais, um salto de 426,89% em relação ao primeiro semestre de 2001. Lemos também nos jornais que, de 1994 até hoje, segundo dados oficiais, o gás de cozinha subiu 472%; o telefone aumentou 318%; e a energia, 227%. Como se não bastasse, o Governo elevou a carga tributária para 34% do PIB. Enquanto isso, a classe média, que – como sabemos – é a principal responsável pela saúde da economia de um país, perdeu um terço do seu poder de compra na era FHC, empobrecendo de uma forma rápida e sem precedentes. Infelizmente, o País está colhendo aquilo que o Governo plantou. Não sou eu que estou dizendo; são os jornais, são as manifestações do povo, são as análises econômicas e são os dados oficiais que estão postos.

Sr. Presidente, mais uma vez essa injustiça é cometida contra a classe trabalhadora. Veja que triste sina a nossa! Estamos aqui entre R\$200 ou nada. Essa é a discussão. E ainda o Governo inicia a sua justificativa dizendo que essa medida é resultado de um acordo do Poder Executivo e do Congresso Nacional. Que Congresso Nacional é esse que homologa decisões? Que Congresso Nacional é esse que se submete de joelhos a essa política neoliberal? Que Congresso Nacional é esse que não consegue romper com essa política econômica, que não entende que é gerando produção, gerando emprego, dando dinheiro para os trabalhadores que vamos fazer a movimentação econômica e superar as dificuldades sociais? Por que se submeter à especulação? Por que se calar diante dos banqueiros internacionais, dos especuladores que ditam normas e até dizem o que vai acontecer com este País? Quando este País vai realmente buscar a sua soberania, a sua independência, valorizando aqueles que produzem, que empregam, que ensinam, que aprendem? Como poderá ser este País independente se sua maior universidade pública, a Universidade do Rio de Janeiro, ficou às escuras por não ter dinheiro para pagar a conta de energia elétrica? O hospital universitário, os laboratórios, as pesquisas, a ciência, o estudo, a educação sofrendo dessa maneira, e nós discutindo aqui R\$200 para o sustento de uma família!

Sr. Presidente, registro minha indignação por saber que este salário mínimo indigno e injusto como a retirada dos direitos dos trabalhadores são uma farsa, a farsa de que vamos arrebentar a Previdência, o que poderia causar um colapso neste País, e de que vamos gerar empregos. O projeto que retira direitos é nocivo aos interesses dos trabalhadores!

O trabalho gera riquezas e dá oportunidade de inserção no plano de desenvolvimento nacional e de equilíbrio social.

Antes, o reajuste do salário mínimo era dado no dia 1º de maio, Dia do Trabalhador. O vexame nacional era grande: ofereciam-se aos trabalhadores cinco, seis, dez reais de reajuste. Agora, assumiram o desrespeito e passaram a data do reajuste para 1º de abril, dia da mentira, do engodo, que é o que se tem feito com os trabalhadores deste País.

Registro a minha indignação. O povo brasileiro está assistindo aos desmandos da corrupção e da exploração; o sucateamento das nossas instituições de ensino e de saúde; a quebra de generalizada pela qual está passando a indústria nacional. E aí estão a Argentina e o Uruguai vivendo os reflexos da cartilha profundamente injusta e hipócrita do neoliberalismo. O povo brasileiro, líder da América Latina, não vai se submeter aos interesses dos americanos, não vai escancarar as suas fronteiras para que a Alca venha aqui destruir o que o povo, os empresários e os trabalhadores do campo e da cidade vêm construindo. O povo vai dizer “não” a esse projeto neoliberal, aos seus seguidores e aos farsantes que se apresentam com nova cara e com nova mensagem.

Queremos dizer que a nova era do Brasil está próxima – acreditamos nisso. O povo brasileiro tem nas suas mãos a decisão de mudança, de construção de um novo rumo, em que, com solidariedade, as pessoas sejam respeitadas e chamadas a participarem do grande pacto nacional, trabalhando, gerando emprego e renda e, acima de tudo, distribuindo, porque este País não é pobre, é muito rico, mas o povo é pobre e explorado.

É a manifestação que faço, Sr. Presidente. Conclamo a classe trabalhadora deste País, homens e mulheres, que, aviltados nos seus direitos, correm o risco de, brevemente, assistir, aqui nesta Casa, ao desmonte da lei histórica de garantia de direitos – a CLT. O salário de R\$200 é a comprovação da falência do projeto neoliberal, que, durante oito anos, mentiu: privatizou estatais, vendeu-as dizendo que seria para melhorar a segurança, a educação e a saúde, mas nada fez. Pelo amor de Deus, que a consciência e que o amor a este País falem mais alto! É o que estamos

ajudando a fazer na grande caminhada de consciência que acontece agora em todo o Brasil.

Era o registro que tinha a fazer, lamentando que, mais uma vez, sejam os trabalhadores e os aposentados aqueles a pagarem pela corrupção, pela sonegação, pela impunidade e pela falta de Governo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, estamos aqui a discutir temporaneamente – e eu diria quase absurdamente, porque, na verdade, é uma discussão que já não tem sentido – a medida provisória que instituiu o salário mínimo deste ano e que já está em vigor, o qual, a nosso juízo, deveria ter sido mais elevado, mais generoso para com os trabalhadores e, infelizmente, não o foi.

Estamos aqui dispostos a votar qualquer emenda que eleve o padrão salarial brasileiro, salário que tem uma influência decisiva sobre todo o processo econômico em nosso País. O salário mínimo é, efetivamente, um índice de desenvolvimento humano em qualquer nação; é a retribuição mínima ao esforço do trabalhador na atividade produtiva. Por conseguinte, é um medidor, um índice representativo de desenvolvimento da importância que a justiça social exerce entre os que decidem a política do País. É um índice que mede, também, a valorização do conceito de justiça social que uma nação possui e aplica na tomada das decisões de política econômica.

Por nosso compromisso com a justiça social, com os direitos fundamentais do trabalhador, queremos ver o salário mínimo aumentando continuamente – e não de forma demagógica, mas de forma real. É importante que nosso candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, tenha colocado como pedra fundamental de sua proposta econômica e social a elevação contínua do salário mínimo, e também porque o salário mínimo é motor de desenvolvimento de qualquer economia, especialmente de uma economia retardada e ainda chamada em desenvolvimento, como é a brasileira. O salário mínimo é um fator de alavancagem de todo o processo econômico e do desenvolvimento brasileiro.

Economicamente estamos num processo de estagnação e involução há 30 anos. A economia era diligente, prosperava fortemente, era uma das campeãs do mundo em matéria de crescimento e de dinamis-

mo e entrou em um processo de estagnação no qual permanece há 30 anos, resultando numa degradação crescente, preocupante, alarmante das próprias instituições do País.

Ainda hoje tivemos oportunidade de escutar o oportuníssimo pronunciamento do Senador Jefferson Péres a respeito da degradação a que estão sendo submetidas as nossas Forças Armadas, seguido do pronunciamento, também muito oportuno, do Senador Ney Suassuna sobre a degradação das Polícias, instituições essenciais para a defesa da vida do cidadão brasileiro.

Tivemos importantes pronunciamentos a respeito da degradação do cidadão brasileiro, da degradação da universidade brasileira, cujo símbolo, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi atingido por um apagão determinado por empresa privada. Se fosse uma empresa pública, não o faria. A empresa privada quis, dessa forma, cobrar da universidade uma conta atrasada, que não tem nada a ver com a administração atual, a qual, ao contrário, estava querendo negociar a dívida.

A degradação chega a ponto de cortar energia por falta de pagamento inclusive de hospitais universitários. Por que houve a falta de pagamento? Porque há um processo de esvaziamento financeiro das universidades brasileiras, atingindo de maneira negativamente simbólica a primeira universidade do Brasil e que outrora se chamava Universidade do Brasil: a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, não é possível continuar sem dar prioridade maior e quase absoluta à retomada do processo de desenvolvimento. Há poucos dias, foi publicada uma entrevista absolutamente lúcida do professor Dias Leite, na **Carta Capital**, revista respeitável pelo teor das matérias que publica, as quais, normalmente, não são publicadas por outros órgãos de nossa imprensa que continuam seguindo o pensamento único determinado pelas agências do capital internacional.

A **Carta Capital** não respeita essa imposição e publicou uma entrevista muito interessante, importante e absolutamente lúcida do ex-Ministro e Professor Dias Leite, quando ele diz que o desenvolvimento é a prioridade, está a frente da estabilidade monetária, é essencial para se evitar essa degradação das instituições, da economia, da sociedade, do padrão de vida, da dignidade do povo brasileiro; é indispensável para que se possa, enfim, ter condições de recuperar até o sentido de justiça atingido profundamente por essa política neoliberal, que todos aqui têm criticado – até mesmo os candidatos ligados mais à área governa-

mental –, mas que, infelizmente, continua a ser exercitada, agora querendo comprometer também o candidato de Oposição com um acordo extemporâneo, antecipado, com o Fundo Monetário Internacional para manter essa mesma linha, que está degradando a economia e a sociedade brasileira, que está esgarçando o tecido social, gerando toda essa descrença nas instituições do País, gerando essa onda de criminalidade nas nossas grandes cidades.

Tudo isso é fruto dessa estagnação de 30 anos por conta de uma política neoliberal, de uma abertura indiscriminada da nossa economia que levou o trabalhador brasileiro ao desemprego e ao achatamento salarial, que é mantido como imposição das linhas gerais dessa política. Queremos romper com essa política e somos a favor de uma recomposição do salário mínimo, que não seja demagógica; que seja realista, mas firme. Que, de ano em ano, haja uma recomposição substancial capaz de dar poder aquisitivo a esse povo, capaz de reanimar a economia e de recolocar o trabalhador brasileiro numa situação de dignidade mínima, que ele, infelizmente, está perdendo a cada ano com a prática dessa política neoliberal.

Por isso, Sr. Presidente, é importante essa discussão, ainda que extemporânea. É importante por seu conteúdo, pois dá ensejo a reprimir o que com tanta constância, com tanta pertinácia temos dito nesta Casa: não é possível continuar com essa política que está degradando a economia e a sociedade brasileira, especialmente sua classe trabalhadora.

Estamos dispostos a votar qualquer emenda que eleve este nível que gostaríamos que tivesse sido fixado num patamar mais elevado.

Era isso, Sr. Presidente, o que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Bloco/PPS – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos no Senado diante de uma nova realidade, um dado inteiramente novo, um fato inédito: o Senado está sendo convocado a votar e a decidir sobre o salário mínimo. O salário mínimo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem sido objeto de medida provisória desde que promulgamos a Constituição de 1988. De lá para cá, todo reajuste do salário mínimo, que ocorre em maio do ano corrente, faz-se mediante a edição de uma medida provisória que opera os devidos reajustes.

Ocorre que, como no ano seguinte, há um novo reajuste, o Congresso Nacional vem tendo um com-

portamento de omissão, de auto-excludência. O Congresso Nacional fugiu repetidamente da responsabilidade de decidir. E as medidas provisórias vieram sendo sistematicamente reeditados ao longo do tempo. Só para exemplificar, a Medida Provisória nº 1.463 foi reeditada, nada mais, nada menos, 34 vezes, chegando até a Medida Provisória nº 1.463/32, ou seja, 32 reedições e mais duas, que depois ainda foram emitidas e publicadas pelo Senhor Presidente da República.

Nesse comportamento havia o interesse do Governo de reeditar as medidas provisórias e, portanto, assegurar o prevalecimento da sua proposta. Mas, do outro lado da moeda, havia o comportamento passivo e omissivo do Congresso Nacional, que não desejava “meter a mão na cumbuca”, que não desejava participar da responsabilidade de ter de decidir, que não desejava incluir-se na responsabilidade de aprovar um salário mínimo sempre muito abaixo das expectativas, do desejo e do sentido de justiça social medianamente aceito pela sociedade brasileira.

O Congresso Nacional sempre gostou da omissão que lhe permitiram e lhe garantiram as medidas provisórias. Bastava deixar a medida ser reeditada até o momento em que houvesse a data do reajuste do salário mínimo. Na data do reajuste do salário mínimo, o Presidente da República reeditava uma nova medida provisória, com outros valores, e revogava as medidas, todas elas reeditadas com o patamar, com o piso salarial anterior. Era uma situação privilegiada e rigorosamente confortável.

O Presidente da República assegurava a afirmação dos propósitos do Governo, de um lado, e, de outro, os Congressistas lavavam as mãos, fazendo como Pôncio Pilatos: nada tinham a ver com o crime, com a execução. O resultado foi sempre de uma certa conivência, de uma permanente, repetida e sucessiva cumplicidade: o Governo gostava dessa situação e – convenhamos, vamos reconhecer – o Congresso Nacional também.

Agora, não há mais possibilidade de reedição de uma medida provisória. No dia 26, esta medida provisória perderá sua vigência, já estando em fase de prorrogação. Se ela não for votada, os trabalhadores ficarão sem o novo salário mínimo. Portanto, é um momento de responsabilidade, de tomada de decisão. É preciso assumir a responsabilidade do que estamos fazendo.

Sr. Presidente, é preciso também manifestar, de maneira clara e insofismável, que o salário mínimo de R\$200 é um salário rigorosamente injusto, abaixo das necessidades mínimas do trabalhador brasileiro. E

veja, são cerca de 13 milhões de aposentados que recebem apenas um salário mínimo no sistema previdenciário brasileiro. Graças a um sistema baseado na limitação, no simplismo da simples repartição, temos uma absoluta inviabilidade de aumentar o salário mínimo, porque o sistema é um sistema de repartição simples. Cobra-se a contribuição dos assalariados e das empresas. Depois que os recursos entram nos cofres da Previdência, esses recursos são diretamente dirigidos para o pagamento dos aposentados e dos pensionistas para o serviço social do INSS.

Ora, essa opção que fez o Brasil, que fez o Congresso Nacional, que fizeram os Partidos políticos do Brasil por um sistema previdenciário de pura e simples repartição leva a esta realidade dura, mas insofismável, a essa verdadeira camisa-de-força. O salário mínimo pago aos aposentados depende do salário mínimo pago aos trabalhadores ativos e depende, é claro, da contribuição, pura, simples, direta, dos trabalhadores ativos e das empresas.

O resultado disso é que o salário mínimo resulta numa espécie de círculo vicioso. Como ele é muito baixo para os trabalhadores ativos, ele acaba propiciando também um baixo nível de proventos de aposentadoria para os trabalhadores inativos. Mas como ele é pago mediante pura e simples distribuição, pura e simples repartição daquilo que é auferido pelos cofres da Previdência, esses recursos não são usados como uma forma de capitalizar a economia, de estimular o crescimento econômico, de implementar oportunidades, de abrir frentes novas de produção. Ou seja, o sistema previdenciário brasileiro é um círculo vicioso. Quanto mais baixo o salário pago aos aposentados, mais baixo tem que ser o salário pago aos ativos e quanto mais baixo o salário pago aos ativos, mais baixo é o provento pago aos aposentados. É um círculo depressivo e vicioso que puxa para baixo a economia brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, talvez seja a hora de pensarmos naquilo que muitos candidatos – e não só o candidato do meu Partido – têm falado a respeito de um novo sistema de previdência. O meu candidato, Dr. Ciro Gomes, defende um sistema que se mantenha público e não deixe, em nenhum momento, de ser um sistema público sob o controle rigoroso do Estado e dos trabalhadores. Mas defende a possibilidade de se abrirem contas individuais para a constituição de fundos de pensão públicos, no âmbito do Estado, que possam servir de incremento, de estímulo para a expansão da economia.

E, portanto, ao criar oportunidades novas, ao abrir novas frentes, gerar empregos e fazer surgirem

novas empresas, esse princípio de capitalização pode produzir, sim, uma melhora das aposentadorias e um ganho crescente de patamar ou de piso salarial tanto para os trabalhadores ativos quanto para os aposentados.

Ao longo destes oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, nós do Congresso Nacional não tivemos sequer a coragem de propor esse debate, de realizar cálculos econométricos ou atuariais ou de fazer ponderações sobre realidades do presente e possibilidades do futuro.

Não faço aqui apologia de que esta seja a proposição de apenas um candidato a Presidente da República. Não creio nisso. Pelos programas que li, essa proposta é defendida também por outros candidatos. Não tenho nenhuma dúvida: aqueles que tiverem assento no Congresso Nacional a partir de 2003 não poderão deixar de enfrentar esta questão do sistema previdenciário brasileiro.

Sr. Presidente, é preciso criar um círculo virtuoso, a fim de que se produzam as condições concretas para o crescimento da massa salarial no País e para a formação de poupança interna. Se não se utilizar a Previdência como instrumento propulsor e indutor da economia, permaneceremos nesse sistema de repartição simples, ou seja, num círculo vicioso, letargo – uma tartaruga que não anda.

Estamos diante de uma realidade pura e simples: se quisermos aumentar o salário mínimo nessas condições, na estrutura atual do jogo, devemos tirar recursos de outras áreas do Orçamento para propiciar o pagamento de qualquer elevação da Previdência, que, por si só, poderia ser geradora de novos recursos e de novas fontes de crescimento econômico e de aumento para as contribuições. Desse modo, seriam criados elementos para a expansão do sistema, com a melhora não apenas dos níveis salariais ou da ampliação da massa salarial do País, mas também com a melhora gradativa dos padrões dos proventos dos aposentados brasileiros. E não se continuaria essa situação ridícula, vergonhosa, vexaminosa, de um salário mínimo de R\$200,00 – valor que está preso numa armadilha, que está submetido a uma camisa-de-força, pois não pode ser aumentado, uma vez que o sistema que adotamos é limitado, fechado, sem perspectivas, não sai de si mesmo e nem é capaz de gerar uma nova realidade.

Sr. Presidente, neste momento, estamos sendo obrigados a tomar uma decisão que nos está sendo imposta pela exigência do novo modelo de medidas provisórias, em que não se pode mais reeditar uma medida provisória. Nunca mais uma medida provisó-

ria do salário mínimo será reeditada no Brasil, pois terá de ser votada pelo Congresso Nacional.

No momento em que criamos esse ambiente de discussão, de debate, de avaliação, de reflexão, é muito importante que, já no ano que vem, nos primeiros meses do próximo governo, tenhamos a coragem de nos debruçarmos sobre essa questão acerca de um sistema tributário mais justo, de um sistema previdenciário que possa propiciar crescimento da economia, formação de poupança interna, independência em relação à vulnerabilidade do País no exterior e capacidade da melhora gradativa, concreta, sistemática dos ganhos dos aposentados e dos trabalhadores assalariados que recebem o patamar mínimo.

Não há nenhuma dúvida de que essa é a tarefa mais urgente e mais importante a ser enfrentada pela sociedade brasileira. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Fogaça, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para discutir.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fico pensando como será a discussão sobre matéria tão relevante para o destino dos trabalhadores brasileiros no governo próximo.

Dadas as circunstâncias presentes e a maneira como tem andado a campanha eleitoral, não tenho dúvidas de que é muito provável que venham a ser eleitos o Presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Senador José Alencar, respectivamente Presidente e Vice-Presidente do Brasil, a partir de 1º de janeiro próximo, tendo como ponto de partida o debate ocorrido na Rede Bandeirantes de Televisão.

Verificamos a tranquilidade com que Lula apresentou os argumentos, e foi muito positiva a maneira como os candidatos Anthony Garotinho, Ciro Gomes e José Serra resolveram respeitar a candidatura de Lula, tendo em vista que ele pôde sair do debate com muita tranquilidade e segurança de que hoje está excepcionalmente bem preparado para levar adiante os propósitos de construção de uma nação justa e civilizada.

O que fará Lula no momento em que o Congresso Nacional estiver definindo o valor do salário mínimo? Nas últimas manifestações de Lula, nos seus diálogos com a Fiesp, com a Abdib, com a Bovespa,

ainda ontem à tarde, vimos que ele quer empenhar-se para que haja um grande contrato social entre trabalhadores e empresários.

Portanto, quando estivermos discutindo o valor do salário mínimo e de outras medidas importantes para a definição do patamar de remuneração dos brasileiros, o assunto deverá ser objeto de extraordinário debate desse grande contrato social que, infelizmente, ainda não está ocorrendo no Brasil.

Sr. Presidente, avalio como deverá ser o diálogo a respeito do valor do salário mínimo a partir de 1º de janeiro próximo, até porque, conforme assinalaram os meus colegas José Eduardo Dutra, Emilia Fernandes, Saturnino Braga, Heloísa Helena e os demais Senadores que usaram da palavra, estamos sentindo uma enorme limitação para a apreciação dessa matéria acerca de algo que já está ocorrendo desde abril passado.

Pensemos, então, no futuro!

Sr. Presidente, a definição do salário mínimo como instrumento de política econômica deve estar relacionada à definição de um outro instrumento que denomino “renda de cidadania” ou “renda básica incondicional”. Em verdade, os dois conceitos devem estar interagindo. E é perfeitamente possível instituímos no Brasil – já no próximo mandato presidencial – uma renda cidadã, por intermédio de que se conferiria a todos os cidadãos residentes no País uma modesta renda, porém suficiente para suprir a sua subsistência, numa perspectiva de que venha a crescer com o progresso econômico e com a capacidade fiscal. Deve-se garantir a todos o direito de receber essa modesta renda, assim como podemos, se estivermos em São Paulo, passear pelo Parque Ibirapuera ou, no Rio de Janeiro, tomar um banho de mar na praia de Copacabana, como um direito à cidadania.

Ora, tenho a certeza de que, instituído um mecanismo como esse, não estaríamos presenciando novas manifestações do que Patativa do Assaré dizia em triste partida: “Meu Deus, meu Deus / Faz pena o nortista / Tão forte, tão bravo / Viver como escravo / No Norte e no Sul”.

É interessante observar o que cantam hoje os cantores populares sobre a vida, sobretudo dos jovens nas áreas periféricas das metrópoles brasileiras. Os Racionais MCs, por exemplo, cantam “Nada como um dia depois do outro” ou “O homem na estrada”, demonstrando que suas condições de falta de liberdade são tão fortes quanto àquelas cantadas há quatro décadas por Patativa do Assaré nessa bonita música.

Ora, a garantia de uma renda como um direito à cidadania proverá as pessoas de maior grau de liberdade, de tal maneira que não mais precisarão se sujeitar a atividades humilhantes ou que coloquem sua vida em risco. Se tiverem a liberdade de escolher seu trabalho, terão tempo para encontrar um mais digno.

Sr. Presidente, assim me manifesto na perspectiva de que poderemos discutir muito melhor essa matéria quando tivermos um governo de acordo com as grandes aspirações de justiça, como avalio será o governo de Lula e José Alencar, a partir de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Convido o próximo orador inscrito, Senador Osmar Dias. Logo em seguida, concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, seja qual for o resultado das eleições, o próximo Presidente da República não terá como fugir da responsabilidade cobrada por todos os empresários e trabalhadores brasileiros de resolver esse problema do salário mínimo. Aliás, chega a ser deprimente discutirmos o aumento que está sendo dado ao salário mínimo, que nesse período não foi corrigido nem em 10%, quando as tarifas públicas subiram muito acima da inflação: o telefone, mais de 400%; o gás, mais de 400%. Eu estava fazendo as contas com o Senador José Alencar e chegamos à conclusão de que, hoje, pelo menos um terço do salário mínimo é consumido com água, luz e gás. Sobram, portanto, dois terços para as outras despesas da família do trabalhador, que, com certeza, tem dificuldades até para ter sua carteira registrada, apesar desse salário.

Os argumentos utilizados até agora pelo Governo para manter esse salário desumano levam em conta que, a cada real de aumento do salário mínimo, aumentam-se as despesas com a Previdência em cerca de R\$13 milhões, porque são 13 milhões de aposentados que recebem salário mínimo. Contudo, os que têm aposentadoria vinculada ao salário mínimo são cerca de 23 milhões. Portanto, a cada real de aumento, o acréscimo nas despesas decorrentes da Previdência seria equivalente a R\$23 milhões.

Ora, não podemos fugir da realidade, Sr. Presidente. Este País sofre porque o Governo e o Congresso não se conscientizaram pelo menos a sua maioria de que, se somos eleitos pela sociedade, temos a obrigação de representá-la, e não ao Governo. Quando a maioria se elege com os votos da sociedade e vem para o Congresso para obedecer ao Governo, para submeter-se ao Governo, acabamos arrastando o País para esse rumo em que os problemas sociais

crecem na mesma proporção em que decrescem os investimentos públicos, não somente na área social, mas também no setor produtivo.

Tenho um projeto, Sr. Presidente, que aguarda votação na Comissão de Assuntos Econômicos há dois anos. Talvez a maioria dos Senadores pensa que está aqui para representar o Governo, e, assim, meu projeto não é votado. Gostaria que ele fosse votado, pois estaríamos avançando, a passos largos, para solucionar o problema do desemprego. Pior do que os que ganham um salário mínimo está a grande massa de trabalhadores desempregada, que chega hoje ao número aqui citado com frequência: 54 milhões de brasileiros. Só que, desses 54 milhões de brasileiros, 25 milhões não completaram 15 anos de idade, o que constitui quadro mais alarmante ainda. Trata-se de um fato social criado exatamente por não enfrentarmos os problemas que temos de resolver, como esse que estamos discutindo do salário mínimo. Se ficarmos a vida inteira usando o argumento de que quebraremos a Previdência se reajustarmos o salário mínimo, não resolveremos nem um nem outro problema – nem o da Previdência nem o do salário mínimo.

Por bem, quando veio para o Senado Federal a proposta de reforma da Previdência, fui Relator de parte dela. Acreditando, naquele momento, que estávamos fazendo uma verdadeira reforma na Previdência, fiz uma emenda que acabava com o IPC, o Instituto de Previdência dos Congressistas, e, dessa forma, com a aposentadoria proporcional. Só para citar um exemplo, concluo o meu mandato agora, com 8 anos. Se aquela regra fosse mantida, eu poderia aposentar-me com 8 anos de exercício parlamentar, no meu primeiro mandato, com 25% do salário de um Senador. É claro que isso não era justo. E os Senadores, naquele momento, aprovaram a emenda que apresentei, extinguindo não só o Instituto de Previdência dos Congressistas, mas também o instituto injusto e até vergonhoso da aposentadoria proporcional. Cortamos o privilégio que prosperava e elevava os Parlamentares a uma categoria muito diferente da dos demais trabalhadores do País, que precisam trabalhar por 35 anos, ter idade para aposentadoria e tempo de contribuição. Os parlamentares contribuíam durante 8 anos, 12 anos, e se aposentavam. Acabamos com isso.

Durante o processo de discussão da reforma da Previdência, o Governo comprometeu-se a cortar os privilégios o que não aconteceu. Não foi enviado ao Congresso Nacional um projeto de lei que ampliasse a contribuição de algumas categorias que não contribuem. Não tivemos a oportunidade de discutir sequer

a questão da aposentadoria dos militares. Não avançamos na reforma da Previdência, porque o Governo não teve a ousadia de fazê-la; e o Congresso, em sua maioria, por obedecer o que determina o Governo, também não.

O Congresso também não fez a reforma tributária. Por isso, não estamos dando ao setor produtivo condições de investimento, de competição para que o País possa criar um ambiente onde o trabalho e o emprego sejam valorizados. Atualmente, Sr. Presidente, fala-se em um mini pacote tributário. Quem não fez o que deveria ter feito – a reforma tributária – quer correr agora para tentar recuperar o tempo e compensar o grande prejuízo sofrido pelo País por não ter sido feita a reforma tributária.

Pois bem, no primeiro semestre deste ano, exportamos 15% a menos do que no primeiro semestre do ano passado. Isso é fatal para as pretensões de um país que quer crescer economicamente e, com isso, distribuir oportunidades de empregos. Isso é fatal, Sr. Presidente, para um País que tem uma das maiores desigualdades sociais do planeta e que não está encontrando, com suas políticas públicas, o caminho para combatê-la. Aí nos deparamos com essa obrigação de votar um salário mínimo de R\$200.

Quero lembrar que em 1998 fomos colocados também diante dessa situação, exatamente quando o Governo propunha um aumento ridículo do salário mínimo. Votamos contra. Então eu fazia parte do Partido do Governo, do qual recebi uma advertência por ter votado contra, porque entendi que não se poderia votar um reajuste ridículo do salário mínimo.

Vivemos, no ano passado, um episódio que marcou a minha vida aqui no Senado Federal. Fui praticamente expulso do meu Partido, o PSDB, porque assinei e mantive essa assinatura no requerimento que propunha a CPI da corrupção. A prova do que estou falando, de que o Congresso pensa que representa o Governo e não a sociedade, é que 82 Deputados inviabilizaram a instalação dessa CPI ao retirar suas assinaturas do requerimento. Traíram os seus eleitores, traíram a sociedade, que queria a CPI da corrupção, mas não o Governo, com o qual ficaram de bem e, quem sabe, ainda hoje estão. Mas espero que estejam de mal com a sociedade, que, na época, exigia que se investigassem as denúncias de corrupção muito grave naquele momento.

Sr. Presidente, que relação tem esse assunto com o reajuste do salário mínimo? Creio que para resolver esse problema temos que fazer as reformas da Previdência e a tributária; mas disso não resultará nenhuma consequência prática na melhoria do salário

mínimo se não tivermos uma atitude em relação aos desmandos, às irregularidades praticadas e à corrupção, que é denunciada, mas se foge de sua investigação, talvez por medo, e se coloca o País diante deste quadro: de um lado, uma minoria privilegiada tanto pela previdência quanto pela política econômica do Governo e, de outro, uma esmagadora maioria sendo humilhada com esse salário mínimo, que é uma verdadeira agressão à inteligência dos que trabalham o mês inteiro para, no fim do mês, ter dinheiro para pagar água, luz, gás e sobrar muito pouco para remédio, comida, roupa, educação e segurança da família.

Sr. Presidente, é lamentável que o Congresso tenha fugido, durante estes anos, da sua responsabilidade de votar reformas fundamentais para que tivéssemos hoje a oportunidade de votar um salário mínimo decente para os trabalhadores brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este não é um salário mínimo. Em um bom dialeto italiano, é um **quattrinello** que se oferece ao trabalhador brasileiro. **Quattrinello** significa dinheirinho. Trata-se de uma gorjeta, uma humilhação, um aumento rigoroso e absolutamente ridículo no mesmo momento em que o Governo Federal atropela a famosa Lei de Responsabilidade Fiscal, fazendo um corte de 9 a 11% no IPI dos automóveis, dos automóveis das montadoras internacionais, que já foram objeto dos benefícios da lei automotiva.

Só para que V. Ex^a tenha uma idéia do que isso tem significado, em contraposição – que coloco neste momento – a política do salário mínimo à política automotiva de importação de peças, quando deixei o Governo do Paraná, em 1994, tínhamos um superávit comercial de US\$2 bilhões. Veio a política automotiva, vieram as isenções do Governo Federal, reforçadas pelas isenções do Governo Estadual, e esse superávit caiu de US\$2 bilhões para R\$389 milhões. É o famoso **drawback**: a importação de peças montadas que voltam a ser exportadas, um processo de maquiagem e de avanço no mercado interno.

Somos extraordinariamente insensíveis com o salário mínimo dos trabalhadores, mas admitimos em silêncio – porque na realidade não ouvi nenhum protesto contra a redução do IPI dos automóveis de 9% para 11%. Talvez surja alguém com o pretexto de dizer que estão sendo garantidos cargos, empregos das montadoras, mas na verdade as montadoras de-

viam sofrer na própria carne e reduzir nos seus lucros as consequências da crise do neoliberalismo no Brasil.

Como o Senador Roberto Saturnino, estou disposto a votar qualquer emenda que possibilite um aumento real do salário mínimo, mas a única solução para esse problema estará nas nossas mãos, nas mãos do povo brasileiro no dia 6 de outubro deste ano da graça de 2002. É o voto firme, seguro e decidido contra o neoliberalismo, contra a estupidez submissa de uma globalização que só existe contra nós, é o voto de oposição, o voto contra o Governo.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Muito bem, Senador!

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Esse voto será mais importante do que o voto seguramente vencido que eu, o Senador Roberto Saturnino, o Senador Osmar Dias e a Senadora Heloísa Helena daremos a favor de algumas emendas que poderiam aumentar o salário mínimo dos brasileiros.

Reservemo-nos para dar o troco no dia 6 de outubro ao neoliberalismo fracassado e irresponsável do Governo Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é evidente que algumas pessoas que nos assistem neste momento devem se perguntar por que estamos discutindo até esta hora algo que já está implementado. E o povo brasileiro sabe como o Congresso Nacional vota, como um mero e medíocre anexo arquitetônico do Palácio do Planalto e, portanto, anexo arquitetônico das decisões do Fundo Monetário Internacional.

O povo brasileiro deve estar também perguntando por que os representantes do Governo não estão aqui para defender esta medida provisória, porque até agora apenas os membros da Oposição falaram. Espero que, até o término do debate, os membros da base governista venham defender esse “gigantesco” aumento do salário mínimo implementado.

Sequer vou discutir a relação do salário mínimo com o dólar, porque, mesmo sendo a moeda americana um parâmetro universal – e sempre mencionamos o valor do salário mínimo equivalente a US\$100; que no Paraguai ele é equivalente a US\$145; no México, a US\$127 e, nos países desenvolvidos, em média, a US\$700, a nossa moeda é o real. E não há como falar agora em dólar, tendo em vista que a política econômica brasileira tem a solidez do pântano do mercado

financeiro. Assim, se formos relacionar o salário mínimo ao dólar, começará a histeria no sentido de que não pode haver aumento.

Portanto, prefiro falar do salário mínimo à luz do que manda a ordem jurídica vigente, a Constituição brasileira, que é cantada em prosa e verso pelo moralismo farisaico, mas que não tem absolutamente qualquer mecanismo objetivo e concreto, por parte do Governo Federal, para que seja preservada.

Na Carta Magna, que é a ordem jurídica burguesa e que, portanto, não é um tratado ideológico da esquerda internacional, no seu art. 7º, inciso IV, temos:

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem um poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

Então, conforme a ordem jurídica burguesa, não tem nada a ver com nenhum tratado ideológico da Esquerda, de acordo com a Constituição, o salário mínimo deve atender às necessidades vitais da pessoa e sua família.

Evidentemente, o próprio encaminhamento do Governo Federal repete aquela cantilena enfadonha de que não pode haver aumento do salário mínimo em face da Previdência Social e do impacto, da repercussão nas contas públicas. É evidente que todos sabemos da mentira que envolve esse tema. Discutir que não se pode aumentar salário mínimo em virtude do reflexo sobre a Previdência Social não procede, pois o Governo teria que fazer aquilo que todos sabemos que deveria ser feito: o combate à renúncia fiscal, à sonegação e ao buraco da Previdência. Entretanto, não há Governo para fiscalizar, enfrentar a renúncia fiscal, nem a sonegação, nem a situação gravíssima do mercado informal, para praticar uma política econômica que privilegie o emprego formal e a renda dos trabalhadores como forma de ampliar a base de contribuição. Portanto, é mentira essa história de que o problema é a Previdência. A outra mentira que o Governo também diz aqui refere-se ao relevante impacto do salário mínimo sobre as contas públicas.

Senador Antonio Carlos Valadares, o impacto gigantesco que cantam em verso e prosa significa, no conjunto de todo o setor público federal, estadual e municipal, 0,86%. Ou seja, em relação ao federal, significa 0,05%; ao estadual, 0,13% e, ao municipal – é

uma lengalenga, porque, alegam, aumentos quebrariam as prefeituras, significa 2,8%. No conjunto do setor público, o aumento do salário mínimo tem uma repercussão de 0,86%.

A referência a Lei de Responsabilidade Fiscal é outra conversa fiada; com base nessa Lei, diz-se que não se pode aumentá-lo. Só que a própria Lei menciona que a discussão da elevação de despesa obrigatória de caráter continuado tem de ter, como compensação, um aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa. Sabemos também que a própria Lei de Responsabilidade Fiscal dispensa da mencionada compensação a parcela de aumento de benefício correspondente à preservação do seu valor real.

Portanto, é mentirosa a história da Lei de Responsabilidade Fiscal, do impacto sobre a Previdência e as contas públicas. O problema é que a política do salário mínimo é definida conforme as regras estabelecidas pelo Fundo Monetário Internacional. Eu nem mencionarei o que diz a Constituição Federal. Com base nela, o salário mínimo – hoje, ele representa 17% do que manda a Constituição teria de ser R\$1.091,21. Se se mantivesse o valor correspondente a 1940, hoje o salário mínimo teria de ser R\$661,00. Então, é realmente inadmissível, vergonhoso que fiquemos debatendo.

Não tenho nenhum constrangimento em votar contra essa medida provisória. Dizem que, se ela não for aprovada, perderá a validade no final do mês, e o salário mínimo não terá esse “aumentozinho”, esse ganho de 1% real. Não tenho nenhum acanhamento em votar contra, até porque sou da turma do velho camarada Jesus, que dizia: “Ou quente ou frio. O morno, eu vomito”. Portanto, votarei contra sem nenhum peso na consciência, porque não farei parte de nenhuma farsa eleitoral.

Como bem lembrou o Senador Roberto Requião, no dia 6 de outubro, podemos ter definições extremamente importantes. É evidente que não iremos compactuar com nenhuma farsa eleitoral também, porque é impossível, sem rompimento com essa política econômica, sem uma verdadeira ruptura com esse modelo econômico, aumentar-se o salário mínimo. Nas bases atuais, é impossível, porque o Congresso Nacional apenas faz pose de que mexe no Orçamento. O Congresso Nacional não mexe no Orçamento. Ele garimpa 15% do Orçamento, porque é intocável o resto. É a parte que está na Constituição – sobre a qual o Senador Lauro Campos não consegue nem as assinaturas para que possa se iniciar a tramitação da proposta de emenda constitucional que

modifica o intocável percentual de comprometimento da receita líquida real dos percentuais orçamentários com o pagamento dos juros dos serviços da dívida, o resto, que é intocável, gasto com funcionalismo e Previdência e o outro, que é intocável, com relação ao repasse aos Estados e Municípios. Portanto, seria vigarice eleitoral dizer que se vai mudar algo sem uma verdadeira ruptura com esse tipo de modelo econômico.

Portanto, voto contra.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Valadares) – Senador José Alencar, V. Ex^a deseja se inscrever para falar?

O SR. JOSÉ ALENCAR (PL – MG) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Valadares) – V. Ex^a será inscrito neste momento.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs Senadores, faço um comentário sobre o poder aquisitivo.

Se analisarmos o que prevê a Constituição Federal brasileira, como citou a Senadora Heloísa Helena, verificaremos que não a estamos cumprindo. Às vezes fico meditando sobre o que deve compor o salário mínimo. Entendo que deve incluir o indispensável para que uma família possa viver. Isto é fundamental.

Penso que precisávamos levar em conta se ‘algo indispensável para uma família viver’ seria uma espécie de cesta básica. O novo conceito, parece-me, não pode somente abranger aquilo que seja essencial para que a pessoa possa viver biologicamente, ou seja, não pode reduzir-se à alimentação apenas. Acredito que o conceito de cesta básica deve incluir, além do indispensável para a sobrevivência, o emprego, a moradia – um teto, um lar, ter onde ficar, também o direito à saúde, para um pai de família, com uma esposa e dois ou três filhos.

Além disso, diria que precisamos incluir um novo conceito na cesta básica hoje, que é o lazer, que já faz parte do cotidiano das pessoas.

Precisamos ter parâmetros, Sr. Presidente. Talvez o IBGE, ou outro instituto, pudesse indicar o momento em que essas condições mínimas não estivessem sendo satisfeitas.

Seria indispensável atender no mínimo as condições biológicas para se viver, o alimento indispen-

sável. E é preciso que haja o emprego, que traga as condições mínimas de dignidade, quais sejam, a moradia, a educação, a saúde e o lazer. Essas são coisas indispensáveis, seria o mínimo.

Com isso, Sr. Presidente e nobres colegas, minimizaríamos também o problema da segurança no Brasil hoje. É claro que, com relação aos crimes bárbaros, de profissionais do tráfico e seus comandantes, é preciso usar força, mudar a legislação, dar duro, não há dúvida nenhuma.

Agora, muitas coisas ocorrem em função de extrema necessidade. Tenho certeza que estaríamos minimizando a questão da segurança no Brasil. Portanto, ao se discutir o poder aquisitivo mínimo no Brasil, precisamos criar parâmetros que não sei se devem ser aqueles escritos aqui, acolá, na própria Constituição Federal. Deveríamos ter por norma, no Brasil, que isso é indispensável. Alguns argumentam que a Previdência não agüenta a elevação dos custos, mas isso não interessa. Trata-se não só de dignidade, de sobrevivência, de segurança, mas de questão fundamental. Saíam os recursos de onde for, devemos enfrentar o problema com galhardia e coragem. Os recursos devem vir de algum lugar. Assim estaremos oferecendo dignidade e segurança à maioria dos brasileiros.

Sr. Presidente, são essas as considerações que eu não poderia deixar de encetar, de analisar. O novo conceito de cesta básica no País não pode mais se resumir à manutenção da pessoa, mas deve levar em conta o todo; o raio de ação deve ser maior. Essa questão deve ser encarada conforme a evolução dos tempos. Assim, sem dúvida alguma, estaremos buscando uma saída melhor para todos.

Durante o discurso do Sr. Casildo Maldaner, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nesse momento em que discutimos a medida provisória do salário mínimo, embora de forma extemporânea, recordamos determinadas passagens deste Legislativo como a venda e a privatização das estatais do Governo Federal. Naquela época, o Governo estava vendendo o seu patrimônio, ou seja, o patrimônio da União, do povo brasileiro, com a promessa de baixar o custo das tarifas públicas, por exemplo, com a venda das companhias ener-

géticas nos Estados. De lá para cá, conforme aqui foi evidenciado, houve altas que atingiram o patamar de até 400% no setor de energia elétrica e de telefonia, sem falarmos no aumento do combustível e do gás de cozinha. Hoje, o salário mínimo é de R\$200, mas um botijão de gás custa aproximadamente R\$30 a R\$38, o que deixa as donas de casa em polvorosa. Parte substancial dos 13 milhões de aposentados e pensionistas recebem essa ínfima quantia de R\$200.

Foi uma promessa vã em que muitos acreditaram. Hoje, sabemos, aquilo realmente não passou de enganação, de traição ao Senado da República, de traição ao Congresso. Logicamente, em nenhum momento acreditei naquela promessa, tanto que votei contra a privatização, porque eu já sabia dos desvios que seriam efetuados, a exemplo do que ocorreu com a CPMF, aprovada em 1996 para vigorar em 1997 e 1998, e o Governo, já nesse ínterim, para começar, desviou R\$1,2 bilhão das contas do Fundo Nacional de Saúde (FNS).

O Governo arrecadou quanto com a venda das estatais? Cento e cinco bilhões de dólares, Senador José Alencar? (Pausa.) Por aí, não é? Cento e cinco bilhões de dólares! Esse dinheiro, consoante o debate travado entre José Serra e outros candidatos, ninguém sabe para onde foi; o próprio candidato do Governo desconhece a destinação desses US\$105 bilhões. Fala-se que foi para pagar dívida, que foi para isso, que foi para aquilo, mas o fato é que o candidato do Governo desconhece para onde foi esse dinheiro, o que é assustador.

Também pergunto, nesta hora: para onde vai essa parcela de 20% da arrecadação da CPMF, em torno de R\$4 bilhões por ano, que o Governo pode aplicar livremente, onde bem quiser e entender? Para onde vai esse dinheiro? Ninguém sabe. É um saco sem fundo este País, um País cuja moeda infelizmente está quase alcançando a paridade do peso na Argentina. O dólar está subindo, já está acima dos três reais. Isso significa o quê? Não apenas ameaça de inflação ou aumento do custo de vida. Significa que isso irá pesar, devido à política econômica malfeita e malfadada do Governo, no bolso daqueles que ganham salário mínimo e que, pela manhã, mal têm uma xícara de café sem leite, e às vezes sem açúcar, com um pedaço de pão.

Como o trigo é importado da Argentina e cotado em dólar, naturalmente que com a subida do dólar há uma alta no preço do pão, que é um gênero alimentício de primeira necessidade, vital para o trabalhador.

Meu discurso não exige mais delongas, mesmo porque os oradores anteriores já traçaram o quadro

dantesco do que é um trabalhador brasileiro ganhar apenas R\$200 mensais. Parece que estamos no país da fantasia, porque a Constituição reza, conforme descreveu a Senadora Heloísa Helena, que o salário mínimo deve cobrir as despesas essenciais não apenas do trabalhador mas também de sua família; mas o salário mínimo de R\$200 é uma verdadeira fantasia, para não dizer uma verdadeira mentira, uma afronta ao povo brasileiro! O Governo deveria ter utilizado esses recursos e atacado a fundo o rombo da Previdência, sendo bastante claro e transparente, em vez de desviar esses recursos da venda das estatais. Deveria ter dito o seguinte: "Esta quantia de US\$105 bilhões é para resolver o rombo da Previdência." Se isso tivesse ocorrido, logicamente não estaríamos vendo o Governo chorar, dizendo que não pode aumentar o salário mínimo por causa do rombo da Previdência.

Sr. Presidente, é decepcionante constatar que este Governo, desde os idos de 1995, quando tomou posse, prometia que atingiríamos o valor de US\$100 para o nosso salário mínimo, o que significa mais de R\$300 mensais; e estamos com R\$200, menos que o Paraguai, o México, o Uruguai e tantos outros países subdesenvolvidos.

Este Governo merece receber um verdadeiro troco. E o troco que se dará a ele, tenho certeza absoluta, só pode ser, num regime democrático, no dia das eleições, votando-se num candidato que exclua tal modelo da economia brasileira, votando num candidato a Presidente da República que não faça promessas vãs, mas que coloque como prioridade melhorar a vida do trabalhador, da dona de casa, enfim, a vida do povo brasileiro, que sofre tanto com as mazelas de um modelo econômico injusto e, acima de tudo, copiado de outras nações. Se este Governo estivesse comprometido com o Brasil, não teria adotado esse modelo, repito, importado, imposto pelo Fundo Monetário Internacional. Parece uma linguagem ultrapassada, mas é a realidade. As regras estabelecidas pelo Fundo Monetário Internacional quebraram vários países (a Rússia, a Argentina, o Uruguai, a Tailândia e o México), e o Brasil continua teimosamente obedecendo à essa política suicida, que ataca principalmente a população mais sofrida deste País.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Álvaro Dias, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Adir Gentil e Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Álvaro Dias, para discutir.

O SR. ÁLVARO DIAS (PDT – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa discussão se repete todos os anos, e se repetem também os argumentos. Isso porque o Governo não teve a competência até hoje de promover reformas estruturais que nos liberassem do debate.

No ano passado, como lembrou o Senador Osmar Dias, estávamos ainda no PSDB e votamos contra o salário mínimo, episódio que iniciou o processo de nosso afastamento do Governo, o qual culminou com a assinatura da CPI da Corrupção, gota d'água para que nos expulsassem, a pretexto de que não devíamos contribuir para que a corrupção pudesse ser investigada, denunciada, combatida e condenada em nosso País.

Antecipo desde já a posição do PDT nesta Casa relativamente a esta medida provisória. Coerentemente, o Partido anuncia o seu voto contra a proposta do Governo, por considerá-la incapaz de atender às mínimas necessidades do trabalhador brasileiro.

Quando destacamos o fato de o Governo demonstrar incompetência na realização de reformas estruturais, referimo-nos à reforma tributária e à reforma da legislação trabalhista entre as reformas propugnadas por um país em fase de organização. Certamente as afirmativas do Ministro Pedro Malan de que os fundamentos da nossa economia estão consolidados e que, por isso, o Brasil suporta eventuais crises externas são desmentidas com a turbulência no mercado que provoca a disparada do dólar, preocupando todo o povo. Bastou o prenúncio de crise nos Estados Unidos para que o impacto se fizesse sentir de forma violenta na economia brasileira. Portanto, os fundamentos de nossa economia não estão necessariamente consolidados para resistir ao impacto provocado por crises externas.

O Governo teimosamente impediu que se fizesse a reforma tributária. Não a fez por temor redução de receita pública pelo menos num primeiro momento até que ele se adaptasse ao novo sistema tributário. O Governo não fez essa reforma porque não quis, até porque consegue aprovar tudo que deseja no Congresso Nacional. Não há notícia de que o Governo tenha perdido qualquer matéria do seu especial interesse nesta Casa ou na Câmara dos Deputados. Portanto, o Governo deve ser condenado por ter cometido um pecado mortal ao não promover uma reforma tributária que pudesse conferir ao País um modelo tributário compatível com a realidade econômica e social, já que a política tributária é instrumento capaz de promover a mais correta distribuição de renda entre

os brasileiros. E a vergonha maior para o Brasil é a de termos uma das piores distribuições de renda do mundo e nos mantermos impassíveis, coniventes com o cenário dramático de injustiça social. Sim, o Governo tem sido passivo, conivente, omissivo, porque não promove reformas estruturais que poderiam reduzir o impacto da crise social sobre a família brasileira.

A ausência de um modelo tributário competente asfixia nossa economia, que cresce em percentuais reduzidos diante do crescimento populacional. A economia não cresce, não há geração de empregos e, conseqüentemente, aumenta a fome, a violência, e nos envolvemos cada vez mais com o subdesenvolvimento que compromete a qualidade de vida digna, que todos merecem.

De outro lado, não bastasse não realizar a reforma tributária exatamente por temor redução de receita, de quando em vez o Governo lança mão de determinados artifícios para tapar os buracos abertos pela incompetência ou pela desonestidade dos administradores públicos. Ou seja, o Governo lança mão de expediente que significa o ato de esticar o braço longo com a mão grande no bolso do contribuinte, aumentando a carga tributária, a qual alcança um patamar insuportável para diversos segmentos de nossa economia; obviamente, não para todos, já que o que se estabeleceu foi a dura injustiça fiscal.

A carga tributária pesa para alguns que pagam demais, mas não pesa para outros que pagam de menos, e muito menos ainda para aqueles que nada pagam, porque sobrevivem na informalidade da economia. Esse cenário de injustiça fiscal estabelece uma disputa desigual e desonesta no exacerbado e competitivo mercado nacional e especialmente internacional. A contenção do ímpeto produtivo no País se dá exatamente em função da injustiça fiscal que se estabelece com perversidade. Por isso estamos aqui discutindo duzentos míseros reais de salário mínimo para o trabalhador brasileiro. E aqueles que nem mesmo os míseros duzentos reais podem receber mensalmente?

Sr. Presidente, há milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza. Como os números são fantasmagóricos no País, restrinjo-me a citar números do Paraná, que, de forma absoluta, provocam impacto menor, já que nosso desejo não é provocar impacto significativo. Aliás, o Governo não está muito interessado, já que em final de mandato não há grandes preocupações com a conseqüência que possa provocar qualquer denúncia a respeito da pobreza que assola os lares brasileiros.

Os números são dramáticos, excessivamente cruéis. No Paraná, há 2 milhões de brasileiros que recebem menos de R\$80,00 por mês, em média. Temos que convir que R\$80,00 por mês não é um salário, nem um subsalário, mas uma miséria, uma afronta, um deboche que estabelece um cenário de dramaticidade social incomum. Se nós, como autoridades públicas, como sociedade, não tivermos a necessária competência para socorrer esse verdadeiro exército de marginalizados, certamente uns poucos ricos, minimamente privilegiados, também não terão salvação diante do crescimento da miséria, da fome, do subdesenvolvimento e da violência que já assolam este País de forma dramática.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma campanha eleitoral é sempre um ressuscitar de esperanças. Os sonhos são acalentados e, certamente, a frustração bate à porta quando os que são eleitos demonstram impotência diante dos gravíssimos problemas do País. Mas não há como não sonhar, não há como não esperar por um futuro melhor para o povo brasileiro. Que os candidatos à Presidência da República possam realmente, durante esta campanha eleitoral, semear a esperança de um novo tempo que está por vir a partir de janeiro do próximo ano e não apenas vender ilusões.

Se hoje nos preocupamos com o impacto da crise externa que brota em Washington, temos razões de sobra para acreditar que, em se tratando de uma nação poderosa, a mais poderosa nação do mundo, ela tenha uma enorme capacidade de recuperação econômica o que poderá nos devolver as esperanças de que, com um novo governo, seremos capazes de iniciar um tempo novo de maior prosperidade e desenvolvimento econômico e social no nosso País. É o que desejamos, para que não tenhamos que repetir, daqui a um ano, os mesmos discursos com os mesmos argumentos que nos levam a justificar a impossibilidade governamental de conceder aos trabalhadores do País um salário mínimo que possa ser considerado digno e que permita o exercício pleno da cidadania.

Sonhar é possível. Vamos continuar sonhando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao ilustre Senador José Alencar.

O SR. JOSÉ ALENCAR (PL – MG. Para discutir.)– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou ser breve mesmo porque, praticamente, toda a Casa veio à tribuna falar sobre a Medida Provisória nº 35. De certa forma, trata-se de um quadro surrealista porque estamos discutindo uma medida provisória que prevê

a elevação do salário mínimo de R\$180,00 para R\$200,00 a partir de 1º de abril. Também não poderia deixar de vir à tribuna para trazer minhas considerações a respeito desse grave tema.

Somos um dos países mais ricos do planeta, como todos sabem. É até enfadonho enumerar as razões pelas quais somos tão ricos. Há uns dez anos, nossa empresa resolveu fazer uma pesquisa na Ásia para saber se podia fazer investimento aqui no setor têxtil, nosso ramo de atividade, porque sempre ouvíamos que não poderíamos competir com os países asiáticos. Pedimos a ajuda de uma **trading** japonesa muito familiarizada em todo o mercado asiático, denominada Toyomenka*, que concordou em nos assessorar naquele trabalho e nos acompanhou. Engenheiros nossos e diretores estiveram por lá, eu próprio visitei vários países – naquele tempo eu não exercia nenhum cargo público, porque me elegi Senador em 1998, e isso deve ter sido em 1992.

Visitamos países como Paquistão, Índia, Indonésia, Malásia, Filipinas, também a China Continental, Taiwan, Coreia do Sul, Japão, Cingapura, Tailândia. Na medida em que nós visitávamos as fábricas – fábricas integradas, como era o nosso caso –, começamos a receber informações sobre os custos mais importantes que estávamos verificando, e dentre esses custos havia três principais: matéria-prima, mão-de-obra e energia elétrica daqueles países.

Então, fomos constatando que éramos competitivos. Por quê? Os custos de matéria-prima, de certa forma, obedecem a mercado internacional. No nosso caso, o algodão era cotado pela Bolsa de Liverpool* e de Nova York e nós, com os nossos custos, aqui, da cotonicultura, tínhamos excelentes condições de competição, ainda que nos Estados Unidos eles sejam grandes produtores, recebem subsídios brutais. Há determinados exercícios em que os Estados Unidos dão – como deram há dois anos – US\$2.8 bilhões para a cotonicultura, numa produção de 4 milhões de toneladas, o que equivaleu a US\$0.70 por quilo, algo parecido com 2/3 do preço do algodão. Nós perdemos condições de competitividade no momento em que as nossas fronteiras foram abertas de forma inconsequente, em 1994, e as importações de algodão eram trazidas com 360 dias de prazo a 6% de juros ao ano. Importamos algodão da África e até do Azerbaijão.

Digo tudo isso para mostrar que somos competitivos, sim, porque na Ásia e em países como Paquistão, Índia, indonésia, Malásia, Filipinas e China Continental, o salário é também de fome: US\$2.00 por dia. Mas, quais são os países mais competitivos que visitamos? Coreia do Sul, Japão, Cingapura, Hong Kong

e Taiwan. E qual é o salário mínimo naqueles países? Varia de um país para o outro. Porém, é três a cinco vezes superior ao salário melhor dos países que acabei de referir. No entanto, estão competindo em uma mesma área.

Chegamos, então, à conclusão de que não poderíamos nos considerar vulneráveis, do ponto de vista da competição, apenas pelo item salário, porque a grande verdade é que os países mais competitivos são justamente aqueles onde predominam os salários mais elevados.

Parece um paradoxo, mas é verdade. Os custos, para esses países todos, de energia elétrica, por exemplo, à época era da ordem de 90 a 110 dólares por MW/hora. Aqui, naquela época, para as empresas que recebiam energia em 139 KW ou 138 KW, o custo era de 1/3.

Isso prova a potencialidade do nosso País, graças às hidroelétricas construídas no passado e que estão, em alguns casos, sendo privatizadas ou desnacionalizadas, sem que se acrescente um KW/hora à produção nesse tipo de alienação.

Pois bem, eu não poderia deixar de vir à tribuna, Sr. Presidente, trazer meu testemunho. O nosso salário mínimo hoje está igual àqueles dois dólares por dia do Paquistão, Índia, Indonésia, Malásia, Filipinas e de alguns países africanos que conhecemos, especialmente da África francófona. Não podemos mais, de forma alguma, aceitar essa situação.

Evidentemente, de nada vai adiantar nossa participação neste debate, pois não irá modificar a medida provisória e elevar esse salário. Entretanto, a grande verdade é que temos saudade do tempo em que havia movimentos de reivindicação salarial, ou seja, as "terríveis" greves que faziam medo a muitos. Hoje, às vezes, o Governo se ufana: "Há quantos anos não há greve no Brasil! A situação está ótima!" Isso é uma falácia, pois não há greve de reivindicação salarial porque o trabalhador está com medo de perder o emprego. Se perguntarmos a quem está na produção, seja no setor primário, secundário ou terciário, se há mercado hoje para promover o desenvolvimento da nossa economia, a resposta certamente será negativa. O mercado interno está absolutamente enfraquecido, depauperado. Portanto, temos que realmente tomar alguma atitude que nos possa levar a um novo tempo.

Nós não podemos continuar transigindo com o quadro que aí está. Temos de reagir! É urgente que se tome uma atitude de reação – e uma reação democrática. O dia 06 de outubro está chegando e eu não tenho dúvida de que mais de 2/3 da sociedade brasileira sente que o Brasil precisa iniciar a prática de al-

ternância de poder que nos devolva o sentimento nacional, que nos erga a cabeça e nos faça novamente acreditar nas potencialidades do Brasil. Devemos praticar a alternância até como instrumento de combate à corrupção e que nos permita retomar o desenvolvimento da economia e de todas aquelas áreas que precisam crescer no Brasil: ciência e tecnologia e pesquisa, por exemplo.

Meu Deus, o nosso País é riquíssimo. Nosso povo é bom, pacato, ordeiro, trabalhador, inteligente e versátil. O que nos falta? Falta-nos coragem de votar no Brasil. Precisamos votar no Brasil. As soluções para os problemas brasileiros serão simples, porque as complicadas, as dos técnicos, não são soluções, são complicações.

Por isso que temos de despertar e ter a coragem de votar no Brasil a 6 de outubro próximo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está encerrada a discussão.

Em votação a medida provisória, aprovada pela Câmara dos Deputados, sem prejuízo das emendas. (Pausa.)

Não havendo oradores para encaminhar a votação, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada, com os votos contrários dos Senadores Geraldo Cândido e Heloísa Helena e com as abstenções dos Senadores José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy.

As Emendas de nº 1 a 6 têm parecer contrário, proferido pelo Relator, Deputado Freire Júnior, no plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista.

Votação, em globo, das Emendas nºs 1 a 6, de parecer contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Ficam rejeitadas as emendas.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 35, DE 2002

Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 10 de abril de 2002, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A partir de 1º de abril de 2002, após a aplicação dos percentuais de nove inteiros e quarenta

e sete centésimos por cento, a título de reajuste, e um inteiro e cinquenta centésimos por cento, a título de aumento real, sobre o valor de R\$180,00 (cento e oitenta reais), o salário mínimo será de R\$200,00 (duzentos reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no **caput**, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$6,67 (seis reais e sessenta e sete centavos) e o seu valor horário a 0,91 (noventa e um centavos).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 2:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 36, DE 2002

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 36, de 2002, que *abre crédito extraordinário, em favor da Justiça do Trabalho e do Ministério da Integração Nacional, no valor global de cento e vinte e quatro milhões, duzentos e dez mil, quinhentos e quarenta e dois reais, para os fins que especifica*, tendo

Parecer favorável, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Mussa Demes, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pela aprovação da Medida Provisória e contrário às Emendas nºs 1 a 11.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos. Durante o prazo de seis dias após a publicação da medida provisória no Diário Oficial da União, foram apresentadas as emendas de números de 1 a 11 perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A medida provisória foi remetida à Câmara dos Deputados em 22 de maio passado e aprovada naquela Casa no dia 18 de junho último. O prazo de 45 dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se desde o dia 22 de junho passado e o prazo de 60 dias de vigência, no último dia 05, tendo sido prorrogado por ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, datado de 02 do corrente.

A medida provisória foi recebida formalmente pelo Senado no dia 05 de agosto, passando a sobrestar todas as deliberações legislativas desta Casa até que se ultime a sua votação.

A Presidência esclarece ainda que o Senador Jonas Pinheiro foi designado Relator na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Prestados esses esclarecimentos, vamos apreciar a matéria.

Discussão em conjunto da medida provisória e das emendas, em turno único.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena para discutir.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero apenas exercitar o “jus esperiandi”. Quem tem acompanhado a discussão do setor agrícola, na Casa ou na sociedade, de uma forma geral, e fizer a leitura do item 5 da exposição de motivos apresentada pelo Governo Federal e pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão realmente vai sentir uma indignação muito grande.

Diz aqui que o programa bolsa-renda dá sessenta reais a cada família de agricultor miserável do Nordeste ou da região do semi-árido em Minas Gerais, para atender às necessidades imediatas, para amenizar as conseqüências provocadas pelo desemprego rural, pela frustração de safra, pela carência de alimentos e pela dizimação de rebanhos, efeitos que ainda perduram em decorrência da falta de chuvas em diversos municípios das regiões Nordeste, Sul e Norte de Minas Gerais.

É muito difícil não presentearmos com uma caixa de óleo de peroba tamanha cara-de-pau porque estamos aqui há vários meses buscando alternativas concretas, ágeis e eficazes para minimizar o problema gravíssimo do produtor rural, desde o agricultor familiar, o pequeno e médio produtor rural, que não conseguiu fazer a repactuação do saldo devedor e não conseguiu corrigir as distorções desse mesmo saldo devedor. E aí o Governo Federal diz que é isso aqui que vai resolver o problema.

O pior período, em função das adversidades climáticas, para o Nordeste, foi justamente o de 1996 a 1998, quando o Governo Federal não fez absolutamente nada. Aliás, ele teve até a ousadia de sugerir na Medida Provisória nº 9 apenas a repactuação do saldo devedor de 15%.

Para o devedor do Sul e Sudeste, desde 1995, foi concedida a repactuação de 100% do saldo devedor, inclusive em condições de inadimplência. Inadimplentes, desde 1995, conseguiram fazer a repactuação de 100% do saldo devedor. Mas para os devedores dos fundos

constitucionais, que estão justamente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste – supúnhamos que a política de fundos constitucionais visava exatamente minimizar o impacto das desigualdades regionais –, não concederam nada. A grande maioria dos produtores rurais, ou seja, 90% dos devedores dos fundos constitucionais não tiveram nada, porque tinham o mix do FAT e outras fontes de crédito. Não resolveram o problema deles e agora o Governo Federal diz que essa medida provisória resolverá a questão.

Sr. Presidente, estou apenas exercitando o “jus espurniandi”. Voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não havendo mais oradores inscritos, encerro a discussão.

Em votação a Medida Provisória nº 36, de 2002, aprovada pela Câmara dos Deputados, sem prejuízo das emendas.

Não havendo oradores para encaminhar a votação, declaro encerrado o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Votação em globo das Emendas de nºs 1 a 11, com parecer contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Ficam rejeitadas as emendas.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 36, 2002

Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça do Trabalho e do Ministério da Integração Nacional no valor global de 124.210.542,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário no valor global de R\$124.210.542,00 (cento e vinte e quatro milhões, duzentos e dez mil, quinhentos e quarenta e dois reais), em favor da Justiça do Trabalho e do Ministério da Integração Nacional, para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, sendo R\$40.710.542,00 (quarenta milhões, setecentos e dez mil, quinhentos e quarenta e dois reais) da reserva de Contingência, conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 3:**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 219, DE 2001

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 819, de 2002), do Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 2001, de autoria do Senador Roberto Requião, que *anula a concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul ao Sr. Alberto Fujimori pelo Governo Brasileiro*.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão sem apresentação de emendas, a redação final é considerada definitivamente aprovada, sem votação, nos termos do art. 324 do Regimento Interno.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 219, DE 2001

Anula a concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul ao Sr. Alberto Fujimori pelo Governo brasileiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É anulada a concessão feita pelo Governo brasileiro, da Ordem do Cruzeiro do Sul ao Sr. Alberto Fujimori, ex-Presidente da República do Peru.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 4:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 1999

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que *altera os artigos 52, 225 e 231 da Constituição Federal* (aprovação pelo Senado Federal do processo de demarcação de terras indígenas), tendo

Parecer sob nº 317, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Amir Lando, favorável, com as Emendas 1 a 4-CCJ, que apresenta.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre, hoje, a primeira sessão de discussão.

Discussão em conjunto da proposta e das emendas. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para o prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 5:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 185, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2001 (nº 715/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura do Gama a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Gama, Distrito Federal*, tendo

Parecer favorável, sob nº 633, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Valmir Amaral.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Não havendo oradores para encaminhar a votação, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 185, DE 2001**

(Nº 715/00, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura do Gama a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Gama, Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 75, de 21 de março de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura do Gama a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Gama, Distrito Federal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 6:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2002 (nº 923/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Cabeceiras do Piauí, Estado do Piauí*, tendo

Parecer favorável, sob nº 635, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Freitas Neto.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Não havendo oradores para encaminhar a votação, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2002**

(Nº 923/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade e Cabeceiras do Piauí, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 319, de 5 de julho de 2000, que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão, comunitária na cidade de Cabeceiras do Piauí, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 7:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 35, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2002 (nº 979/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Diógenes Almeida Celestino a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel dos Campos, Estado de Alagoas*, tendo

Parecer favorável, sob nº 637, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Gerson Camata.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Não havendo oradores para encaminhar a votação, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 35, DE 2002**

(Nº 979/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Diógenes Almeida Celestino a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel dos Campos, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 496, de 23 de agosto de 2000, que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Diógenes Almeida Celestino a executar, por três anos,

sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel dos Campos, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – **Item 8:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 38, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2002 (nº 994/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Cultural Curumin a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Potirendaba, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 758, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Não havendo oradores para encaminhar a votação, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 38, DE 2002**

(Nº 994/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Cultural Curumin a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Potirendaba, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 385, de 31 de julho de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Cultural Curumin a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Potirendaba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 9:**REQUERIMENTO Nº 114, DE 2002**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 114, de 2002, do Senador Osmar Dias, solicitando, nos termos regimentais, seja enviado voto de aplauso à Rádio Clube Paranaense B2, pelo transcurso de seu septuagésimo oitavo aniversário, tendo

Parecer favorável, sob nº 820, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francelino Pereira.

Em votação o requerimento.

Não havendo oradores para encaminhar a votação, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Item 10:**REQUERIMENTO Nº 252, DE 2002**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 252, de 2002, do Senador Ademir Andrade, solicitando a inserção em ata de voto de congratulações pelo início das atividades da Emissora de Televisão Nazaré, tendo

Parecer favorável, sob nº 781, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Fernando RIBEIRO.

Em votação o requerimento.

Não havendo oradores para encaminhar a votação, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Item 11:**REQUERIMENTO Nº 397, DE 2002**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 397, de 2002, do Senador Álvaro Dias, solicitando a retirada, em caráter defi-

nitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2002, de sua autoria.

Em votação o requerimento. (Pausa.)

Não havendo oradores para encaminhar a votação, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2002, vai definitivamente ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Item 12:**REQUERIMENTO Nº 423, DE 2002**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 2002, do Senador Antônio Carlos Valadares, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 22 e 128, de 2002-Complementares, por regularem a mesma matéria.

Em votação o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 22 e 128, de 2002-Complementares, passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Item 13:**REQUERIMENTO Nº 445, DE 2002**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 445, de 2002, do Senador Romeu Tuma, solicitando a retirada, em caráter definitivo, da Emenda nº 1, de Plenário, de sua autoria, oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2001.

Em votação o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Retirada a Emenda nº 1, de Plenário, oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2001.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – **Item 14:**

REQUERIMENTO Nº 458, DE 2002

Votação, em turno único, do Requerimento nº 458, de 2002, do Senador José Fogaça, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Ofícios nºs S/11, S/15/ e S/17, de 2002, por regularem a mesma matéria.

Em votação o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Ofícios nºs S/11, S/15 e S/17, de 2002, passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Passa-se, agora, à apreciação do **Requerimento nº 466, de 2002**, de urgência, lido no Expediente, para a Mensagem nº 203, de 2002.

Em votação o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Passa-se, agora, à apreciação do **Requerimento nº 467, de 2002**, de urgência, lido no Expediente, para a Mensagem nº 207, de 2002.

Em votação o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Passa-se, agora, à apreciação do **Requerimento nº 468, de 2002**, de urgência, lido no Expediente, para a Mensagem nº 208, de 2002.

Em votação o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Passa-se, agora, à apreciação do **Requerimento nº 469, de 2002**, de urgência, lido no Expediente, para a Mensagem nº 210, de 2002.

Em votação o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Passa-se, agora, à apreciação do **Requerimento nº 470, de 2002**, de urgência, lido no Expediente, para a Mensagem nº 212, de 2002.

Em votação o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – De acordo com as Lideranças, sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Adir Gentil.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 472, DE 2002

Requer a aprovação de manifestação de Louvor relativa à Posse do Doutor Luiz Valter Ribeiro Rosário, no cargo de Procurador de Justiça, ocorrida em 5-8-2002, em Aracaju-SE.

Senhor Presidente,

Fundamentado no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de louvor em homenagem ao inclito Doutor Luiz Valter Ribeiro, empossado no honroso cargo de Procurador de Justiça

do Estado de Sergipe, em solenidade realizada no dia 5-8-2002, em Aracaju-SE.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2002. _ **Antonio Carlos Valadares**, PSB-SE.

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO
DOUTOR LUIZ VALTER RIBEIRO
ROSÁRIO NA SOLENIDADE DE SUA
POSSE NO CARGO DE PROCURADOR
DE JUSTIÇA, OCORRIDO EM 5-8-2002.**

Assumo hoje, perante este Augusto Colegiado, e diante desta ilustre platéia, o elevado cargo de Procurador de Justiça.

Convido-vos a compartilharem comigo as alegrias desse momento.

Advirto-vos que, antes, haveis de submeter-vos ao sacrifício de ouvir-me proferir o indefectível fastidioso discurso de posse.

Estejais, porém, certos de que o pronunciarei por incontornável dever protocolar.

Afianço-vos que procurarei ser breve. Não somente porque deseje poupar-vos do suplício ouvir-me desfiar escassas glórias pessoais ou exaltar as excelências da instituição a que pertenço, também pela íntima convicção de que tais sessões de posse, conquanto formais e solenes, em consideração aos que a prestigiam, devem ser reduzidas ao estritamente necessário. A eloquência do orador – sabemos-lo – é inversamente proporcional à quantidade de palavras articuladas.

Meus senhores,
Minhas senhoras,

Julgava irremovível a minha determinação de evitar incursões, ainda que raras e episódicas à minha vida pessoal. Recato, pudor, auto-estima, quem sabe instâncias homiziadas no recôndito da alma, inibiam-se de imprimir tom confessional e intimista a esta oração. Temia, ainda, que revisitando o passado, sucumbisse à tentação de destacar as circunstâncias abonadoras e subestimar ou omitir passagens da vida que, por conveniência, covardia ou recalque, teimamos em manter ocultas.

Afligia-me, enfim, o receio de que a retrospectiva de uma existência comum, que a realidade teimosamente exhibe em sépia, pudesse, à força de elaborada edição, aflorar enganadora e glamourosa.

Afinal, adverte Montello, primoroso memorialista, que, sempre que, em nossos textos, o personagem central somos nós, tendemos naturalmente a fixar a nossa imagem sob uma luz generosa. Por mais

modestos que sejamos, realçamos nosso papel, já que ninguém se flagela com a própria pena.

Superada essa questão de foro íntimo, e sobre ser a dimensão humana indissociável da atuação funcional, avalio imperioso que o servidor, em particular o agente político, porque depositário da confiança da sociedade, dê-se a conhecer por inteiro ao público, a quem, de resto, deve prestar contas dos seus atos.

De onde veio, com quem andou, que sonhos cultivou, que experiências viveu, que sementes semeou, que frutos colheu, se as possui, sob que influências formou o seu caráter e moldou a sua personalidade, que marcas a vida lhe deixou n'alma, que circunstâncias – tal a sentença de Ortega y Gasset – determinam suas ações ou omissões; enfim, que atributos ostenta este servidor a quem o Estado legitima para a defesa de interesses tão caros da cidadania.

Evoco a sabedoria das Escrituras:

“Quem é o homem, tal é a sua força”,
Juízes, 8.21.

Conheçamo-lo, pois.

Nasci aos 29 dias do mês de maio de 1949, no vilarejo de Novo Amparo, na micro-região de Ribeira do Pombal, no vizinho Estado da Bahia.

José Ribeiro Filho, Seu Juca, pequeno comerciante local, meu pai; Josefa Ribeiro Rosário, carinhosamente conhecida como Dona Zazá, amorosa e determinada, minha mãe, nomes que pronuncio com orgulho e saudade. José Américo, Dilma, Ana Carmem e Tânia, meus irmãos; José Augusto, Sebastião Avelar, Claudiano, Tereza, Cláudia e Mateus, meus cunhados.

Abel Jacó, Prefeito de Simão Dias, duas vezes Deputado Estadual, constituinte de 1989, exemplo de lealdade e honradez, meu sogro; Rita Guimarães, professora primária, culta e dedicada, graduada no tradicional Colégio Nossa Senhora de Lourdes, minha sogra. Reverencio, saudoso, a sua memória.

Conceição Ribeiro, dedicada esposa, mãe extremosa, co-responsável pelo meu êxito profissional; Livia, Luciana e Luísa, minhas adoráveis filhas. Alex e Evandro, meus genros e, finalmente, Júlia, minha neta de dois meses, uma dádiva de Deus. Uma dezena de tios, outro tanto de sobrinhos, centenas de primos que, em linha oposta à trajetória que o destino impôs a vida, mantiveram-se no Estado da Bahia, uns em Salvador, outros em Feira de Santana, Campo Formoso e Adustina. Destes, evoco saudoso memória de Osmar Ribeiro Filho, primo dileto, amigo fraterno, que estaria hoje aqui a prestar-me homenagem,

não fosse prematuramente afastado nosso convívio. Eis a minha família.

O primário, cursei-o na cidade de Paripiranga, na fronteira Sudoeste do Estado de Sergipe.

Aos dez anos, fui levado a prestar exame de admissão ao ginásio no vizinho município de Cícero Dantas, cujo diretor era o vigário local. Supondo diante de uma promissora vocação religiosa, o bom padre, que houvera oficiado o meu batismo e a quem muitas vezes ajudara nos ofícios litúrgicos, encaminhou-me ao Instituto Padre Alexandre de Gusmão, seminário dirigido por jesuítas italianos, ocupava um velho casarão assobradado no número 9 da Av. Princesa Leopoldina, no elegante bairro da Graça, em Salvador.

A educação convencional dos internos ficava a cargo do tradicional Colégio Antônio Vieira, mantido pela Ordem de Santo Inácio de Loyola.

Já no primeiro dia de seminário, senti o rigor espartano da educação jesuítica. Gramática latina em punho o Padre Prefeito ordenou-me que decorasse a primeira declinação. No dia seguinte, a segunda, e assim sucessivamente.

Mais adiante, impuseram-me que aprendesse rezar, na língua de Virgílio, a Ave Maria, o Pai Nosso, e também a entoar, ainda em latim, cânticos religiosos, para a missa diária das 7 da manhã.

Tudo **Ad majorem Dei gloriam**, a heróica legenda da Companhia de Jesus.

Além da formação religiosa, dispunham-se os padres, obstinados preceptores, a infundir logo no espírito dos alunos o gosto pela literatura e pela música erudita.

À força de leitura diária, dita edificante, fomos aos aos poucos apresentados aos clássicos da literatura infanto-juvenil, Charles Dickens, Mark Twain, Jonathan Swift, Cristian Andersen, Alexandre Dumas, Júlio Verne; aos grandes romances do cristianismo, à vida dos santos e mártires da Igreja, às fábulas de Esopo e La Fontaine.

Em animados grupos, éramos conduzidos aos museus, a concertos na concha acústica do Teatro Castro Alves e a eventos culturais na UFBA.

Esta quadra da vida foi definitivamente importante para a minha formação moral.

Pré-adolescente, afastado do convívio familiar, submetido a rigoroso regime de austeridade, disciplina e hierarquia, suponho ter alcançado logo cedo maturidade emocional.

O conhecimento rudimentar do latim e o acesso à boa leitura, seguramente alagaram-me os horizontes intelectuais.

Eis que novamente, o destino muda o curso minha história.

Resolvem meus pais fixar residência em Simão Dias, neste Estado, o que me permitiu concluir, no seio da família, o curso ginasial.

Tive, então, a alegria de conhecer, professor do Ginásio Carvalho Neto, o Dr. Fernando Ferreira Matos, Promotor de Justiça da Comarca, a quem hoje tenho a honra de suceder. Sua Excelência, 40 anos atrás, já exibia um perfil multifuncional, que prenunciava o Promotor de Justiça que emergiu da Constituição de 88.

De 1966 a 1968, fiz o curso científico no Colégio Atheneu Sergipense para atender ao desejo dos meus pais, que queriam um filho médico.

Custou-me conciliar presumíveis pendores para as letras com as exigências da Matemática, da Física, da Química e da Biologia.

Não me foi fácil estabelecer empatia álgebra, com a trigonometria, com a com equações e tábuas de logaritmos.

Exalto a genialidade de Leibniz, que foi capaz de harmonizar a Filosofia com a Matemática.

Estimulados pela atmosfera criadora da segunda metade dos anos 60, os secundaristas de geração eram particularmente curiosos: liam avidamente tudo o que lhe caísse ao alcance dos olhos, do Pasquim ao Ulisses de Joyce.

Pretensiosos, mal esquadriávamos, de pé nas livrarias, as orelhas dos livros, e já discutíamos, com arrogante autoridade acadêmica, Freud e Jung, Marx e Engels, Sartre e Shopenhauer.

Dois dedos de prosa com Ivan Valença e Djaldino Mota Moreno, em ante-salas de cinema de arte, e já tratávamos com intimidade a filmografia de Glauber Rocha, Fassbinder, Pasolini, Antonioni, Eisenstein.

Psicanálise, teoria da libido, materialismo dialético, existencialismo, conflito entre vontade e representação, estética e política no cinema, eram temas recorrentes em nossas intermináveis tertúlias.

A religião era o ópio do povo, a propriedade privada um roubo, com o primeiro passo se percorria uma jornada de 1000 milhas, os surrados chavões; **yankee, go home**, a rançosa palavra de ordem.

Horizonte cultural tão vasto e multifário, todavia, não me garantiu aprovação no vestibular de medicina.

No ano seguinte, 1970, fiz a última e – suponho – definitiva correção de rumo no curso de minha vida,

ingressando na vetusta Faculdade de Direito de Sergipe.

Para alcançar a desejada graduação superior, tive que conciliar os estudos com o trabalho. Pela manhã, cursava a Faculdade; à tarde, dava expediente, como servidor público, na Reitoria da UFS; à noite, trabalhava na **Gazeta de Sergipe**, inicialmente repórter, depois revisor de textos, e logo adiante redator de matérias, sob a orientação competente do jornalista e intelectual Luiz Antônio Barreto.

Talvez por essas limitações, tive discreta atuação na política estudiantil, frustrando as expectativas de Jackson Barreto, Wellington Manguiera, Antonio Jacinto, Jonas Amaral e Clóvis Barbosa, que enxergavam em mim o perfil adequado para a militância. Mesmo assim, fizeram-me representante da classe junto ao Conselho Universitário, por três anos.

O convívio universitário proporcionou-me rica e fascinante experiência.

Propiciou-me o privilégio de estudar com professores da melhor extração, alguns, remanescentes da fundação da Faculdade.

Gonçalo Rollemberg Leite, civilista de escol; Luiz Pereira de Mello, propedeuta do Direito; Monseñor Doutor Alberto Bragança de Azevedo, romanista austero e formal, do gênero magister dixit; José da Silva Ribeiro, eminente professor, inspirado poeta.

José Bonifácio Fortes, intelectual e emérito administrativista; Cabral Machado, jurista, político, grande tribuno, Garcia Moreno, professor de medicina-legal, psiquiatra e escritor.

Docentes da mesma estirpe, guardam lugar de honra em minhas recordações os professores Fontes de Alencar, jurista e intelectual de alta linhagem, hoje Min. Do STJ; Artur Oscar de Oliveira Deda e hoje José Antônio de Andrade Goes, civilistas de nomeada; Eduardo de Cabral Menezes e Juçara Leal, penalistas primorosos, Moacyr Soares da Motta e Wagner Silva Ribeiro, competentes laboristas, Carlos Brito, notável professor de Direito Constitucional.

Dos colegas cultivo indelével lembrança. É-me sumamente honroso proclamar que a turma de 1974 deu a Sergipe grandes juristas. Um destes, José Simpliciano Fontes por seus méritos, transpôs as fronteiras do Estado, tomando-se Ministro do TST.

Em dezembro de 1974, tornei-me Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Em 31 de julho do ano de 1975, casei-me e, já na manhã seguinte tomava posse no cargo de Delegado Regional de Polícia em Estância, circunscrição compreendia cinco municípios.

Um desafio de assustadoras proporções, para um jovem bacharel.

Todavia, aguardavam-me compensadoras compensações. Em Estância, tive a alegria de reencontrar, atuando no foro local, Carlos Ayrton Santiago Cardoso e Wellington Leal de Oliveira, ex-colegas de Faculdade, e de ampliar significativamente o número de amigos; a ventura de conhecer a Dra. Clara Leite de Resende, então Juíza de Direito Comarca, generosa e solidária, nos momentos difíceis da espinhosa atividade policial; enfim, a fortuna de conhecer o Dr. Pascoal Nabuco, arquétipo de advogado com quem estabeleci, a parti de então, fraternos laços de amizade. Convocado para a vida pública, vindo a prestar a Sergipe, em particular ao Ministério Público, inestimáveis serviços, Sua Excelência, enquanto Procurador-Geral de Justiça, contribuiu, de forma decisiva, para a minha progressão funcional.

Dois anos após, sponte própria, afastei-me do cargo de Delegado, fixando-me em Simão Dias, onde, por cerca de sete anos, exerci a advocacia.

Acolhera-me em seu escritório o Ex-Governador Celso de Carvalho, político exemplar, homem público honrado, cidadão respeitável e de refinada educação.

Embora cultivasse o desejo de que eu, com o seu apoio, fizesse carreira política, abrindo-se-me a perspectiva real de tornar-me Deputado à Assembleia Legislativa, Sua Excelência soube aceitar e estimular a opção pelo Ministério Público. Ainda hoje, dispensa-me cuidados paternais. Têm as minhas estima e gratidão.

Militando no foro de Simão Dias, conheci os Juízes José Emídio do Nascimento e Marilza Maynard; em Lagarto, Manoel Cândido Filho e José Rivaldo Santos, e os bacharéis generosos e acolhedores. Vejo-os nesta solenidade, e isso me traz o conforto e a alegria de que continuo privando de suas amizades.

Meus Senhores,

Minhas Senhoras,

Em 7 de maio de 1982, aprovado em concurso público de provas e títulos, fui nomeado Promotor de Justiça da Comarca de Cedro de São João, por ato do eminente Governador do Estado, Augusto do Prado Franco.

Cinco anos depois, o então Governador Antônio Carlos Valadares, benemérito do Ministério Público, cujo nome orna este auditório, promoveu-me, por merecimento, para a segunda entrância, vindo a oficiar sucessivamente nas Comarcas de Boquim, Estância e Aracaju.

Oficiando na primeira entrância, atuei junto aos Juízes Geni Schuster e Rui Pinheiro; na segunda, perante José Artêmio Barreto, Jonalter Andrade e José dos Anjos. Honram-me com suas presenças, dando-me viva demonstração de seu apreço.

Por substituição, privei do convívio funcional e da amizade de outros ilustres magistrados. Foram tantos, que me abstenho de nomeá-los, ante o risco de indesejável omissão.

Em 1992, por designação do Dr. Pascoal Nabuco, passei a ocupar a Secretaria- Geral do Ministério Público, cujas funções exerci por oito anos; quatro destes na gestão do inesquecível Produtor de Justiça Dr. José Gomes de Andrade. Por sua generosidade, pela carinhosa atenção que sempre me dispensou, tributo-lhe minha homenagem póstuma.

Paralelamente, exerci o mandato de Presidente da Associação Sergipana do Ministério Público, circunstância que me permitiu acompanhar a gestação e o nascimento da Lei nº 8.625/93, a Lei Orgânica Nacional, documento político de vital importância à instituição. Dirigia, então, a Conamp, sergipano Paulo Moura.

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

No início do primeiro mandato do Dr. Moacyr Soares da Motta, por força de remanejamento administrativo, assumi o exercício da prestigiosa junção de Assessor de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.

Eis que, em face da aposentadoria do Dr. Fernando Ferreira de Matos, abre-se vaga no cargo de Procurador de Justiça, a ser preenchida pelo critério de merecimento.

Animeimei-me a concorrer.

Igual disposição impeliu doze ilustres colegas, também integrantes do quinto constitucional.

A generosidade dos doutos membros do Eg. Conselho Superior do Ministério Público conduziu o meu nome à lista tríplice, ao lado dos valorosos Promotores de Justiça Luiz Antônio de Araújo Mendonça e Maria da Conceição Figueiredo Rollemberg Mendonça.

No livre exercício de prerrogativas de que jamais abdicou, o Exmº Sr. Procurador-Geral de Justiça fez recair no meu nome a sua escolha.

Recebo sumamente honrado essa distinção.

Conquanto ansiosamente aguardada, não me surpreendeu a opção de Sua Excelência.

Rogo-vos que não interpreteis essa declaração como um gesto de soberba ou acintosa presunção.

Essa ilação, senhores e senhoras, eu a extraio da extremada consideração com que o Dr. Moacyr Motta me tem distinguido, ao longo dos seus mandatos.

Presumo haver conquistado a sua confiança e a sua estima, mantendo-me leal e solidário, sobretudo nos momentos mais cruciais de sua gestão.

Sua Excelência, confiou-me o planejamento e a execução de ações vitais para o Ministério Público, atribuições que, sabemos, excedem os limites de uma mera assessoria de gabinete.

Acredito – e isso me desvanece – haver dado o meu modesto contributo para a concepção e implantação da Escola Superior do Ministério Público, o maior dos feitos de sua gestão, para a posteridade.

Suponho, ainda, tenha contribuído para reorganizar o sistema normativo da instituição, conformando-o as disposições da Lei Orgânica Nacional.

Dessa iniciativa, resultou que a Lei Complementar nº 02/90, fosse substancialmente enriquecida com regras mais explícitas sobre o estágio probatório, a disciplina do instituto da convocação, que legitima os Promotores de Justiça a oficiarem junto ao Tribunal de Justiça, enfim, a implantação de um regime disciplinar mais apto a assegurar a estabilidade institucional.

É evidente que essa perfeita interação pressupunha comunhão de idéias e objetivos, afinidades filosóficas e doutrinárias, afeição e respeito mútuos, uma mesma escala axiológica. Cultuamos, com fervor dogmático, a independência funcional e o princípio do promotor natural, como insopitáveis garantias do livre exercício da atividade do Ministério Público.

Encarecemos o interesse público primário, que nem sempre se confunde com o interesse da administração, como o norte de uma atuação funcional segura, responsável e eficaz.

Unimo-nos no esforço diurno de resguardar dignidade constitucional do Ministério Público, instituição incumbida de velar pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Vossa Excelência, Senhor Procurador-geral, pela firmeza com que reprimiu as sedições internas; pela elevação moral revelada no esforço – bem-sucedido, de pacificação da classe; Pela habilidade política demonstrada no cuidado com a coexistência independente e harmônica do Ministério Público com os Poderes do Estado; pela capacidade administrativa

e empreendedora, ao executar importantes projetos, malgrado a notória escassez de recursos, im-

pôs-se como uma nova e importante liderança. Esse conceito, percebo-o disseminado no seio da classe.

Orgulhos, compartilho esse sentimento.

De público, em alto e bom som, quero expressar-lhe a minha gratidão e oferecer-lhe, em penhor, a minha lealdade.

Continuaremos juntos, tocando pela mesma partitura, por um Ministério altivo, forte e coeso, altura da expectativa da sociedade.

Muito obrigado a todos por suas honrosas presenças.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – A Mesa encaminhará ao Dr. Luiz Valter Ribeiro Rosário o voto de louvor.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Adir Gentil.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 473, DE 2002

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para tratamento de saúde, nos dias 6 e 7 de agosto de 2002, conforme laudo médico anexo.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2002. – **Fernando Bezerra.**

REQUERIMENTO Nº 474, DE 2002

Senhor Presidente,

Para fins previstos no art. 56, inciso II, da Constituição Federal, requeiro licença para tratar de interesses particulares, pelo período de 120 (cento e vinte) dias em conformidade com o artigo 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a partir do dia 8 de agosto de 2002.

Sala das Sessões, 6 de agosto de 2002. – **Fernando Bezerra.**

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Em votação os requerimentos. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

A Presidência tomará as providências necessárias à convocação do segundo suplente, o ex-Senador Tasso Rosado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Wilson) – Dando seqüência à Lista de Oradores, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do ora-

dor.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apresentei à Mesa do Senado, hoje, um pedido de informações ao Ministério da Justiça, para saber sobre o repasse de recursos do Denatran para a campanha de Educação no Trânsito:

Excelentíssimo Senhor

Presidente do Senado Federal

Tendo tomado conhecimento da campanha de Educação no Trânsito e por se tratar de assunto relevante para o povo brasileiro, requeiro, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos artigos 215, inciso I, alínea a, 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado ao Senhor Ministro titular daquela Pasta pedido de informações, no sentido de obter os seguintes esclarecimentos:

1.Quais os agentes federais, estaduais e municipais, se for o caso, autorizados a receber tais verbas e como se dá o processo de liberação das mesmas?

2.Qual o prazo para a prestação de contas?

3.Qual o montante total liberado para a campanha?

4.Como se dá, no âmbito federal, o controle do uso das verbas destinadas aos agentes?

5.Que empresa ou empresas o Denatran contratou para execução da campanha?

Portanto, esse é o teor do pedido de informações que enviei à Mesa do Senado.

Muito obrigado.

O Sr. Carlos Wilson, 1º Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Adir Gentil.

O SR. PRESIDENTE (Adir Gentil) – Há mais um orador inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Wilson.

O SR. CARLOS WILSON (PTB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda me lembro do triunfalismo da Equipe Econômica do Presidente Fernando Henrique quando as painéis vazias e os saques que tomaram conta de Buenos Aires, na Argentina.

Naquele momento, ouvimos, repetidas vezes, elogios rasgados à capacidade brasileira de administrar a crise. A competência com que, por exemplo, o

Ministro Pedro Malan e o Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, conseguiram a proeza de colocar o Brasil a salvo da derrocada da Argentina foi saudada por vários analistas da mídia. Alguns diziam, por exemplo: “Os nossos pressupostos macroeconômicos não são os da Argentina”...

O SR. PRESIDENTE (Adir Gentil) – Peço licença ao Senador Carlos Wilson para interrompê-lo, anunciando a prorrogação da sessão por cinco minutos, já que o tempo está esgotado. Assim V. Exª poderá terminar o seu pronunciamento.

O SR. CARLOS WILSON (PTB – PE) – Muito obrigado pela atenção, Sr. Presidente.

Outros analistas diziam: “O Brasil está a salvo do contágio da Argentina”.

Essas e outras bravatas repetiram-se à exaustão. Até o nosso Colega Senador José Serra, cuja formação acadêmica e experiência econômica admiro, caiu no equívoco de defender a sua candidatura como o antídoto natural ao descalabro e à insegurança que aportaram na Argentina.

Pois bem, Sr. Presidente, descobrimos agora que a imunização não funcionou. A nossa economia está tão doente quanto ou mais que a de nossos vizinhos. Até porque, se somos maiores, se a nossa economia é também maior, nossos indicadores também são maiores.

Sempre considerei insólito o fato de comentarmos os efeitos da corrupção na Argentina como se, no Brasil, estivéssemos livres desse mal. Falávamos do fim da classe média argentina, da fome e do desemprego naquele país, como se aqui não tivéssemos também esse mesmo cenário assustador.

Se eles superaram os 30% na taxa de desemprego, nós sabíamos – e sempre fiz questão de ressaltar – que os brasileiros miseráveis superaram 56 milhões.

Isso corresponde a uma Argentina e meia.

O Governo, Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, abusou do terrorismo econômico. Mostrava o fantasma da crise Argentina e se qualificava como o único timoneiro capaz de conduzir a nau em meio à tempestade.

E ainda não satisfeitos, os setores do Governo deram crédito a declarações do megainvestidor ou megaespeculador George Soros, de quem o Presidente do Banco Central Armínio Fraga, até há pouco tempo, já foi executivo, segundo as quais o “fator” Lula seria intolerável para o mercado.

Em outras palavras, o mercado, e não os eleitores brasileiros, é que deveria escolher o novo Presidente.

Juntamente com o “fator” Lula, vinham outros fatores como o “fator” Garotinho e o “fator” Ciro. Esses seriam os grandes responsáveis pela insegurança dos investidores internacionais, coluna mestra desse monstro internacional chamado mercado. Qual um leviatã moderno, ele teria poderes para liquidar, inclusive, a autonomia política dos brasileiros.

O mercado, entretanto, engoliu seu próprio candidato.

Declarações do Secretário do Tesouro Americano, Paul O'Neill, elevaram às alturas o chamado risco-país Brasil e culminaram por derrubar a pretensão governista de que reinava notável estabilidade econômica em nosso País.

Recentemente, li um artigo do Presidente José Sarney no qual S. Exª define com precisão, de forma brilhante, a síntese da ação de um governo moderno, contemporâneo com esses tempos de globalização: “Governar é construir confiança”.

Então, devemos admitir que o Brasil perdeu a confiança. Não em função de um “fator” Lula, de um “fator” Ciro ou Garotinho, mas devido aos péssimos números macroeconômicos que começaram a aflorar.

Essa crise, com certeza, não nasceu agora, não é responsabilidade do Presidente Fernando Henrique Cardoso. No entanto, a administração equivocada da crise é da responsabilidade de Sua Excelência, sim.

Há oito anos, acumulamos um déficit em conta corrente de US\$200 bilhões. Todo o patrimônio nacional, construído em mais de 50 anos com o suor do trabalhador brasileiro, foi vendido, e ninguém sabe o que foi feito dos US\$70 bilhões de dólares arrecadados. Paralelamente, aumentamos o nosso endividamento de US\$108 bilhões de dólares para mais de US\$700 bilhões. Mesmo assim, experimentamos o maior índice de desemprego de nossa história, a maior concentração de renda desde o tempo do Brasil Colônia. Nossos Indicadores de Desenvolvimento Humano despenham.

Nunca me canso de repetir que 16 milhões de brasileiros dormem todos os dias sem ter feito uma única refeição e sem perspectivas de se alimentar na manhã seguinte. Mais de 56 milhões de brasileiros encontram-se abaixo da linha da pobreza e da miséria.

Não temos mais estradas, nossos portos estão sucateados, nossa indústria superada, nossa universidade quebrada, e este Governo vai se extinguir melancolicamente, sem deixar sequer uma única obra de

grande porte, sem nada que justifique sua existência por longos oito anos.

Com o chapéu na mão, o Governo implora novamente por ajuda do FMI. Quer, pelo menos, US\$20 bilhões, mas esse dinheiro servirá apenas como lastro para a liquidez dos investimentos estrangeiros. Nem um mísero dólar será aplicado em uma única caixa de remédio ou em uma vacina.

O Presidente Sarney – e novamente me reporto ao seu artigo com muita satisfação – tem razão. Devíamos ter pedido explicações do Secretário O'Neill e não exigir desculpas.

Não é possível que tenhamos um amor próprio tão exacerbado, nos levemos tão a sério e fiquemos ofendidos com a informação de que os juros altos no Brasil se devem à corrupção, como O'Neill disse no Fórum de Davos ou quando diz agora que o FMI deve cuidar para que o dinheiro da instituição não vá para a Suíça.

A corrupção e as histórias mal contadas foram uma tônica neste Governo. Aqui mesmo, Sr. Presidente, tentamos aprovar várias comissões parlamentares de inquérito relativas à corrupção, sempre bloqueadas pelo Governo do Presidente Fernando Henrique. A disposição para impedir que se investigasse qualquer denúncia sobre esse assunto nesta Casa era muito grande. Não permitiram várias vezes até que fossem aprovadas comissões mistas no Congresso.

Sabemos agora que a tão falada credibilidade deste Governo não existe. O controle das contas públicas é uma conversa fiada. Estamos bem próximos da bancarrota.

Sr^{as} e Srs. Senadores, no último domingo, durante o primeiro debate dos presidenciais, duas afirmações, entretanto, encheram-me de esperança: a afirmação serena de Luís Inácio Lula da Silva, o candidato do PT, de que o Brasil não vai quebrar, de que a capacidade da nossa gente é maior que a crise – sempre o foi – e de que saberemos como dar a volta e reconstruir o Brasil; e a de Ciro Gomes, nosso candidato da Frente Trabalhista, quando disse que se prepara para governar com um pacto nacional, afirmando, inclusive, que pretende inaugurar o seu governo sob à égide da conciliação, com a ajuda de toda a sociedade.

Por isso, Sr. Presidente, não poderia deixar de registrar minha indignação com o quadro a que estamos sendo levados pelo Governo do Presidente Fernando Henrique.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adir Gentil) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Edison Lobão, Mauro Miranda e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, num mundo caracterizado pela rápida evolução tecnológica, pela informatização de amplos setores da economia – e tendo na comunicação e no acesso à informação os diferenciais do sucesso ou não dos projetos profissionais –, a noção de cidadania ampliou-se substancialmente. Esta, não se restringe mais apenas aos imprescindíveis direitos ao voto e às liberdades e garantias constitucionais. Na verdade, o exercício da cidadania tomou dimensões cada vez maiores, relacionadas à integração e ao acesso da população aos benefícios de uma economia de mercado. Ou seja, ser cidadão, hoje, passa também pela integração de parcelas cada vez maiores da população aos benefícios e serviços bancários.

Nesse setor, uma verdadeira revolução silenciosa está acontecendo, voltada principalmente para a melhoria e ampliação do atendimento às pessoas mais necessitadas. Em 2001, tive o prazer de participar desse processo, quando apresentei a esta Casa o Projeto de Lei nº 285/2001, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência, com vistas a garantir ao segurado de regiões mais distantes o direito de acesso ao local de recebimento dos benefícios previdenciários. Estava preocupado com milhares de brasileiros que não tinham acesso às agências do Banco do Brasil ou a outras instituições em que seus salários são depositados.

No dia 26 de abril, tive, também, a satisfação de fazer um pronunciamento onde destaquei a importância do Programa “Banco Postal” do Ministério das Comunicações e da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), em parceria com o Bradesco. Outra iniciativa importantíssima que vai ao encontro de nossos esforços anteriores e que está integrando amplas parcelas da sociedade que, até então, encontravam-se totalmente marginalizadas da cidadania.

Recentemente, a Caixa Econômica Federal lançou a “Conta Eletrônica Caixa Aqui”. Essa nova modalidade de conta é voltada também para o público “não-bancarizado”. A “Conta Eletrônica Caixa Aqui” é mais um passo na integração social de 25 milhões de famílias em todo o País, que não dispõem de qualquer serviço bancário.

Agora, já se diligencia para que todos os 5.561 municípios brasileiros tenham um banco, pois a Caixa Econômica Federal, no dia 24 de maio, completou a instalação do seu correspondente bancário de número 2.012 e se tornou a primeira instituição financeira com transações em tempo real em quase todo o Território Nacional.

Pelas estatísticas atuais, 4 em cada 5 famílias com renda mensal superior a 10 salários mínimos têm conta corrente. Já entre 21 milhões de famílias com renda inferior a 10 salários mínimos, o índice de acesso a serviços bancários é de apenas 20%. Além disso, a rede bancária também é concentrada geograficamente, com 60% das agências localizadas no Sudeste, havendo cerca de 2.100 municípios brasileiros sem nenhuma agência bancária convencional.

Para superar tal situação, a Caixa soube utilizar-se da tecnologia e da ousadia que sempre caracterizou as suas ações no País. Instalou uma antena parabólica no mapa de cada um desses pequenos municípios e os conectou via satélite ao Brasil moderno, iniciando o credenciamento de estabelecimentos comerciais, como padarias, mercadinhos, farmácias, açougues e cartórios, desde dezembro do ano passado, em grande número de localidades onde não existiam agências bancárias e nem casas lotéricas.

Além do benefício direto às comunidades, também há vantagens para os comerciantes-correspondentes, que além de receberem tarifas pelos serviços prestados, ganham com o aumento do fluxo de clientes potenciais em suas lojas e, é claro, maior fluxo é sinônimo de maiores vendas. Dessa forma, as comunidades, antes sem acesso a serviços financeiros, passam a contar com um mecanismo de concentração de renda local e conseqüente desenvolvimento.

O “Caixa Aqui” é um marco nesses 141 anos da empresa, porque integra milhões de brasileiros às facilidades do sistema bancário, melhorando a qualidade de vida da população. Esta é mais uma forma de resgate do valor da cidadania em milhares de cidades brasileiras, além das novas oportunidades de trabalho e renda que essa empreitada vem permitindo.

As pequenas cidades, a maioria escondida nos rincões do País, contam agora com pelo menos um ponto de atendimento da Caixa, e mais 11 milhões de brasileiros passam a ter acesso mais facilitado aos benefícios de programas sociais do governo, como o Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás, aposentadoria, além dos serviços bancários, como o pagamento de contas diversas (água, luz, telefone, tributos etc), saques e depósitos em conta corrente, etc. No Maranhão, o “correspondente bancário” já está

em 103 municípios, com previsão de ampliação radical nos próximos meses, conforme informa a Caixa Econômica. Beneficia, portanto, cerca de 998.966 pessoas das regiões mais afastadas e carentes.

De dezembro até hoje, os correspondentes bancários da Caixa realizaram mais de 500 mil transações bancárias de recebimento de contas em todo o Brasil, pagaram o Auxílio-Gás para 613.938 famílias, o Bolsa-Alimentação para 9.823 mães e crianças, e o Bolsa-Escola para 442.125 famílias. Um benefício social incomensurável.

O marco dessa mudança foi a Resolução nº 2.707 do Conselho Monetário Nacional, de março de 2000, que permitiu às instituições financeiras a contratação de correspondentes bancários. A Caixa Econômica Federal recorreu à Resolução para se lançar no desafio de oferecer serviços financeiros para milhões de famílias, aproveitando diferenciais únicos da instituição.

Por tudo isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, louvo o papel e a importância que a Caixa Econômica Federal e seus funcionários têm para o desenvolvimento social e econômico de nosso País. Estamos, todos, na espera de que a implementação do “Caixa Aqui” no Maranhão seja complementado o mais rápido possível, pois isso será de fundamental importância para o continuado desenvolvimento do nosso Estado e, por conseqüência, a reafirmação da plena cidadania de todo o povo maranhense.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma das principais diretrizes de minha atividade parlamentar tem sido a luta pela extensão, a todos os brasileiros, do direito à moradia. Minha convicção é a de que o escandaloso déficit habitacional brasileiro – considerado em termos integrais, que incluem, por exemplo, a questão do saneamento – constitui um dos problemas fundamentais de nossa sociedade, estando mesmo na origem de muitas outras dificuldades enfrentadas atualmente pela Nação, porém mais presentes nos noticiários, como as questões da violência e da saúde.

Não se trata de mera impressão pessoal: o relatório final da Conferência das Nações Unidas sobre cidades e habitação, realizada em Istambul, na Turquia, em 1996, apontou para a correlação entre más condições de moradia e problemas de saúde e criminalidade.

A consistência desse cuidado ao longo dos anos, além de haver resultado em conquistas relevantes no âmbito de atuação de um parlamentar, como a

inclusão do direito à moradia no art. 6º da Constituição, e a aprovação do Estatuto da Cidade, de que fui Relator, tem-me trazido o reconhecimento da sociedade, como atestam os freqüentes convites para participação em seminários e debates públicos sobre a questão habitacional por todo o País.

Nada pode ser mais reconfortante para um político – como os Srs. Senadores, militantes também desta profissão, bem o sabem – que receber esses frutos de reconhecimento.

Esta é uma situação, porém, na qual não podemos dormir sobre os louros das realizações passadas. Precisamos ter um olho sempre voltado para o futuro, para o que será preciso fazer amanhã. Isso é particularmente válido para aqueles, entre nós, que desejam obter das urnas, nas eleições deste ano ou em pleitos vindouros, um mandato para o Poder Executivo, em qualquer nível de governo. Precisamos traçar as ações concretas que faremos, quando estivermos na condição de decidir e executar as prioridades de empenho das receitas públicas, no caso de os eleitores assim resolverem.

No nível federal, faz-se urgente a consolidação das ações de política urbana em um só órgão, pois a atual dispersão das ações não é racional nem produtiva. A criação de um conselho nacional de política urbana, por exemplo, é uma sugestão a ser estudada, com o fim de conferir substância aos avanços obtidos a partir do Estatuto da Cidade.

Os Estados federados podem estabelecer planos de integração em suas microrregiões, de modo a conter as migrações internas em direção a suas cidades médias e metrópoles. Nesses planos, é fundamental que um planejamento seja feito para as obras de saneamento, para que não se façam mais assentamentos urbanos em bairros com casas, mas sem serviços de água ou esgoto, como aconteceu em muitos casos, por exemplo, quando da remoção de favelas cariocas.

Os municípios também têm sua margem de atuação, no planejamento urbano, com a ordenação dos espaços e o estabelecimento de gabaritos adequados para as edificações, de modo a não sobrecarregar redes de serviços em certas áreas, enquanto outras partes das cidades permanecem sem atendimento de suas necessidades.

Em todos os níveis, a questão dos recursos para os planos habitacionais é crucial. Para as populações de baixíssima renda, as verbas terão de ser alocadas a fundo perdido, porque não é possível cobrar mais nada desses contingentes demográficos pauperizados e miseráveis. Para as camadas de renda média, fazem-se necessários programas adequados de financiamento que não os endividem além de suas capacidades, como ocorre atualmente com os absurdos

saldos devedores que crescem sempre, por mais que as pessoas paguem suas parcelas de amortização.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não há outra palavra para descrever a situação de nosso déficit habitacional: trata-se de um escândalo, da maior prova de nossa incompetência como Estado e como Nação nesses cinco séculos desde o Descobrimento. São quase 5 milhões e 300 mil unidades habitacionais urbanas que já deveriam existir e nunca foram construídas; de outro lado, um milhão e 200 mil unidades habitacionais carecem nossas áreas rurais. Quando se sabe, a partir de dados do IBGE, que há, em nossas cidades, cerca de 5 milhões de unidades de moradia não ocupadas, fechadas ou simplesmente vagas, torna-se clara a possibilidade da adoção de medidas que combatam essa subutilização.

O combate às invasões e, de maneira geral, à moradia ilegal, deve ser também contemplado pelas administrações municipais. Segundo a Associação Brasileira de Cimento Portland, os dados de consumo de cimento indicam que cerca de metade da produção do insumo no Brasil se destina à construção clandestina.

Não se pense que o propósito de deter as invasões é uma postura antipovo ou preconceituosa. Na verdade, os bairros populares que se formam por invasão – ou seja, as favelas – provocam o aumento do estresse sobre os serviços urbanos em geral, mas, sobretudo, das redes públicas de saneamento. Sabemos que as pessoas de baixa renda assentam-se onde conseguem, muitas vezes com o apoio de demagogos, justamente pela falta de uma política de habitação que lhes possibilite obter moradia decente, dentro de um plano urbano previamente traçado.

Nesse sentido, Brasília – paradoxalmente uma cidade planejada – é provavelmente o maior exemplo, no mundo, de insuficiência de planejamento urbano em relação ao afluxo populacional que sua construção gerou, no Distrito Federal e em Goiás. Erro que não devemos permitir que se prolongue ou que se repita.

Nosso desordenado crescimento urbano, não acompanhado pela expansão da rede de serviços de saneamento, resulta nestes números terríveis: um terço de nossas residências não são servidas por rede de água encanada, e nada menos de dois terços não são servidas por rede de esgoto sanitário. Sofre com isso a saúde da população mais pobre.

De fato, os índices de mortalidade infantil por doenças infecto-contagiosas, sobretudo nas Regiões Norte e Nordeste, colocam o Brasil na companhia dos países mais pobres do globo. Não é de surpreender, por outro lado, que nosso meio ambiente – sobretudo nossos rios, escoadouros de toda a sujeira e agentes propagadores das infecções – sofra os efeitos do descaso.

O prejuízo ambiental poderá fazer com que o Brasil perca um de seus maiores bens naturais: a abundância de água doce. Água que haverá de ser, neste século, por sua escassez, um fator de guerras e disputas por todos os quadrantes da Terra. A falta de uma política social e habitacional, se não agirmos desde já, nos trará mais este custo, o de nos tornar mais um dos países sem água de qualidade.

O Brasil não pode mais aceitar que os planos de governo na área habitacional continuem sempre aquém das necessidades, condicionados à prioridade concedida ao pagamento do serviço da dívida externa e à ciranda dos especuladores estrangeiros em nossa bolsa de valores. Não tenhamos dúvidas: os eleitores haverão de preferir, nas eleições de outubro, os candidatos majoritários que apresentarem planos convincentes de ação para a redução do déficit de moradias, sem a demagogia das soluções fáceis e ao atropelo da Lei. Já se consolida a consciência da relação entre descumprimento do direito à moradia e os problemas de precariedade da saúde e de acirramento da violência.

Não há mais espaço para a inação governamental em relação ao problema habitacional, Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, periodicamente, temos notícias da ocorrência de práticas desleais de comércio praticadas por empresas situadas no exterior, que, ao exportarem para o Brasil, o fazem com discriminação de preços, ou seja, preços inferiores aos que praticam no mercado local, ou em função de subvenções concedidas pelo governo do país de origem, causando dano à indústria doméstica brasileira do produto similar.

Para enfrentar essa situação, a legislação prevê que essa indústria doméstica poderá apresentar um pedido de investigação junto ao Departamento de Defesa Comercial (Decom), do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que irá elaborar parecer propondo a abertura da investigação, se considerar que estão reunidos os elementos que a justificavam, ou o seu indeferimento.

Por meio de um processo administrativo, conduzido pelo Decom, será determinada a existência da conduta desleal ou do dano, bem como a relação causal entre eles.

Com o objetivo de dar a mais ampla publicidade e transparência aos processos dessa natureza, desenvolvidos no âmbito da Defesa Comercial, a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) traz a público o Relatório Decom, com informações sobre as atividades desenvolvidas na área de Defesa Comercial no ano de 2001.

O relatório fornece um quadro minucioso das atividades realizadas pelo Decom, especialmente acerca das etapas das investigações e revisões contra práticas desleais e investigações de salvaguardas. São apresentados, também, dados sobre todas as medidas definitivas aplicadas que se encontram em vigor e divulgadas as estatísticas sobre as investigações realizadas: por tipo de medida, por produto e por país.

São três as medidas de defesa comercial: direitos **antidumping**, direitos compensatórios em face de subsídios acionáveis ou proibidos e medidas de salvaguarda.

Dumping significa discriminação de preços, que se dá no âmbito das operações comerciais de uma empresa que exporta para o país a um preço inferior ao que pratica nas operações de venda normais no seu mercado local.

Subsídio é definido como qualquer transferência financeira de um governo ou órgão público a um particular, conferindo-lhe um benefício.

Salvaguarda é uma medida que visa a aumentar, temporariamente, a proteção a uma indústria doméstica que esteja sofrendo prejuízo grave ou ameaça de prejuízo grave decorrente do aumento, em quantidade, de importações de produtos que se destinam ao mesmo mercado onde a indústria doméstica atua.

A aplicação de qualquer das medidas de defesa comercial destinadas a combater esses procedimentos requer a demonstração da ocorrência de dano ou ameaça de dano, ou prejuízo grave, bem como o nexo causal. Da mesma forma, os princípios gerais que regem o processo administrativo de defesa comercial são, entre outros, os da publicidade, transparência, contraditório e ampla defesa, conferindo-se aos agentes econômicos a devida segurança jurídica quanto aos procedimentos observados.

O Relatório Decom demonstra, por meio de fluxogramas, todas as etapas das investigações de diferentes casos: **dumping**, subsídios e salvaguarda.

Além de esclarecer, em um capítulo, aspectos da legislação de defesa comercial, o relatório relaciona as negociações comerciais multilaterais e as investigações em curso e encerradas.

Na parte dedicada às estatísticas, o relatório apresenta diversos quadros: histórico das investigações **antidumping** por produto e país; histórico das investigações de subsídios por produto e país; histórico das investigações de salvaguardas; investigações contra práticas desleais; investigações contra práticas desleais por segmento econômico; medidas em vigor contra práticas ilegais.

No que tange aos interesses dos exportadores brasileiros, são apresentadas informações sobre as verificações **in loco**, sob o aspecto do dano; investigações **antidumping** contra exportações brasileiras;

investigações de subsídios contra exportações brasileiras; e uma relação de autoridades investigadoras estrangeiras.

Alguns dados cobrem o período 1988/2001, o que permite uma boa visão do trabalho de Defesa Comercial no País.

Oferecendo aos usuários a possibilidade de contar com informações adequadas e atualizadas, o Relatório Decom traz inestimáveis benefícios para os agentes econômicos que atuam no comércio exterior e representa uma fonte de consulta confiável para todos os interessados na matéria.

Num país que ainda se ressentia da falta de dados e estatísticas que permitam avaliar a eficácia das políticas públicas, iniciativas como essa devem ser saudadas como exemplos a serem seguidos por todos os órgãos e instituições da administração pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adir Gentil) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MENSAGEM Nº 206, DE 2002

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, Parágrafo único, do Regimento Interno)

Mensagem nº 206, de 2002 (nº 559/2002, na origem), do Presidente da República, *encaminhando, nos termos do inciso II do art. 6º da Lei nº 9.069, 1995, a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2002.*

(Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Ney Suassuna).

2

MENSAGEM Nº 203, DE 2002

(Em regime de urgência – art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 466, de 2002)

Mensagem nº 203, de 2002 (nº 535/2002, na origem), através da qual o Presidente da República *solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de US\$ 8.623.452,10 entre a República Federativa do Brasil e o Banco BNP Paribas, destinada ao financiamento de bens fornecidos*

pela General Eletric do Brasil Ltda, dentro do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.

(Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos).

3

MENSAGEM Nº 207, DE 2002

(Em regime de urgência – art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 467, de 2002)

Mensagem nº 207, de 2002 (nº 553/2002, na origem), através da qual o Presidente da República *solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de até US\$ 4,302,473.60 (quatro milhões, trezentos e dois mil, quatrocentos e setenta e três dólares dos Estados Unidos da América e sessenta centavos), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o ABN Amro Bank N.V., destinado ao financiamento da importação de equipamentos de radioterapia no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.*

(Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos).

4

MENSAGEM Nº 208, DE 2002

(Em regime de urgência – art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 468, de 2002)

Mensagem nº 208, de 2002 (nº 554/2002, na origem), através da qual o Presidente da República *solicita seja autorizada a assinatura de aditivo ao contrato de crédito externo celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, com vistas à elevação para EUR 6.852.640,60 (seis milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e quarenta euros e sessenta centavos), correspondente a um acréscimo de EUR 1.356.866,62 (um milhão, trezentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e sessenta e seis euros e sessenta e dois centavos), destinados a complementar o valor contratado e o relativo ao pagamento de sinal (down payment) da importação de bens, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.*

(Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos).

5**MENSAGEM Nº 210, DE 2002**

(Em regime de urgência – art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 469, de 2002)

Mensagem nº 210, de 2002 (nº 636/2002, na origem), através da qual o Presidente da República *submete à apreciação do Senado Federal pedido de inclusão da comissão de garantia devida ao Banco Mundial na autorização da Resolução nº 12, de 2001, referente à operação de crédito externo a ser efetuada pela Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil – TBG, no valor de até US\$ 180,000,000.00 (cento e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).*

(Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos).

6**MENSAGEM Nº 212, DE 2002**

(Em regime de urgência – art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 470, de 2002)

Mensagem nº 212, de 2002 (nº 618/2002, na origem), através da qual o Presidente da República *solicita, em aditamento à Mensagem nº 200, de 2002 (nº 527/2002, na origem), a inclusão do financiamento de cem por cento do seguro de crédito a ser pago à Compagnie Française d'Assurance pour le Commerce Extérieur – Coface, no valor de total das operações de crédito externo, que passaria a ser de cinco milhões, trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e um euros e quarenta e sete centavos, a serem celebradas entre a República Federativa do Brasil e o Banco BNP Paribas, cujos recursos destinam-se ao financiamento de bens fornecidos pelo Hôpital Action Services – HAS, dentro do Programa de Modernização e Consolidação da Infraestrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários (Anexada à Resolução nº 46, de 2002).*

(Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos).

7**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 1999**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 1999 (nº 4.695/98, na Casa de ori-

gem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera os artigos 789 e 790 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que também fica acrescido dos artigos 789A e 789B, 790A e 790B, tendo*

Pareceres sob nºs 612 e 613, de 2002, das Comissões de:

– Assuntos Sociais, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável; e

– Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias, favorável, com Emenda nº 1-CCJ, de redação, que oferece.

8**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2002 (nº 4.908/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera dispositivos da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou de acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências, tendo*

Pareceres sob nºs 548 e 821, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): pela rejeição.

9**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 1999**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que *altera os artigos 52, 225 e 231 da Constituição Federal* (aprovação pelo Senado Federal do processo de demarcação de terras indígenas), tendo

Parecer sob nº 317, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Amir Lando, favorável, com as Emendas 1 a 4-CCJ, que apresenta.

10**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, DE 1999**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 168, de 1999, de

autoria do Senador Romero Jucá, que *altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código Brasileiro de Trânsito*, tendo

Parecer sob nº 608, de 2002, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Marluce Pinto, oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

11

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 25, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2002 (nº 929/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Pedro Coêlho de Resende a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Hora, Estado do Piauí*, tendo

Parecer favorável, sob nº 567, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Freitas Neto.

12

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 40, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2002 (nº 1.009/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Cultural Esperança e Vida – ACCCEV a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mocóca, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 568, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

13

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 47, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2002 (nº 1.085/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Palmas, Estado do Tocantins*, tendo

Parecer favorável, sob nº 391, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Leomar Quintanilha, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

14

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 49, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 2002 (nº 1.100/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Regional da Mata para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico – ASCOREM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rolim de Moura, Estado de Rondônia*, tendo

Parecer favorável, sob nº 392, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Moreira Mendes.

15

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 53, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2002 (nº 1.117/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Entidade Cultural e Beneficente de Pirai a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirai, Estado do Rio de Janeiro*, tendo

Parecer favorável, sob nº 452, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Geraldo Cândido.

16

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 233, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 2002 (nº 1.156/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à TVCI – TV Comunicações Interativas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná*, tendo

Parecer favorável, sob nº 749, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias.

17

REQUERIMENTO Nº 406, DE 2002

Votação, em turno único, do Requerimento nº 406, de 2002, do Senador Carlos Bezerra, solicitando, nos termos regimentais, dispensa do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Adir Gentil) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 18 minutos.)

ATO DO PRESIDENTE**ATO DO PRESIDENTE****N.º 055, DE 2002**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE exonerar **MÁRIO JOSÉ SANTOS SERAPICOS**, matrícula n.º 32.486, do cargo, em comissão, de Diretor da Subsecretaria de Divulgação e Integração da Secretaria de Comunicação Social, **Símbolo FC-08**, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, a partir de 08 de julho de 2002.

Senado Federal, 29 de julho de 2002.



RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

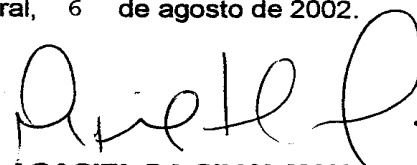
PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 086, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

Sobrestar os trabalhos da Comissão de Sindicância nomeada por meio da Portaria nº 77, de 2002, do Diretor-Geral, tendo em vista os motivos apresentados no ofício nº 01/2002-CS/SEEP, da referida Comissão.

Senado Federal, 6 de agosto de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 087, DE 2002

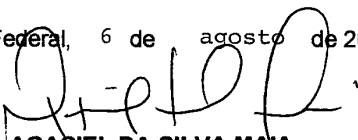
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I – Designar o servidor Washington Cardoso de Souza, mat. 4798, para integrar como membro a Comissão Especial incumbida de preparar o leilão de bens considerados inservíveis da Secretaria Especial de Editoração e Publicações – SEEP, instituída pela Portaria nº 81, de 2002, do Diretor-Geral do Senado Federal.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de agosto de 2002.



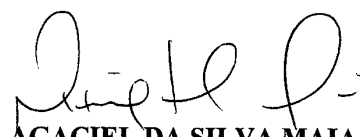
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 845, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 008547/02-5,

RESOLVE dispensar a servidora GILDETE LEITE DE MELO, matrícula 5243, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3, Especialidade de Administração, da Função Comissionada de Secretário de Comissão, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Comissões, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Apoio às Comissões Permanente do mesmo Órgão, a partir de 30 de julho de 2002

Senado Federal, 6 de agosto de 2002.



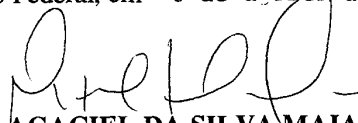
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 846 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008.677/02-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ADEMAR SUASSUNA FILHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ney Suassuna.

Senado Federal, em 8 de agosto de 2002.



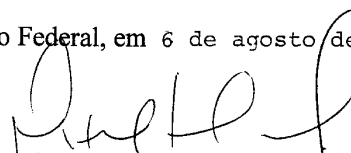
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 847 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008.678/02-2,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANA FLÁVIA BEZERRA DE MELO PARAGUAY**, matrícula n.º 32.364, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Ney Suassuna.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2002.



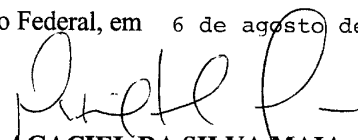
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 848, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008421/02-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LAURA MARIA BELLO DE SOUZA**, matrícula n.º 32.386, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Bello Parga, a partir de 01 de agosto de 2002.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2002.



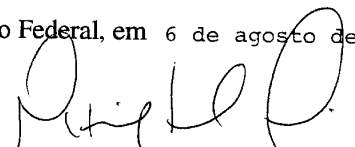
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 849, DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008612/02-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARLON BRAZ DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 850 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008.417/02-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUÍS CARLOS BELLO PARGA JÚNIOR** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Bello Parga.

Senado Federal, em 6 de agosto de 2002.



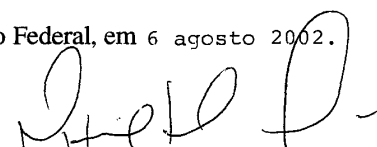
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 851 , DE 2002**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008628/02-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANA CLÁUDIA MORAES MILHOMEM LOT** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 6 agosto 2002.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(51ª LEGISLATURA)**

BAHIA
PFL - Antonio Carlos Júnior
PFL - Waldeck Ornelas
PFL - Paulo Souto
RIO DE JANEIRO
BLOCO - Artur da Távola (PSDB)
BLOCO - Geraldo Cândido (PT)
- Roberto Saturnino
MARANHÃO
PMDB - Bello Parga
PFL - Edison Lobão
PMDB - João Alberto Souza
PARÁ
PSB - Ademir Andrade
PMDB - Fernando Ribeiro
BLOCO - Luiz Otávio (PPB)
PERNAMBUCO
PTB - Carlos Wilson
BLOCO - Roberto Freire (PPS)
PFL - José Jorge
SÃO PAULO
BLOCO - José Serra (PSDB)
PFL - Romeu Tuma
BLOCO - Eduardo Suplicy (PT)
MINAS GERAIS
PFL - Francelino Pereira
PTB - Arlindo Porto
PL - José Alencar
GOIÁS
PMDB - Mauro Miranda
PMDB - Iris Rezende
PMDB - Maguito Vilela
MATO GROSSO
PMDB - Carlos Bezerra
PFL - Jonas Pinheiro
BLOCO - Antero Paes de Barros (PSDB)
RIO GRANDE DO SUL
BLOCO - Emilia Fernandes (PT)
BLOCO - José Fogaça (PPS)
PMDB - Pedro Simon
CEARÁ
BLOCO - Lúcio Alcântara (PSDB)
PMDB - Sérgio Machado
BLOCO - Reginaldo Duarte (PSDB)
PARAÍBA
PTB - Wellington Roberto
BLOCO - Ronaldo Cunha Lima (PSDB)
PMDB - Ney Suassuna
ESPÍRITO SANTO
PMDB - Gerson Camata
BLOCO - Ricardo Santos (PSDB)
PSB - Paulo Hartung
PIAUI
BLOCO - Freitas Neto (PSDB)

BLOCO - Benício Sampaio (PPB)
PMDB - Alberto Silva
RIO GRANDE DO NORTE
BLOCO - Geraldo Melo (PSDB)
PFL - José Agripino
PTB - Fernando Bezerra
SANTA CATARINA
PMDB - Casildo Maldaner
PFL - Adir Gentil
PFL - Jorge Bornhausen
ALAGOAS
PMDB - Renan Calheiros
BLOCO - Teotônio Vilela Filho (PSDB)
BLOCO - Heloísa Helena (PT)
SERGIPE
PSB - Antonio Carlos Valadares
BLOCO - José Eduardo Dutra (PT)
PFL - Maria do Carmo Alves
AMAZONAS
PFL - Bernardo Cabral
PDT - Jefferson Péres
PMDB - Gilberto Mestrinho
PARANÁ
PDT - Osmar Dias
PMDB - Roberto Requião
PDT - Álvaro Dias
ACRE
BLOCO - Marina Silva (PT)
PMDB - Nabor Júnior
BLOCO - Tião Viana (PT)
MATO GROSSO DO SUL
BLOCO - Lúdio Coelho (PSDB)
PMDB - Ramez Tebet
PMDB - Juvêncio da Fonseca
DISTRITO FEDERAL
PFL - Lindberg Cury
PDT - Lauro Campos
PMDB - Valmir Amaral
TOCANTINS
PTB - Carlos Patrocínio
PFL - Leomar Quintanilha
BLOCO - Eduardo Siqueira Campos (PSDB)
AMAPÁ
PMDB - Gilvam Borges
PDT - Sebastião Rocha
PMDB - José Sarney
RONDÔNIA
BLOCO - CHICO SARTORI (PSDB)
PFL - Moreira Mendes
PMDB - Amir Lando
RORAIMA
PMDB - Marluce Pinto
BLOCO - Romero Jucá (PSDB)
PFL - Mozarildo Cavalcanti

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS
ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO EM ABRIL DE 2002

Presidente: Deputado Aldo Rebelo ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado JUTAHY JÚNIOR (PSDB-BA) Telefones: 318-8221/7167/8224	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOÃO PAULO (PT-SP) Telefones: 318-5170/5172	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EDUARDO SUPPLY (Bloco PT/PPS-SP) Telefones: 311-3191/3192/3873/3861/3862
<u>PRESIDENTE</u> <u>DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES</u> <u>E DEFESA NACIONAL</u> Deputado ALDO REBELO (Bloco PSB/PCdoB-SP) Telefones: 318-6992/6997/6996/6984	<u>PRESIDENTE</u> <u>DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

¹ Alternância feita na 1ª Reunião de 2002, realizada em 2 de abril, às 15h.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca ²

Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff ³

PMDB						
Titulares	UF	Ramal		Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca ⁴	MS	1128		1. Renan Calheiros	AL	2261
Carlos Bezerra	MT	2291		2. (vago) ⁵		
Casildo Maldaner	SC	2141		3. Marluce Pinto	RR	1301
João Alberto Souza	MA	4073		4. Gilvam Borges	AP	2151
Nabor Júnior	AC	1478		5. Gerson Camata	ES	3203
PFL						
Geraldo Althoff ⁶	SC	2041		1. Carlos Patrocínio (PTB) ⁷	TO	4058
Moreira Mendes	RO	2231		2. (vago) ⁸		
Bello Parga ⁹	MA	3069		3. Mozarildo Cavalcanti	RR	1160
Waldeck Ornelas	BA	2211		4. Jonas Pinheiro	MT	2271
Bloco (PSDB/PPB)						
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	1248		1. Freitas Neto (PSDB) ¹⁰	PI	2131
Ricardo Santos (PSDB)	ES	2022		2. Romero Jucá (PSDB)	RR	2111
Benício Sampaio (PPB) ¹¹	PI	3085		3. Reginaldo Duarte (PSDB) ¹²	CE	3242
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PPS) ¹³						
Heloísa Helena (PT)	AL	3197		1. Marina Silva (PT)	AC	2183
Jefferson Péres (PDT)	AM	2061		2. Paulo Hartung (PSB) ¹⁴	ES	1129
PSB						
Roberto Saturnino (PT) ¹⁵	RJ	4229		1. Ademir Andrade	PA	2101
Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93) – Ramal 2051						

Atualizada em 28.5.2002

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

² Em 27.6.2001, na 14ª Reunião do Conselho, em sua nova composição, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente os Senadores Gilberto Mestrinho e Geraldo Althoff respectivamente (Ata publicada no DSF de 29.6.2001). Em 13.8.2001, o Senador Gilberto Mestrinho licenciou-se do mandato, para tratamento de saúde, tendo assumido, interinamente, a Presidência do Conselho o seu Vice-Presidente, Senador Geraldo Althoff. Na Sessão de 5.9.2001, o Senador Gilberto Mestrinho comunicou sua renúncia às funções de Presidente e membro do Conselho. Em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho, foi eleito Presidente o Senador Juvêncio da Fonseca (Ata publicada no DSF de 20.9.2001).

³ Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 21.5 a 18.9.2002, conforme requerimentos aprovados na Sessão de 21.5.2002.

⁴ Eleito membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na Sessão de 5.9.2001, em face da renúncia do Senador Gilberto Mestrinho às funções de Presidente e membro do Conselho, anunciada na mesma Sessão.

⁵ Vaga ocupada pelo Senador Ney Suassuna até 14.11.2001, quando comunicou, em Plenário, o seu afastamento do mandato de Senador, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional.

⁶ Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 21.5 a 18.9.2002, conforme requerimentos aprovados na Sessão de 21.5.2002.

⁷ Comunicada sua filiação ao PTB na Sessão de 27.9.2001.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto até 20.11.2001, quando comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho pelo PFL, tendo em vista sua filiação ao PSDB, anunciada na Sessão de 9.10.2001. Na mesma Sessão de 20.11.2001, foi eleito membro suplente do Conselho na vaga do PSDB.

⁹ Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 2.4 a 31.7.2002, conforme comunicação lida na Sessão de 24.4.2002.

¹⁰ Eleito na Sessão de 20.11.2001 para a vaga deixada pelo Senador Geraldo Melo, que, em 6.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho.

¹¹ Eleito na Sessão de 14.5.2002, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, que, na Sessão de 10.10.2001, havia comunicado seu desligamento do PPB e filiação ao PFL.

¹² Eleito na Sessão de 14.5.2002, em substituição ao Senador Luiz Pontes (licenciado no período de 18.4 a 16.8.2002), que havia sido eleito na Sessão de 20.11.2001 para a vaga deixada pelo Senador Sérgio Machado, que, por sua vez, em 8.11.2001, comunicara, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho, tendo em vista sua filiação ao PMDB, anunciada na Sessão de 3.10.2001.

¹³ Comunicado o desligamento do PDT do Bloco Parlamentar de Oposição na Sessão de 17.4.2002.

¹⁴ Comunicada sua filiação ao PSB na Sessão de 8.10.2001.

¹⁵ Comunicada sua filiação ao PT na Sessão de 16.5.2002, tendo anunciado sua desfiliação do PSB na Sessão de 6.3.2002.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3488 – 3489 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS
E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY
Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALHÃO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)
IRANI RIBEIRO DOS SANTOS (Ramal 4854)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA FARIAS NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3504)
RILVANA CRISTINA DE SOUZA MELO (Ramal: 3509)
HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Secretários: **CAE** - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)
CAS - EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA - (Ramal: 4608)
CCJ - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)
CRE - MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

Atualizado em 30.7.2002

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE					
Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA					
Vice-Presidente: CARLOS BEZERRA					
(27 titulares e 27 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francisco Escórcio	DF	3069/3072	1 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Carlos Bezerra	MT	2291/2297	2 - Iris Rezende	GO	2032/39
Casildo Maldaner	SC	2141/46	3 - Mauro Miranda	MS	2221/2227
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	4 - Sérgio Machado	CE	2281/2285
João Alberto Souza	MA	4073/4074	5 - Renan Calheiros	AL	5151
Vago			6 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 - Roberto Requião	PR	2401/2407
Ney Suassuna	PB	4345/4346	8 - Amir Lando	RO	3130/3132
Wellington Roberto (1)	PB	3194/3195	9 - Marluce Pinto	RR	2401/2407
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira	MG	2411/2417	1 - José Jorge	PE	1284/3245
José Agripino	RN	2361/2367	2 - Leomar Quintanilha	TO	2071/2072
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272	3 - Moreira Mendes	RO	2231/2237
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	4 - Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Paulo Souto	BA	3173/3175	5 - Romeu Tuma	SP	2051/57
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	6 - Adir Gentil	SC	2041/2047
Lindberg Cury	DF	2011/2017	7 - Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 - José Serra	SP	2351/2352
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	2 - Geraldo Melo	RN	2371/2377
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	3 - Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Romero Jucá	RR	2111/2117	4 - Reginaldo Duarte	CE	3242/3249
Ricardo Santos	ES	2022/2024	5 - Ari Stadler	SC	4200/4206
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	3213/3215	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199	2 - Paulo Hartung (cessão)	ES	1031/1231
José Fogaça	RS	1207/1607	3 - Roberto Freire	PE	2161/2164
		2013/2014			
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Lauro Campos	DF	2341/2347	1 - Jefferson Péres	AM	2061/2063
PSB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Roberto Saturnino (2)	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109
PTB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Fernando Bezerra	RN	2461/2464	1 - Arlindo Porto	MG	2321/2327

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002, e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Luiz Gonzaga da Silva Filho (Ramal: 4605)

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

29/05/2002.

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br Atualizada em :

**1.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
SUBCOMISSÃO DE TURISMO**

**PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
VICE-PRESIDENTE: WELLINGTON ROBERTO
(05 TITULARES E 05 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/2152	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/3195	2-IRIS REZENDE	GO-2032/2033
TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
MOREIRA MENDES	RO-2231/33	1-PAULO SOUTO	BA- 3173/74
TITULARES		SUPLENTEs	
BLOCO PSDB/PPB			
GERALDO MELO (PSDB) (2)	RN-2371/2372	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO- 4070/71
TITULARES		SUPLENTEs	
BLOCO OPOSIÇÃO / PTB			
PAULO HARTUNG (1)	ES-1031/1129	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/2322
ORIGEM: REQUERIMENTO N º 07-CAE/2001			
REUNIÕES:		SALA N º 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	
SECRETÁRIO:		☎- SALA DE REUNIÕES: 311-3255	
☎- SECRETARIA: 311-3516/4605		E-MAIL: dirceuv@senado.gov.br	
FAX: 311-4344		ATUALIZADA EM: 22.02.2002	

- (1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 08.10.2001, passando a membro suplente da Comissão, por cessação, em 10.10.2001.
- (2) Passou a membro suplente na Comissão, em 17.10.2001.
- (3) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS					
Presidente: ROMEU TUMA					
Vice-Presidente: MARINA SILVA					
(29 titulares e 29 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Maguito Vilela	GO	3149/3150	1 – Vago		
Marluce Pinto	RO	1301/4062	2 – Vago		
Mauro Miranda	GO	2091/2097	3 – Vago		
Pedro Simon	RS	3230/3232	4 – Vago		
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	5 – Amir Lando	RO	3130/3132
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	6 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
João Alberto Souza	MA	4073/4074	9 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2051/2057	1 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 – Paulo Souto	BA	3173/3175
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – José Agripino	RN	2361/2367
Adir Gentil	SC	2041/2047	4 – Bello Parga (2)	MA	3069/3072
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – Vago		
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	7 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Lindberg Cury	DF	2011/2017	8 – José Jorge	PE	1284/3245
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Artur da Távola	RJ	2431/2432	Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	Luiz Otávio	PA	1027/4393
Reginaldo Duarte	CE	3242/3249	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Chico Sartori	RO	2251/2258	Teotonio Vilela Filho	AL	4093/4095
Ari Stadler	SC	4200/4206	Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Ricardo Santos	ES	2022/2024	Lúdio Coelho	MS	2381/2387
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Emília Fernandes	RS	2331/2337	1 – Geraldo Cândido	RJ	2171/2177
Marina Silva	AC	2186/2189	2 – Heloísa Helena	AL	3197/99
Tião Viana	AC	3038/3493	3 – Roberto Freire	PE	2161/2164
PDT					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lauro Campos	RS	2331/2337	1 – Jefferson Peres	AM	2061/2067
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	2 – Osmar Dias	PR	2124/2125
PSB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Vago		

(1) Deixou o exercício do mandato, em virtude da reassunção do Titular em 11/03/2002.

(2) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 14:00 horas

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

29/05/2002

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jracs@senado.gov.br

Atualizada em:

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: Senadora Marluce Pinto
VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves
RELATORA: Senadora Heloísa Helena

PMDB		
Marluce Pinto		RR – 1301/4062
Valmir Amaral		DF – 4064/4065
PFL		
Geraldo Althoff (1)		SC – 2041/2047
Maria do Carmo Alves		SE – 4055/4057
BLOCO PSDB/PPB		
VAGO		
BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)		
Heloísa Helena		AL – 3197/3199
Emília Fernandes		RS – 2331/2337
PDT		
Sebastião Rocha		AP – 2241/2247

(1) Licenciado do exercício do mandato, no período de 21/5 a 18/9/2002

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (1)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA**

PMDB		
JUVÊNCIO DA FONSECA		MT – 1128/1129
MARLUCE PINTO		RR – 1301/4062
PFL		
MARIA DO CARMO ALVES		SE – 4055/4057
WALDECK ORNELAS		BA – 2211/2217
BLOCO PSDB/PPB		
LEOMAR QUINTANILHA (PFL) (1)		TO – 2071/2072
Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS		
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PPS)		
HELOÍSA HELENA		AL – 3197/3199
EMILIA FERNANDES		RS – 2331/2337
PDT		
SEBASTIÃO ROCHA		AP – 2241/2247

(1) Desfilou-se do PPB, sendo indicado membro titular da Comissão pelo PFL, em 18/10/2001.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM: 03/05/2001**

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

PMDB		
Marluce Pinto		RR – 1301/4062
Gilvam Borges		AP – 2151/2157
João Alberto Souza		MA – 4073/4074
PFL		
Geraldo Althoff (1)		SC – 2041/2047
VAGO		
BLOCO PSDB/PPB		
Benício Sampaio		PI – 3085/3086
Freitas Neto		PI – 2131/2137
BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)		
Tião Viana		AC – 3038/3493
PDT		
Sebastião Rocha		AP – 2241/2247

(1) Licenciado do exercício do mandato, no período de 21/5 a 18/9/2002

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 26/04/2000

ATUALIZADA EM:

**2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DE MORADIA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**PRESIDENTE: Senador Mauro Miranda
VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves
RELATOR:**

(7 Titulares e 7 Suplentes)

TITULARES
SUPLENTE

PMDB			
SC – 2141/47	Mauro Miranda	GO – 2095/97	1. Casildo Maldaner
	Juvêncio da Fonseca	MS – 1128/29	2. Vago
PFL			
BA – 3173/75	Lindberg Cury	DF – 2012/15	1. Paulo Souto
	Maria do Carmo Alves	SE – 4055/57	2. Waldeck Ornelas
BA – 2211/17			
BLOCO PSDB/PPB			
	Vago		1. Vago
BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)			
	Emilia Fernandes	RS – 2331/37	
PDT			
			1. Sebastião Rocha
– 2241/47			AP
PSB			
	Ademir Andrade	PA – 2101/2109	1. Vago

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 03/10/2001

ATUALIZADA EM: 09/10/2001

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ					
Presidente: BERNARDO CABRAL					
Vice-Presidente: OSMAR DIAS					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gerson Camata	ES	3203/3204	1 – Marluce Pinto	RR	1301/4062
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146
Iris Rezende	GO	2032/39	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/95
Sérgio Machado	CE	2281/2285	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Amir Lando	RO	3130/3132	6 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Roberto Requião	PR	2401/2407	7 – Vago		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	1 – José Jorge	PE	1284/3245
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Francelino Pereira	MG	2411/17	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
Bello Parga (2)	MA	3069/3072	4 – José Agripino	RN	2361/2667
Maria do Carmo Alves	SE	4055/57	5 – Lindberg Cury	DF	2011/2017
Romeu Tuma	SP	2051/2057	6 – Leomar Quintanilha	TO	2071/2072
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	José Serra	SP	2351/2352
Luiz Otávio	PA	1027/4393	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Reginaldo Duarte	CE	3242/3249	Benício Sampaio	PI	3085/3086
Freitas Neto	PI	2131/2137	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117	Ari Stadler	SC	4200/4206
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Roberto Freire	PE	2161/2164	2 – Marina Silva	AC	2181/2187
			3 – José Fogaça	RS	1207/1607
PDT					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Osmar Dias	PR	2121/2125			
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Paulo Hartung	ES	1031/1231

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas

Alexandre Costa

Secretária: Gildete Leite de Melo

311-3541

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

gildete@senado.gov.br

Sala nº 03 – Ala Senador

Telefone da Sala de Reunião:

Fax: 311-4315 - E-mail:

Atualizada em 29/04/2002

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTEs)**

TITULARES	SUPLENTEs
PMDB - 3	
PFL - 2	
BLOCO PSDB/PPB - 1	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS) - 1	

SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541

FAX: 311- 4315

E.MAIL- gildete@senado.gov.br

Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.

- **Retirada as indicações pelas Lideranças**
- **em 6 e 13.9.2000.**

Atualizada em 30/05/2001

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE					
Presidente: RICARDO SANTOS					
Vice-Presidente: MOREIRA MENDES					
(27 titulares e 27 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	2 – Pedro Simon	RS	3230/3232
Gerson Camata	ES	3203/3204	3 – Vago (2)		
Gilvam Borges	AP	2151/2157	4 – Sérgio Machado	CE	2281/2285
Marluce Pinto	RR	1301/4062	5 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Nabor Júnior	AC	1478/4619	6 – Maguito Vilela	GO	3149/50
José Sarney	AP	3429/3430	7 – Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
Ney Suassuna	PB	4345/4346	9 – Vago		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Adir Gentil	SC	2041/2047	1 – Lindberg Cury	DF	2011/2017
Moreira Mendes	RO	2231/2237	2 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	4 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
José Jorge	PE	1284/3245	5 – Romeu Tuma	SP	2051/2057
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – Paulo Souto	BA	3173/3175
(Vaga cedida ao PTB)			7 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 – Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Artur da Távola	RJ	2431/2432	2 – Lúdio Coelho	MS	2381/2387
Ricardo Santos	ES	2022/2024	3 – Chico Sartori	RO	2251/2258
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	4 – Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	5 – Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Reginaldo Duarte	CE	3242/3249	6 – Luiz Otávio	PA	1027/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – Geraldo Cândido	RJ	2117/2177
Emília Fernandes	RS	2331/2337	2 – Tião Viana	AC	3038/3493
Marina Silva	AC	2181/2187			
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Álvaro Dias	PR	3206/3207	1 – Lauro Campos	DF	2341/2347
			2 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
PSB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Paulo Hartung	ES	1031/1129	1 – Roberto Saturnino (1)	RJ	4229/4230
PTB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002.

(2) Vaga deixada pelo Sr. Robinson Viana, em virtude da reassunção do titular, Senador Ney Suassuna, em 8.04.2002.

Reuniões: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276 Telefones da

Secretaria: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

Atualizado: 29/05/2002

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

PMDB

**VAGO
VAGO
VAGO**

PFL

**VAGO
VAGO**

BLOCO PSDB/PPB

**VAGO
VAGO**

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)

**VAGO
VAGO**

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

**TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604
3276**

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

ATUALIZADA EM:

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PRESIDENTE: FREITAS NETO
VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA

COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTE

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA (2)	RS-1207/1607	1-VALMIR AMARAL	DF-1962
GERSON CAMATA	ES-3203/04	2-NABOR JÚNIOR	AC-1478/4619
PEDRO SIMON	RS-3232	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-3015/16	4-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
PFL			
FREITAS NETO	PI – 2131/37	1-GERALDO ALTHOFF (4)	SC-2041/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-VAGO	
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	3-ROMEU TUMA	SP-2051/57
BLOCO (PSDB/PPB)			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	1-VAGO	
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	2-VAGO (1)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
GERALDO CANDIDO (PT)	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPICY (PT)	SP-3213/15
EMÍLIA FERNANDES (PT)	RS-2331/37	2-MARINA SILVA (PT)	AC-2182/84
PSB			
ROBERTO SATURNINO (3)	RJ-4229/30	VAGO	
PDT			

(1) Em virtude da reassunção do Senador Artur da Távola, em 25/09/2001.

(2) Desfilou-se do PMDB, em 01.10.2001, filiando-se ao PPS, sendo substituído na Comissão pelo Senador Sérgio Machado, em 10/10/2001.

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

(4) Licenciado do exercício do mandato, no período de 21/5 a 18/9/2002

REUNIÕES:
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 22/05/2002

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

4.3) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(BANCADA DO LIVRO)**

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTE

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-GERSON CAMATA	ES-3203/04
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	2-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
PFL			
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	1-WALDECK ORNÉLAS	BA-2211/17
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
BLOCO (PSDB/PPB)			
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	1-FREITAS NETO	PI-2131/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
EMÍLIA FERNANDES - PT	RS-2331/37	1-ROBERTO SATURNINO – PT	RJ-4229/30
PDT			

REUNIÃO: ^a FEIRA ÀS HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
FAX: 311-3121/ 1319
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 16/05/02

4.4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

PRESIDENTE: GERALDO ALTHOFF

VICE-PRESIDENTE: LUIZ OTÁVIO

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTE

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
VALMIR AMARAL	DF-1962	1-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MAGUITO VILELA	GO-1440/1132	2-AMIR LANDO	RO-3130/32
PFL			
GERALDO ALTHOFF (1)	SC-2041/47	1-ROMEU TUMA	SP-2051/57
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2072/73	2-LINDBERG CURY	DF-4070/71
BLOCO (PSDB/PPB)			
BENÍCIO SAMPAIO	PI-3085/87	1- CHICO SARTORI	RO-
LUIZ OTÁVIO (PPB)	PA-3050/4393	2-(VAGO)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
		1-GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ-2171/77
PDT			
ÁLVARO DIAS	PR-4059/60		

(1) Licenciado do exercício do mandato, no período de 21/5 a 18/9/2002

REUNIÃO: 1ª FEIRA ÀS HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
FAX: 311-3121/ 1319
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 22/05/2002

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE					
Presidente: JEFFERSON PÉRES					
Vice-Presidente: VAGO					
(19 titulares e 19 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Iris Rezende	GO	2032/2039	2 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
João Alberto Souza	MA	4073/4074	3 – Pedro Simon	RS	3230/3232
José Sarney	AP	3429/3430	4 – Roberto Requião	PR	2401/2407
Sérgio Machado	CE	2281/2285	5 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/3195
Valmir Amaral	DF	1964/1965	6 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira			1 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	2 – Bello Parga (3)	MA	3069/3072
Romeu Tuma	SP	2051/2057	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
José Agripino	RN	2361/2367	4 – Adir Gentil	SC	2041/2047
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Paulo Souto	BA	3173/3175
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
José Serra	SP	2351/2352	Freitas Neto	PI	2131/2137
Ari Stadler	SC	4200/4206	Luiz Otávio	PA	1027/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Tião Viana	AC	3038/3493	2 – Emília Fernandes	RS	2331/2337
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Álvaro Dias	PR	3206/3207
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (2)	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002, e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

(3) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
Costa

Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

Atualizada em :29/05/2002

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI					
Presidente: ALBERTO SILVA					
Vice-Presidente: LÚDIO COELHO					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Valmir Amaral	DF	1961/1066
Fernando Ribeiro	PA	2441/2447	2 – Iris Rezende	GO	2032/2039
Francisco Escórcio	DF	3069/3072	3 – Gerson Camata	ES	3203/3204
Mauro Miranda	GO	1478/4619	4 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Nabor Júnior	AC	2401/2407	5 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Roberto Requião	PR	1101/1201	6 – Wellington Roberto (2)	PB	3139/3141
Marluce Pinto	RR		7 – Maguito Vilela	GO	1132/1332
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2052/2053	1 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
Paulo Souto	BA	3173/3175	2 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	3 – Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
José Jorge	PE	1284/3245	4 – Adir Gentil	SC	2041/2047
Arlindo Porto (Cessão ao PTB)	MG	2321/2327	5 – Carlos Patrocínio (Cessão ao PTB)	TO	4058/4068
Lindberg Cury	DF	2011/2017	6 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	1 – Chico Sartori	RO	2251/2258
José Serra	SP	2351/2352	2 – Benício Sampaio	PI	3085/3086
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	3 – Reginaldo Duarte	CE	3242/3249
Luiz Otávio	PA	3050/3093	4 – Ari Stadler	SC	4200/4206
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	5 – Romero Jucá	RR	2111/2119
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido (PT)	RJ	2117/2177	1 – Emília Fernandes (PT)	RS	2331/2337
Heloísa Helena (PT)	AL	3197/1508	2 – Tião Viana (PT)	AC	3038/3493
José Eduardo Dutra (PT)	SE	2391/2397			
Paulo Hartung (PSB) (1)	ES	1129/7020			
PDT					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
			1 – Sebastião Rocha	AP	2242/2243
			2 – Lauro Campos	DF	2341/2347
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Roberto Saturnino (3)	RJ	4229/4230

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas (Ata publicada no DSF, de 12.09.97, páginas 18655/6)

Reuniões: Terças-feiras às 14:00 horas (Regimento Interno)

Senador Alexandre Costa

Secretário: Celso Parente

Reunião: 311-3292

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607/4354

Sala nº 13 – Ala

Telefone da Sala de

Fax: 311-3286

Atualizada em : 29/05/2002

6.1) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE
ACARRETEM DANOS AO MEIO AMBIENTE.**

PRESIDENTE: Senador Geraldo Cândido
RELATOR: Senador Valmir Amaral

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Alberto Silva	PI – 3055/57	1- Iris Rezende	GO – 2032/39
Roberto Requião	PR – 2401/07	2- Valmir Amaral	DF – 1961/66
Gerson Camata	ES – 3203/04	3- Gilberto Mestrinho	AM – 3104/06
PFL			
Paulo Souto	BA – 3173/75	1- Mario do Carmo Alves	SE – 1306/4659
Jonas Pinheiro	MT – 2271/77	2 – VAGO	
BLOCO PSDB/PPB			
Teotonio Vilela Filho	AL – 4093/95	1- Luiz Otávio	PA – 3050/3093
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PPS)			
Geraldo Cândido	RJ – 2171/77	1- Roberto Saturnino	RJ – 4229/30
PDT			

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM:

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC					
Presidente: AMIR LANDO					
Vice-Presidente: JONAS PINHEIRO					
(17 titulares e 9 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Ney Suassuna	PB	4345/4346	2 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3139/3141
Fernando Ribeiro	PA	1049			
Valmir Amaral	DF	1961/1966			
Amir Lando	RO	3130/3132			
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	1 – Bello Parga (3)	MA	3069/3072
Adir Gentil	SC	2041/2047	2 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Moreira Mendes	RO	2231/2237			
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272			
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	1 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Chico Sartori	RO	2251/2258	2 – Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117			
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199			
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Jefferson Péres	AM	2061/2067			
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

(3) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Senador Nilo Coelho

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Reunião: 311-3254 Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

311-1060 (*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Atualizada em : 29/05/2002

Sala nº 06 – Ala

Telefone da Sala de

Fax

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO EM QUE FIGURAM COMO PARTES O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB E A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E REFLORESTADORA - S/A - ARISA.

**PRESIDENTE: SENADOR ALBERTO SILVA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
(05 TITULARES E 03 SUPLENTES)**

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
ALBERTO SILVA	PI-3055/57	1-WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/95
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393		
PFL			
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	1-FREITAS NETO (1)	PI-2131/37
BLOCO (PSDB/PPB)			
VAGO (4)		1-RICARDO SANTOS	ES-2022/24
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
PDT			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67		

(1) Desfilou-se do PFL, filiando-se ao PSDB, sendo substituído na Comissão pelo Senador Jonas Pinheiro, em 10/10/2001, e designado membro suplente, pelo Bloco PSDB/PPB, em 17/10/2001.

(2) Filiou-se ao PPB.

(3) Substituído na Comissão pelo Senador Amir Lando, em 21/11/2001.

(4) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém, pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO

SALA Nº 06 - telefone: 311-3254

Email: jcarvalho@sgmsleg.senado.gov.br

ATUALIZADA EM: 05/03/2002

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente: Senador Roberto Requião
Vice-Presidente: Deputado Ney Lopes
Secretário-Geral: Deputado Feu Rosa
Secretária-Geral Adjunta: Senadora Emilia Fernandes
(18 Titulares e 18 Suplentes)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
ROBERTO REQUIÃO	PR	***09	311 2401	323 4198	1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	###15	224-5884	323 4063	2. AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223-6191	3. MARLUCE PINTO	RR	**8s	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN (1)	SC	** 04	311 4206	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	# 13	311 2211	323-4592
ADIR GENTIL	SC	### 05	311 2041	323 5099	2. JOSÉ JORGE	PE		311-1284	
Bloco (PSDB/PPB)									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	1. LUIZ OTÁVIO	PA	###	3111027	3114393
LÚDIO COELHO	MS		3112381	3112387	2. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323-5625
PT/PPS (2)									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	1. Jefferson Péres (PDT)	AM	###07	311-2061	323-3189
PTB									
ARLINDO PORTO	MG	*05	311-2324	323-2537	1. VAGO				

(1) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(2) O PDT se desliga do Bloco de Oposição, conforme Ofício nº 27/2002, publicado no DSF, de 18/4/2002.

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ @ ALA SEM. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	@ @ @ ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
MARISA SERRANO	MS	237	318-5237	318-2237	1. VICENTE CAROPRESO	SC	662	318-5662	3182662
FEU ROSA	ES	960	318-5960	318-2960	2. YEDA CRUSIUS	RS	956	318-5956	3182956
BLOCO PFL/PST									
NEY LOPES	RN	326	318-5326	318-2326	1. LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318-5541	3182541
PAULO GOUVÊA	SC	755	318-5755	318-2755	2. RONALDO CAIADO	GO	227	318-5227	3182227
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	*573	318-5573	318-2573	1. EDINHO BEZ	SC	703	318-5703	3182703
DARCÍSIO PERONDI	RS	518	318-5518	318-2518	2. OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318-5845	3182845
PT									
PAULO DELGADO	MG	*268	318-5268	318-2268	1. Dr. ROSINHA	PR			
PPB									
JARBAS LIMA	RS	621	318-5621	318-2621	1.CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318-5756	3182756
BLOCO PSB/PcdoB									
EZÍDIO PINHEIRO	RS	744	318-5744	318-2744	1.INÁCIO ARRUDA	CE	*582	318-5582	3182582

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF – 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
www.camara.gov.br/mercosul
e_mail - cpcm@camara.gov.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 29/05/2002

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 030002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 172 PÁGINAS